

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	8
Demonstração do Resultado Abrangente	10
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	11

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	13
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	14
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	15
Demonstração de Valor Adicionado	16
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	18
Notas Explicativas	23

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	65
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	70
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	71

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	98.007.123
Preferenciais	88.769.028
Total	186.776.151
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	3.911.584
Total	3.911.584

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	21.696.603	16.350.590	15.367.043
1.01	Ativo Circulante	7.956.936	4.526.741	3.569.390
1.01.01	Disponibilidades	39.894	105.739	222.709
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	538.113	251.149	89.892
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	395.561	236.147	76.393
1.01.02.03	Aplicações em Operações Compromissadas	128.026	15.002	13.499
1.01.02.04	Aplicações em Moedas Estrangeiras	14.526	0	0
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.278.329	485.961	402.005
1.01.03.01	Carteira Própria	694.210	260.880	8.357
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	442.790	142.302	247.990
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	141.329	65.821	145.658
1.01.03.05	Vinculados à Prestação de Garantias	0	16.958	0
1.01.04	Relações Interfinanceiras	4.711	6.742	5.023
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	44	0	0
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central do Brasil	4.667	6.669	5.023
1.01.04.03	Correspondente	0	73	0
1.01.06	Operações de Crédito	5.310.195	2.899.789	2.280.111
1.01.06.01	Setor Privado	5.441.314	3.022.693	2.423.785
1.01.06.03	(-) Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	-131.119	-122.904	-143.674
1.01.08	Outros Créditos	770.321	766.247	551.975
1.01.08.01	Carteira de Câmbio	623.596	549.387	332.170
1.01.08.02	Rendas a Receber	5.611	6.042	8.637
1.01.08.03	Negociação e Intermediação de Valores	77.703	80.610	86.167
1.01.08.04	Diversos	66.856	60.697	49.659
1.01.08.05	(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-4.377	-7.232	-6.652
1.01.08.06	Avais e Fianças Honradas	932	76.743	81.994
1.01.09	Outros Valores e Bens	15.373	11.114	17.675
1.01.09.02	Despesas Antecipadas	15.373	11.114	17.675

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	12.992.075	11.121.487	11.080.237
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	42.119	131.742	3.120
1.02.01.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	42.119	131.742	3.120
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	9.673.323	7.731.503	8.235.010
1.02.02.01	Carteira Própria	2.076.053	1.226.050	1.089.313
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.735.899	1.331.066	1.513.871
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	1.957.009	901.890	953.701
1.02.02.05	Vinculados a Compromissos de Recompra	3.904.362	4.272.497	4.678.125
1.02.05	Operações de Crédito	1.285.634	1.548.627	1.172.254
1.02.05.01	Setor Privado	1.334.276	1.668.951	1.251.761
1.02.05.03	(-) Provisão para Operações de Crédito com Liquidação Duvidosa	-48.642	-120.324	-79.507
1.02.07	Outros Créditos	1.655.029	1.279.293	1.345.687
1.02.07.01	Carteira de Câmbio	4.851	0	35.043
1.02.07.02	Rendas a Receber	8.025	7.848	5.797
1.02.07.03	Devedores por Depósito em Garantia	96.457	58.687	56.927
1.02.07.04	Diversos	1.543.377	1.212.758	1.247.920
1.02.07.05	Avais e fianças honradas	2.531	0	0
1.02.07.06	(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-212	0	0
1.02.08	Outros Valores e Bens	335.970	430.322	324.166
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	43.831	40.378	7.832
1.02.08.02	Bens não de uso próprio	292.139	389.944	316.334
1.03	Ativo Permanente	747.592	702.362	717.416
1.03.01	Investimentos	720.676	693.073	707.529
1.03.01.02	Participações em Controladas	719.426	691.482	707.055
1.03.01.04	Outros Investimentos	1.250	1.591	474
1.03.02	Imobilizado de Uso	8.711	7.998	7.737
1.03.02.01	Instalações, Móveis Equipamentos de Uso	21.970	21.970	21.603
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	8.190	6.182	5.017

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1.03.02.03	(-) Depreciações Acumuladas	-21.449	-20.154	-18.883
1.03.04	Intangível	18.205	1.291	2.150
1.03.04.01	Gastos com Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	21.601	3.862	3.862
1.03.04.02	(-) Amortização Acumulada	-3.396	-2.571	-1.712

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	21.696.603	16.350.590	15.367.043
2.01	Passivo Circulante	9.411.583	7.030.160	6.738.841
2.01.01	Depósitos	2.485.656	2.125.500	1.845.451
2.01.01.01	Depósitos à Vista	90.883	155.980	195.382
2.01.01.02	Depósitos Interfinanceiros	339.920	52.507	532.246
2.01.01.03	Depósitos a Prazo	2.054.853	1.917.013	1.117.823
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	4.046.998	3.943.494	4.485.015
2.01.02.01	Carteira Própria	4.046.998	3.943.494	4.485.015
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.648.977	706.659	205.861
2.01.03.01	Recursos de letras de crédito imobiliário	915.031	253.217	96.421
2.01.03.02	Recursos de Letras de Crédito do Agronegócio	733.946	453.442	103.005
2.01.03.03	Recursos de letras financeiras	0	0	6.435
2.01.04	Relações Interfinanceiras	5.520	594	311
2.01.04.01	Correspondentes	334	329	311
2.01.04.02	Recebimentos e pagamentos a liquidar	5.186	265	0
2.01.05	Relações Interdependências	12.057	2.794	3.867
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	12.057	2.794	3.867
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	0	5	5
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	0	5	5
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	0	2.457	7.483
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	0	12.366	27.188
2.01.09	Outras Obrigações	1.212.375	236.291	163.660
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	100.156	84.584	44.762
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	389	137	788
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	109.058	108.326	34.344
2.01.09.04	Sociais e Estatutárias	36.348	9.754	0
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	12.552	9.446	41.182
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	16.895	7.009	14.091

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.01.09.08	Dívidas Subordinada	27.611	0	0
2.01.09.09	Outros	909.366	17.035	28.493
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	11.300.541	8.451.451	7.837.184
2.02.01	Depósitos	7.136.435	5.988.259	5.365.635
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	318.872	0	0
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	6.817.563	5.988.259	5.365.635
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.447.429	410.273	383.289
2.02.03.01	Recursos de Letras de Crédito do Agronegócio	176.412	365.301	159.493
2.02.03.02	Recursos de letras financeiras	726.894	0	0
2.02.03.04	Recursos de Letras de Crédito Imobiliário	544.123	44.972	223.796
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	0	44	6.926
2.02.09	Outras Obrigações	2.716.677	2.052.875	2.081.334
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	2.099.349	1.625.048	1.747.419
2.02.09.02	Fiscais e Previdenciárias	257.358	193.225	179.630
2.02.09.03	Provisão para Passivos Contingentes	22.398	22.275	21.779
2.02.09.04	Dívida Subordinada	320.562	204.419	132.506
2.02.09.05	Outros	7.701	7.908	0
2.02.09.07	Carteira de Câmbio	9.309	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	11.885
2.05	Patrimônio Líquido	984.479	868.979	779.133
2.05.01	Capital Social Realizado	852.335	851.665	1.202.393
2.05.01.01	De Domiciliados no País	723.468	722.798	1.073.526
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	128.867	128.867	128.867
2.05.02	Reservas de Capital	4.127	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	135.067	23.133	0
2.05.04.01	Legal	10.774	1.730	0
2.05.04.02	Estatutária	131.137	21.403	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	-6.844	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.05.04.07.01	(-) Ações em Tesouraria	-6.844	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-7.050	-5.819	-4.929
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-7.050	-5.819	-4.929
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-418.331

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	2.288.991	1.440.567	990.603
3.01.01	Operações de Crédito	1.144.897	737.629	454.613
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	831.959	570.754	446.881
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	266.984	119.355	5.836
3.01.04	Resultado com Operações de Câmbio	45.151	12.829	83.273
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-1.781.750	-1.267.589	-825.870
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-1.790.872	-1.226.140	-819.605
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-3.923	-7.124	-13.728
3.02.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	13.045	-34.325	7.463
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	507.241	172.978	164.733
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-228.814	-148.586	-171.073
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	40.361	40.100	33.917
3.04.02	Despesas de Pessoal	-109.269	-99.985	-89.523
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-155.622	-83.530	-89.597
3.04.04	Despesas Tributárias	-44.663	-12.317	-6.416
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	55.457	16.168	18.442
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-28.993	-13.364	-40.841
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	13.915	4.342	2.945
3.05	Resultado Operacional	278.427	24.392	-6.340
3.06	Resultado Não Operacional	17.637	63.687	30.687
3.06.01	Receitas	31.679	69.392	42.685
3.06.02	Despesas	-14.042	-5.705	-11.998
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	296.064	88.079	24.347
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-54	-2.298	-2.196
3.09	IR Diferido	-69.000	-20.236	-1.317
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-46.132	-24.645	-14.949
3.10.01	Participações	-46.132	-24.645	-14.949
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	180.878	40.900	5.885

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,57524	0,21937	0,02769

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	180.878	40.900	5.885
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.231	-833	-19.446
4.02.01	Ativos financeiros disponíveis para venda	-2.114	-1.504	-36.032
4.02.02	Hedges fluxo de caixa	1	1	1
4.02.03	Outros resultados abrangentes	804	453	15.911
4.02.04	Imposto de renda	78	217	674
4.03	Resultado Abrangente do Período	179.647	40.067	-13.561

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-245.940	-149.885	148.311
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	213.235	102.737	-14.091
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	180.878	40.900	5.942
6.01.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-13.045	34.325	-7.463
6.01.01.03	Impostos Diferidos	69.000	20.236	1.317
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	2.120	2.130	2.279
6.01.01.05	Provisão para Contingências	-1.742	-1.016	2.956
6.01.01.06	Resultado de Participação e Controlada	1.502	578	2.966
6.01.01.10	Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa Equivalentes de Caixa	-16.625	9.926	-19.086
6.01.01.11	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	-13.915	-4.342	-3.002
6.01.01.12	Pagamento baseado em ações	5.062	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-459.175	-252.622	162.402
6.01.02.01	(Aumento) Redução de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-250.608	-183.952	-3.120
6.01.02.02	(Aumento) Redução de Títulos e Valores Mobiliários	-2.270.008	156.020	-1.761.508
6.01.02.03	(Aumento) Redução de Operações de Crédito	-2.137.012	-1.029.796	-479.650
6.01.02.04	(Aumento) Redução de Outros Créditos	-463.905	-168.693	84.090
6.01.02.05	(Aumento) Redução de Outros Valores e Bens	90.093	-99.595	76.883
6.01.02.06	(Aumento) Redução de Relações Interfinanceiras e Interdependências	16.220	-2.509	2.022
6.01.02.07	(Aumento) Redução de Instrumentos Financeiros Derivativos	9.532	180.093	-22.299
6.01.02.08	Aumento (Redução) de Depósitos	1.508.332	902.673	-131.835
6.01.02.09	Aumento (Redução) de Operações Compromissadas	103.504	-541.521	2.474.280
6.01.02.10	Aumento (Redução) de Recursos e Aceites e Emissões de Títulos	1.979.474	527.782	53.975
6.01.02.11	Aumento (Redução) de Outras Obrigações	-14.872	-26.730	-104.352
6.01.02.12	Aumento (Redução) de Obrigações por Empréstimos e Repasses	970.075	45.491	-17.820
6.01.02.13	Aumento (Redução) de Resultado de Exercícios Futuros	0	-11.885	-8.264
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	17.322	-75.303
6.02.01	Aquisição de imobilizado de uso	-2.008	-1.532	-166
6.02.03	Redução/Aumento de capital em controladas	0	22.158	-74.622

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.02.05	Aquisição/Alienação de intangível	0	0	-515
6.02.07	Aquisição de outros investimentos	341	-3.304	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	111.870	131.446	-9.929
6.03.01	Venda (Aquisição) de Ações Próprias	-6.844	0	0
6.03.02	Juros sore o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	-25.710	-11.475	0
6.03.03	Aumento de capital	670	61.254	0
6.03.05	Aumento (Redução) em Obrigações por Dívidas Subordinadas	143.754	81.667	-9.929
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	16.625	-9.926	19.086
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	119.112	-11.043	82.165
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	301.558	312.601	230.436
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	182.446	301.558	312.601

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	851.665	0	0	23.133	0	-5.819	868.979
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	851.665	0	0	23.133	0	-5.819	868.979
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	180.878	0	180.878
5.05	Destinações	0	0	0	119.678	-180.878	0	-61.200
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-61.200	0	-61.200
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	119.678	-119.678	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	9.044	-9.044	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	110.634	-110.634	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-1.231	-1.231
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-2.087	-2.087
5.07.05	MTM Hedge de FI	0	0	0	0	0	1	1
5.07.06	Outros Ajustes	0	0	0	0	0	855	855
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	670	0	0	0	0	0	670
5.10	Ações em Tesouraria	0	-6.844	0	0	0	0	-6.844
5.11	Outras Transações de Capital	0	4.127	0	0	0	0	4.127
5.12	Outros	0	0	0	-900	0	0	-900
5.13	Saldo Final	852.335	-2.717	0	141.911	0	-7.050	984.479

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.202.393	0	0	0	-418.274	-4.986	779.133
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.202.393	0	0	0	-418.274	-4.986	779.133
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	40.900	0	40.900
5.05	Destinações	0	0	0	23.133	-34.608	0	-11.475
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-11.475	0	-11.475
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	23.133	-23.133	0	0
5.05.03.01	Reserva legal	0	0	0	1.730	-1.730	0	0
5.05.03.02	Reserva estatutária	0	0	0	21.403	-21.403	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-833	-833
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-922	-922
5.07.04	MTM Hedge Fluxo de Caixa	0	0	0	0	0	1	1
5.07.05	Outros ajustes de avaliação patrimonial	0	0	0	0	0	88	88
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	-350.728	0	0	0	411.982	0	61.254
5.13	Saldo Final	851.665	0	0	23.133	0	-5.819	868.979

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.202.393	0	0	0	-424.216	14.517	792.694
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.202.393	0	0	0	-424.216	14.517	792.694
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	5.942	0	5.885
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-19.503	-19.503
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-19.873	-19.873
5.07.04	Outros ajustes de avaliação patrimonial	0	0	0	0	0	370	370
5.13	Saldo Final	1.202.393	0	0	0	-418.274	-4.986	779.076

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	2.386.498	1.512.833	1.040.271
7.01.01	Intermediação Financeira	2.288.991	1.440.567	990.603
7.01.02	Prestação de Serviços	40.361	40.100	33.917
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	13.045	-34.325	7.463
7.01.04	Outras	44.101	66.491	8.288
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.794.795	-1.233.264	-833.333
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-145.070	-75.265	-71.982
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-484	-396	-417
7.03.02	Serviços de Terceiros	-110.808	-58.609	-52.558
7.03.04	Outros	-33.778	-16.260	-19.007
7.04	Valor Adicionado Bruto	446.633	204.304	134.956
7.05	Retenções	-2.120	-2.130	-2.279
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.120	-2.130	-2.279
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	444.513	202.174	132.677
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	13.915	4.342	3.002
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	13.915	4.342	3.002
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	458.428	206.516	135.679
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	458.428	206.516	135.679
7.09.01	Pessoal	155.401	124.630	104.472
7.09.01.01	Remuneração Direta	67.226	59.705	57.164
7.09.01.02	Benefícios	16.575	15.356	13.169
7.09.01.03	F.G.T.S.	25.468	24.924	19.190
7.09.01.04	Outros	46.132	24.645	14.949
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	113.717	34.851	9.929
7.09.02.01	Federais	96.953	32.895	8.260
7.09.02.03	Municipais	16.764	1.956	1.669
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	8.432	6.135	15.336
7.09.03.01	Aluguéis	8.432	6.135	15.336

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	180.878	40.900	5.942
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	61.200	11.475	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	119.678	29.425	5.942

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas, apresentamos o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine S.A. (Banco) relativas ao segundo semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

O Banco Pine é um banco brasileiro, de capital aberto, que há mais de vinte e cinco anos destaca-se por financiar e assessorar seus clientes em todo território nacional. A estratégia do Banco é ser ágil e ter competências para desenvolver relacionamentos rentáveis e de longo prazo, sempre colocando os clientes no centro de tudo que faz.

O Banco se posiciona nas seguintes áreas de negócios focando em fornecer soluções financeiras completas por meio de uma ampla variedade de produtos e serviços.



1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

A atividade econômica doméstica seguiu em gradual desaceleração, corroborando o cenário de “soft landing” brasileiro. De acordo com o IBGE, o PIB do terceiro trimestre cresceu 0,1% - ante 1,0% no segundo trimestre e 1,4% no primeiro trimestre. Mais recentemente, até novembro de 2023, a produção industrial apresentou crescimento de 0,1% em comparação ao mesmo período de 2022. Na mesma base de comparação, o setor de serviços e o comércio varejista apresentaram crescimento de 2,7% e 1,7%, respectivamente.

A dinâmica do setor agropecuário continua favorável e de importante relevância para o desempenho a atividade econômica. O segundo prognóstico divulgado em dezembro para a safra de 2024 apontou 306,2 milhões de toneladas para a safra de grãos, cereais e leguminosas. O resultado, embora apresente uma queda (-3,2%) em relação a produção de 2023, é o segundo maior da série histórica.

A inflação IPCA registrou alta de 4,62% em 2023, permanecendo dentro do limite superior da meta (3,25% com tolerância de 1,5 p.p. para cima ou para baixo), após atingir seu pico em abril de 2022 com inflação acumulada de 12,13%. O conjunto de preços livres, que é mais afetado pelo ciclo econômico, registrou alta de 3,14% nos em 2023, enquanto o conjunto de preços administrados registrou 9,12%. Vale dizer que o destaque do ano foi para a qualidade da desinflação das medidas de núcleo e de serviços subjacentes, principalmente no segundo semestre. Em nossa visão, tal fenômeno corrobora o cenário de “pouso suave” anteriormente mencionado.

A taxa básica de juros Selic encerrou 2023 em 11,75% a.a., decidida na última reunião do ano em 13 de dezembro. A comunicação do Copom após a reunião foi de que o ritmo de cortes em 0,5 p.p. é o mais adequado para as próximas reuniões.

Mesmo diante do início do ciclo de afrouxamento monetário, o custo de crédito ainda foi relativamente alto ao longo de todo o ano. Até novembro, o estoque total das operações de crédito bancário atingiu R\$5,65 trilhões, avançando 7,1% em relação ao saldo de dezembro de 2022 (nominal). A carteira de recursos livres avançou 5,0% e a de recursos direcionados 8,0% na mesma base de comparação, apresentando tendência de desaceleração desde janeiro. A taxa de juros da carteira de recursos livres encerrou novembro em 54,9% a.a. para pessoas físicas (alta de 8,0 pontos base em relação ao nível pré pandemia) e em 22,2% a.a. para pessoas jurídicas (alta de 5,3 pontos base na mesma métrica). Com as taxas de juros mais elevadas, o spread bancário para recursos livres ficou em 43,7 p.p. para pessoas físicas e em 11,4 p.p. para pessoas jurídicas. Por fim, a taxa de inadimplência para recursos livres para pessoas físicas e jurídicas avançaram para 5,7% e 3,6%, respectivamente.

Em relação ao setor externo, a balança comercial registrou superávit de US\$98,838 bilhões no ano. O resultado representa alta de 60,6% em relação ao ano de 2022. Na abertura, houve avanço de 1,7% das exportações e recuo de -11,7% das importações, na mesma base de comparação.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em relação ao movimento cambial, o fluxo foi positivo em US\$11,5 bilhões em 2023, com o segmento comercial registrando entrada líquida de US\$49,1 bilhões e o segmento financeiro com fluxo negativo de US\$37,6 bilhões. Por fim, as contas externas mais robustas somadas ao “pouso suave” da economia doméstica impactou o Real brasileiro, que valorizou 9,4% no ano.

Para 2024, a perspectiva é de crescimento do PIB próximo da taxa potencial da economia – estimada entre 2% e 2,5% – com dinâmicas semelhantes para a oferta e demanda agregada. Ao mesmo tempo esperamos inflação IPCA em torno do centro da meta e valorização da taxa de câmbio.

2. DESEMPENHO

2.1 Resultado contábil consolidado

RESULTADOS (R\$ milhões)	2022	2023	Variação
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	177,1	506,1	185,8%
Receita de prestação de serviços e tarifas	51,2	53,1	3,6%
Despesas administrativas e de pessoal	(184,8)	(268,8)	45,5%
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	93,7	302,1	222,4%
Lucro líquido contábil	40,9	180,9	342,2%

2.2 Resultado gerencial

Visando uma melhor compreensão e análise do desempenho do Banco, as explicações desse relatório são baseadas na Demonstração Gerencial do Resultado, que considera algumas reclassificações gerenciais realizadas na Demonstração do Resultado Societário auditado. **Para mais informações e detalhes das reclassificações e critérios gerenciais, favor acessar o relatório de Análise Gerencial dos Resultados do 4T23 disponível no site de Relações com Investidores (ri.pine.com).**

RESULTADOS (R\$ milhões)	2022	2023	Variação
Margem financeira Líquida	243,8	499,5	104,9%
Receita de prestação de serviços e tarifas	51,2	53,1	3,6%
Despesas administrativas e de pessoal	(184,8)	(213,2)	15,4%
Resultado operacional	93,7	302,1	222,4%
Lucro líquido	40,9	180,9	342,2%

O ano de 2023 foi marcado pela contínua expansão e diversificação dos nossos negócios e por uma melhora substancial em nossa rentabilidade. Com crescimento de carteiras e receitas, melhoramos a qualidade do crédito e nossa eficiência, diversificamos a nossa estrutura de *funding* e fortalecemos o nosso capital para suportar a nossa tese de crescimento.

- A Margem Financeira Líquida somou R\$ 500 milhões no 2023, aumento de 104,9% em relação ao ano de 2022. Esse aumento reflete: (i) o aumento do saldo médio das carteiras de crédito; (ii) a introdução de vendas usuais da carteira de Varejo Colateralizado, como ferramenta de gestão de capital e otimização de portfólio; (iii) o resultado consistente da mesa de clientes e; (iv) a maior eficiência na gestão de ALM.
- Receitas de serviços e tarifas totalizaram R\$ 53,1 em 2023, apresentando um aumento de 3,6% no ano, devido, principalmente, à maior receita de comissão de intermediação.
- As despesas administrativas e de pessoal totalizaram R\$ 213,2 milhões em 2023, um crescimento de 15,4% em relação ao ano anterior, devido, principalmente, ao aumento das despesas administrativas, reflexo do maior volume de operações de varejo colateralizado e operações estruturadas.
- **O lucro líquido totalizou R\$ 180,9 milhões em 2023, um crescimento de 342% quando comparado aos R\$ 40,9 milhões de 2022.**
- › A carteira de crédito expandida totalizou R\$ 9,6 bilhões no período, um crescimento de 48% em relação a dezembro de 2022, devido, principalmente à consolidação de nossa atuação em portfólios de Crédito de Varejo Colateralizado.
- › O crescimento da carteira foi realizado de maneira a manter a qualidade dos créditos, ao final de dezembro de 2023 96,2% da carteira de crédito estava classificada entre os *ratings* AA-C.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



- Destaque para a maior diversificação através do ingresso em operações públicas de letras financeiras subordinadas e do maior volume de debêntures financeiras vinculadas a cessões e de instrumentos incentivados. Esta melhora no mix de captações em 2023 contribuiu para a redução do custo de *funding*. O portfólio permaneceu diversificado e segue alocado em prazos mais longos e sem concentração de vencimentos, corroborando com o perfil dos ativos.

3. RATINGS

O Banco é classificado por agência de *rating* e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional, a solidez financeira e a qualidade da sua administração, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida.

Em novembro/23, a agência S&P iniciou a cobertura do Banco e atribuiu o *rating* 'brA- ', com perspectiva estável. A agência destaca que: "O Banco Pine se diferencia de seus pares por conseguir expandir seus negócios continuamente em conjunto com seus lucros, sem apresentar deterioração significativa da qualidade de crédito da carteira ou das métricas de capital regulatórias."

Em dezembro/23, a agência Moody's atribuiu um duplo upgrade para o *rating* do Banco, elevando sua nota para 'BBB+' com perspectiva estável. A agência destaca que "A elevação dos ratings do Pine incorpora a melhora dos níveis de rentabilidade do banco acompanhada de uma melhora na qualidade da carteira de crédito, e redução das concentrações da carteira de crédito nos últimos períodos."

4. RECURSOS HUMANOS

O Banco Pine é uma instituição financeira que atua no mercado há mais de 25 anos, destacando-se por financiar e assessorar médias e grandes empresas. Somos focados na eficiência das operações, na agilidade dos negócios e na antecipação de soluções aos nossos clientes.

Para nós, estabelecer relações com vínculo de longo prazo são primordiais e, o pilar da confiança é fundamental. Somos assertivos e alinhados aos objetivos do banco, identificamos e avaliamos os eventuais riscos envolvidos no dia a dia. Estimulamos a liderança e empreendedorismo, explorando a inspiração, persistência e aprendizado contínuo. Cada item destacado permeia nossa cultura que, com solidez, vem acompanhando os passos, conquistas e resultados sustentáveis do Banco Pine ao longo de cada trimestre.

Diante deste contexto, a área de Recursos Humanos é fundamental para apoiar a execução da estratégia do negócio por meio da instrumentalização da Gestão de Pessoas. Para isso, fomentamos diversas ações atreladas aos pilares de Atração de Talentos, Treinamento & Desenvolvimento, Cultura, Performance, Remuneração, Benefícios e Reconhecimento.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Possuímos uma governança robusta, com políticas atualizadas, voltada para trazer mais segurança e transparência para nossos clientes, acionistas e demais partes relacionadas. Entre os diferenciais de governança praticados, estão:

- › Listado no Nível 2 de Governança Corporativa da B3;
- › Dois membros independentes no Conselho de Administração;
- › *Tag along* de 100% para todas as ações, inclusive as preferenciais;
- › Procedimentos de arbitragem para rápida solução em caso de disputas;
- › Presença de Comitês de Auditoria (100% independente) e Comitê de Remuneração (com membros da Companhia e independentes) que respondem diretamente ao Conselho de Administração.

ESG

Reconhecemos nosso papel como instituição financeira no fomento de negócios sustentáveis, contribuindo para que a sociedade prospere.

Entendemos que a gestão de aspectos AMBIENTAL, SOCIAL e de GOVERNANÇA (ESG, na sigla em inglês) é essencial para nosso crescimento e perenidade. Iniciamos estudos e pesquisas, com o apoio de uma das maiores especializadas no assunto do Brasil, para desenvolvermos as melhores estratégias e avaliarmos todas as oportunidades e melhorias que podem ser implementadas acerca do tema, aprofundando a compreensão dos impactos e relevância e visando sempre a perenidade dos negócios.

Adicionalmente, a agenda ambiental, social e de governança está em evolução nos organismos regulatórios nacionais. Dessa forma, o Banco atualizou sua Política de Responsabilidade de Socioambiental e Climática (PRSAC) com base nessas novas orientações, com o objetivo da formalização da estrutura de gestão e governança dos aspectos socioambientais. A PRSAC do Banco tem como principais norteadores estratégicos a responsabilidade na condução dos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

seus negócios através do gerenciamento do risco socioambiental, estabelecendo critérios de avaliação sociais, ambientais e de governança na concessão de crédito.

Em atendimento à agenda Bacen no que tange os riscos socioambiental e climático, o Banco está revisando seus processos e políticas internas para medir, controlar e, quando aplicável, reduzir os riscos associados a cada cliente do seu portfólio.

Além disso, nossa sede está localizada na cidade de São Paulo em um edifício com certificação Leadership in Energy and Environmental Design - LEED Gold, a qual atesta a adoção de práticas de construção sustentável. O selo é concedido pela Green Building Council, e para receber a classificação, o edifício é avaliado levando em consideração questões como o uso racional de água, eficiência energética, seleção dos materiais da construção e qualidade ambiental interna.

Distribuição de Proventos

No dia 20 de janeiro de 2023 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2022 no valor bruto total de R\$11.475.392,83, que representa um valor bruto de R\$ 0,0615496596 por cada ação ordinária e cada ação preferencial, observadas, para fins de apuração do valor líquido, as disposições legais atinentes à retenção de imposto de renda. O crédito dos juros sobre o capital próprio ocorreu em 08 de fevereiro de 2023 e considerou a posição acionária do dia 30 de janeiro de 2023.

No dia 17 de julho de 2023 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio referente ao primeiro semestre de 2023 no valor bruto total de R\$18.448.422,55, que representa um valor bruto de R\$ 0,10063392712521 por cada ação ordinária e cada ação preferencial, observadas, para fins de apuração do valor líquido, as disposições legais atinentes à retenção de imposto de renda. O crédito dos juros sobre o capital próprio ocorreu em 10 de agosto de 2023 e considerou a posição acionária do dia 31 de julho de 2023.

No dia 21 de dezembro de 2023, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor bruto total de R\$ 42.751.633,94 (quarenta e dois milhões e setecentos e cinquenta e um mil e seiscentos e trinta e três reais e noventa e quatro centavos), que representa um valor bruto de R\$ 0,2080922546 por cada ação ordinária e cada ação preferencial, observadas, para fins de apuração do valor líquido, as disposições legais atinentes à retenção de imposto de renda. O crédito dos juros sobre o capital próprio ocorreu em 15 de janeiro de 2024 e considerou a posição acionária do dia 08 de janeiro de 2024.

Alterações de Capital em 2023

No dia 6 de abril de 2023, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital em decorrência do exercício de parte dos bônus de subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de março de 2023 a 31 de março de 2023. O aumento de capital foi de R\$2.652,00, mediante a emissão de 442 novas ações ordinárias e 884 novas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, tendo em vista o registro do exercício de 442 Bônus de Subscrição, pelo preço de exercício individual de R\$6,00. Ao final do aumento o capital era de R\$851.667.740,25, dividido em 186.442.533 ações nominativas, sendo 97.895.917 ordinárias e 88.546.616 preferenciais.

No dia 7 de junho de 2023, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital em decorrência do segundo período de exercício do bônus de subscrição, ocorrido entre 01 de junho de 2023 a 30 de junho de 2023. O aumento de capital foi de R\$101.688,00, mediante a emissão de 16.948 novas ações ordinárias e 33.896 novas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, tendo em vista o registro do exercício de 16.948 Bônus de Subscrição, pelo preço de exercício individual de R\$6,00. Ao final do aumento o capital era de R\$851.769.428,25, dividido em 186.493.377 ações nominativas, sendo 97.912.865 ordinárias e 88.580.512 preferenciais.

No dia 5 de outubro de 2023, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital em decorrência do terceiro período de exercício do bônus de subscrição, ocorrido entre 01 de setembro de 2023 a 30 de setembro de 2023. O aumento de capital foi de R\$565.548,00, mediante a emissão de 94.258 novas ações ordinárias e 188.516 novas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, tendo em vista o registro do exercício de 47.129 Bônus de Subscrição, pelo preço de exercício individual de R\$6,00. Ao final do aumento o capital era de R\$852.334.976,25, dividido em 186.776.151 ações nominativas, sendo 98.007.123 ordinárias e 88.769.028 preferenciais.

No dia 4 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital em decorrência do quarto período de exercício do bônus de subscrição, ocorrido entre 01 de dezembro de 2023 a 28 de dezembro de 2023. O aumento de capital foi de R\$44.403.786,00, mediante a emissão de 22.201.893 (vinte e dois milhões e duzentas e uma mil e oitocentas e noventa e três) novas ações nominativas, sendo 7.400.631 (sete milhões e quatrocentas mil e seiscentas e trinta e uma) ordinárias e 14.801.262 (quatorze milhões e oitocentas e uma mil e duzentas e sessenta e duas) preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, tendo em vista o registro do exercício de 7.400.631 (sete milhões e quatrocentos mil e seiscentos e trinta e um) Bônus de Subscrição, pelo preço de exercício individual de R\$6,00, dividido em 208.978.044 (duzentos e oito milhões e novecentas e setenta e oito mil e quarenta e quatro) ações nominativas, sendo

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

105.407.754 (cento e cinco milhões e quatrocentas e sete mil e setecentas e cinquenta e quatro) ordinárias e 103.570.290 (cento e três milhões e quinhentas e setenta mil e duzentas e noventa) preferenciais, sem valor nominal.

Com o Quarto período de exercício do bônus de subscrição, consideramos como evento subsequente a adição do valor de R\$44.403.786,00 no nosso Patrimônio Líquido.

Circular BACEN nº 3.068/01

Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, declaramos ter capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$ 4.801,7 milhões, representando 57,8% do total de títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2023.

6. AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, no período de janeiro a dezembro de 2023, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Banco Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

7. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A atuação da equipe de Relações com Investidores é pautada pelo compromisso com a transparência, equidade da informação e busca constante por melhores práticas, transmitindo as informações, perspectivas e estratégias do Banco Pine de forma qualificada. Por meio do site de RI (ri.pine.com), o Banco mantém os acionistas sempre atualizados, e no caso de dúvidas, é disponibilizado um canal de comunicação direto via e-mail (ri@pine.com).

8. AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos acionistas e clientes pela confiança depositada, e aos colaboradores por toda dedicação e excelente trabalho na construção de um mercado financeiro cada vez mais competitivo e ético. Ciosos da responsabilidade de financiar rápido e servir bem nossos clientes, buscamos constantemente novas formas de melhorar nossos produtos e serviços, em benefício das pessoas e empresas.

A Administração

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Preparadas de acordo com as Práticas Contábeis
adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições
autorizadas a funcionar pelo Bacen

31 de dezembro de 2023



Notas Explicativas

Índice	Página
Relatório do Auditor Independente.....	1
Relatório do Comitê de Auditoria.....	10
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.....	11
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes.....	12
Relatório da Administração.....	13
Balço Patrimonial.....	18
Demonstração do Resultado.....	19
Demonstração do Resultado Abrangente.....	20
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	21
Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto).....	22
Demonstração do Valor Adicionado.....	23
Notas Explicativas	
1. Contexto Operacional.....	24
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.....	24
3. Principais Práticas Contábeis.....	24
4. Caixa e Equivalentes de Caixa.....	28
5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	28
6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	29
7. Carteira de Crédito, Garantias Prestadas e Títulos com Risco de Crédito.....	33
8. Outros Ativos Financeiros.....	35
9. Ativos Fiscais.....	35
10. Investimentos.....	36
11. Outros Ativos.....	37
12. Imobilizado de Uso.....	37
13. Depósitos e demais Instrumentos Financeiros.....	37
14. Dívida Subordinada.....	38
15. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias.....	39
16. Outros Passivos.....	39
17. Patrimônio Líquido.....	40
18. Demonstração de Resultado.....	41
19. Imposto de Renda e Contribuição Social.....	43
20. Transações entre Partes Relacionadas.....	43
21. Compromissos, Garantias e Outras Informações.....	44
22. Programa de Participação nos Lucros e Resultados.....	44
23. Gestão de Riscos e de Capital.....	44
24. Operações Ativas Vinculadas.....	47
25. Outras Informações.....	47
26. Eventos Subsequentes.....	48

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta - NIRE 35300525515
CNPJ 62.144.175/0001-20
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA



O Comitê de Auditoria do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Conglomerado Pine") é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, composto unicamente por membros independentes, implantado conforme regulamentações do Banco Central do Brasil – BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Este órgão atua de acordo com o estabelecido em seu Regimento, disponível no site eletrônico de Relações com Investidores (<https://ri.pine.com>), tendo por competência zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Para a execução da supervisão, o Comitê de Auditoria se baseia em informações recebidas da Administração e das áreas de negócios e suporte; nos trabalhos da Auditoria Interna e do Auditor Independente; nas informações das estruturas responsáveis pelo gerenciamento de riscos, controles internos e conformidade; assim como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. O Comitê estabeleceu canal eficiente de comunicação, por intermédio da Auditoria Interna, de modo que as solicitações de informações são atendidas pela administração e demais funcionários.

A elaboração das Demonstrações Financeiras do Conglomerado Pine, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil é de responsabilidade de sua Administração, a quem cabe estabelecer procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras. Ainda, compete à Administração, dentre outras responsabilidades, gerenciar os riscos, estabelecer a estrutura e funcionamento do sistema de controles internos e garantir a conformidade legal.

O Auditor Independente é responsável por examinar as Demonstrações Financeiras e emitir relatório sobre sua adequação, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, decorrente da legislação societária, das normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Conselho de Administração e supervisionada pelo Comitê de Auditoria. Atua de forma independente, adota metodologia própria em conformidade com as normas aplicáveis e melhores práticas da profissão. A metodologia utiliza uma abordagem baseada em riscos para priorização e determinação da frequência dos trabalhos. A Auditoria Interna provê o Conselho, o Comitê de Auditoria e a Diretoria Executiva, com avaliações independentes, imparciais e objetivas, da eficiência e eficácia dos controles internos do gerenciamento de riscos, das práticas de governança e da aderência dos processos às normas regulamentares e procedimentos estabelecidos pela Administração.

1. Atividades do Comitê de Auditoria no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023:

No cumprimento de suas atribuições, o Comitê de Auditoria realizou as seguintes atividades:

a) Auditoria Independente: O Comitê sempre que necessário realizou reuniões com a PricewaterhouseCoopers (PwC) para apreciar o escopo, planejamento e resultados de seus trabalhos, bem como discutir aspectos contábeis relevantes que fundamentam a opinião do auditor sobre as demonstrações financeiras e relatórios financeiros, as recomendações incluídas nos relatórios de controles internos e os respectivos planos de ação desenvolvidos pela Administração. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine.

b) Auditoria Interna: O Comitê em diversas reuniões interagiu com a Auditoria Interna de forma a monitorar a adequação da estrutura e funcionamento, discutir, aprovar e acompanhar a execução do plano de Auditoria Interna quanto à cobertura dos principais riscos do Conglomerado Pine e o resultado dos trabalhos realizados, os relatórios emitidos, conclusões e recomendações, assim como os planos de ação desenvolvidos pela Administração para implantá-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine.

c) Demonstrações Financeiras Consolidadas: O Comitê em reuniões com a Controladoria e a Diretoria repassou e acompanhou o processo de elaboração e discussão dos critérios e práticas contábeis aplicadas para a elaboração das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Relatório do Auditor Independente. Não foram identificadas divergências significativas pela Administração, pelos Auditores Independentes e pelo Comitê de Auditoria para o período em análise, que possam comprometer as informações apresentadas.

d) Administração de Riscos: O Comitê reuniu-se em diversas ocasiões com a diretoria de Compliance, PLD, Riscos e Segurança da Informação, responsável pela Gestão Integrada de Risco do Conglomerado Pine de forma a acompanhar os aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos do Conglomerado Pine e o processo de governança para definir o apetite de riscos e controlar os limites estabelecidos.

e) Canal de Denúncias: O Comitê de Auditoria monitora o funcionamento do Canal de Denúncias disponível no site eletrônico do Conglomerado Pine e acompanha, quando existentes, o tratamento dos casos com envolvimento da administração.

f) O Comitê realizou, ainda, reuniões com diversas áreas do Conglomerado Pine para o conhecimento, apreciação e avaliação do ambiente de controles internos, com ênfase nos aspectos de conformidade legal, gestão de riscos, práticas de governança, atuação e comprometimento dos gestores.

g) O Comitê conta com a participação de um membro do Conselho de Administração que permite relatos sistemáticos das suas atividades neste órgão de administração. Adicionalmente, o presidente do Comitê esteve presente em reuniões do Conselho de Administração.

2. Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórios de acordo com os objetivos propostos, bem como o sistema de controles internos e os esforços que vêm sendo realizados para seu contínuo aprimoramento são adequados ao porte e complexidade das operações do Conglomerado Pine e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras do Banco Pine S.A. e suas controladas para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, assim como ao estudo de realização do crédito tributário desta mesma data, recomendando sua aprovação ao Conselho de Administração.

São Paulo, 6 de fevereiro de 2024.

Walkyria Aparecida Augusto – Presidente e Membro Qualificado

Harumi Susana Ueta Waldeck – Membro qualificado

Sérgio Machado Zica de Castro – Membro representante do Conselho de Administração

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.

Companhia Aberta

CNPJ 62.144.175/0001-20

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS



Após análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Instituição, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras ('Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas'), Relatório do Comitê de Auditoria e Relatório dos Auditores Independentes, os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Diretores Executivos

Rodrigo Esteves Pinheiro
Noberto Nogueira Pinheiro Junior

Diretores sem Designação Específica

Alcides Roberto Rocha
Guilherme Vieira Neves
Odílardo Guerreiro Rodrigues Filho
Ricardo de Castro Bampa
Ronaldo Silvestre
Tatiana Aparecida Munhoz

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.

Companhia Aberta

CNPJ 62.144.175/0001-20

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



Após análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Instituição, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras ('Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas'), Relatório do Comitê de Auditoria e Relatório dos Auditores Independentes, os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que discutiram, reviram e concordam com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Diretores Executivos

Rodrigo Esteves Pinheiro
Noberto Nogueira Pinheiro Junior

Diretores sem Designação Específica

Alcides Roberto Rocha
Guilherme Vieira Neves
Odílardo Guerreiro Rodrigues Filho
Ricardo de Castro Bampa
Ronaldo Silvestre
Tatiana Aparecida Munhoz

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Prezados acionistas, apresentamos o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine S.A. (Banco) relativas ao segundo semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

O Banco Pine é um banco brasileiro, de capital aberto, que há mais de vinte e cinco anos destaca-se por financiar e assessorar seus clientes em todo território nacional. A estratégia do Banco é ser ágil e ter competências para desenvolver relacionamentos rentáveis e de longo prazo, sempre colocando os clientes no centro de tudo que faz.

O Banco se posiciona nas seguintes áreas de negócios focando em fornecer soluções financeiras completas por meio de uma ampla variedade de produtos e serviços.



1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

A atividade econômica doméstica seguiu em gradual desaceleração, corroborando o cenário de “soft landing” brasileiro. De acordo com o IBGE, o PIB do terceiro trimestre cresceu 0,1% - ante 1,0% no segundo trimestre e 1,4% no primeiro trimestre. Mais recentemente, até novembro de 2023, a produção industrial apresentou crescimento de 0,1% em comparação ao mesmo período de 2022. Na mesma base de comparação, o setor de serviços e o comércio varejista apresentaram crescimento de 2,7% e 1,7%, respectivamente.

A dinâmica do setor agropecuário continua favorável e de importante relevância para o desempenho a atividade econômica. O segundo prognóstico divulgado em dezembro para a safra de 2024 apontou 306,2 milhões de toneladas para a safra de grãos, cereais e leguminosas. O resultado, embora apresente uma queda (-3,2%) em relação a produção de 2023, é o segundo maior da série histórica.

A inflação IPCA registrou alta de 4,62% em 2023, permanecendo dentro do limite superior da meta (3,25% com tolerância de 1,5 p.p. para cima ou para baixo), após atingir seu pico em abril de 2022 com inflação acumulada de 12,13%. O conjunto de preços livres, que é mais afetado pelo ciclo econômico, registrou alta de 3,14% nos em 2023, enquanto o conjunto de preços administrados registrou 9,12%. Vale dizer que o destaque do ano foi para a qualidade da desinflação das medidas de núcleo e de serviços subjacentes, principalmente no segundo semestre. Em nossa visão, tal fenômeno corrobora o cenário de “pouso suave” anteriormente mencionado.

A taxa básica de juros Selic encerrou 2023 em 11,75% a.a., decidida na última reunião do ano em 13 de dezembro. A comunicação do Copom após a reunião foi de que o ritmo de cortes em 0,5 p.p. é o mais adequado para as próximas reuniões.

Mesmo diante do início do ciclo de afrouxamento monetário, o custo de crédito ainda foi relativamente alto ao longo de todo o ano. Até novembro, o estoque total das operações de crédito bancário atingiu R\$5,65 trilhões, avançando 7,1% em relação ao saldo de dezembro de 2022 (nominal). A carteira de recursos livres avançou 5,0% e a de recursos direcionados 8,0% na mesma base de comparação, apresentando tendência de desaceleração desde janeiro. A taxa de juros da carteira de recursos livres encerrou novembro em 54,9% a.a. para pessoas físicas (alta de 8,0 pontos base em relação ao nível pré pandemia) e em 22,2% a.a. para pessoas jurídicas (alta de 5,3 pontos base na mesma métrica). Com as taxas de juros mais elevadas, o spread bancário para recursos livres ficou em 43,7 p.p. para pessoas físicas e em 11,4 p.p. para pessoas jurídicas. Por fim, a taxa de inadimplência para recursos livres para pessoas físicas e jurídicas avançaram para 5,7% e 3,6%, respectivamente.

Em relação ao setor externo, a balança comercial registrou superávit de US\$98,838 bilhões no ano. O resultado representa alta de 60,6% em relação ao ano de 2022. Na abertura, houve avanço de 1,7% das exportações e recuo de -11,7% das importações, na mesma base de comparação.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em relação ao movimento cambial, o fluxo foi positivo em US\$11,5 bilhões em 2023, com o segmento comercial registrando entrada líquida de US\$49,1 bilhões e o segmento financeiro com fluxo negativo de US\$37,6 bilhões. Por fim, as contas externas mais robustas somadas ao “pouso suave” da economia doméstica impactou o Real brasileiro, que valorizou 9,4% no ano.

Para 2024, a perspectiva é de crescimento do PIB próximo da taxa potencial da economia – estimada entre 2% e 2,5% – com dinâmicas semelhantes para a oferta e demanda agregada. Ao mesmo tempo esperamos inflação IPCA em torno do centro da meta e valorização da taxa de câmbio.

2. DESEMPENHO**2.1 Resultado contábil consolidado**

RESULTADOS (R\$ milhões)	2022	2023	Varição
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	177,1	506,1	185,8%
Receita de prestação de serviços e tarifas	51,2	53,1	3,6%
Despesas administrativas e de pessoal	(184,8)	(268,8)	45,5%
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	93,7	302,1	222,4%
Lucro líquido contábil	40,9	180,9	342,2%

2.2 Resultado gerencial

Visando uma melhor compreensão e análise do desempenho do Banco, as explicações desse relatório são baseadas na Demonstração Gerencial do Resultado, que considera algumas reclassificações gerenciais realizadas na Demonstração do Resultado Societário auditado. **Para mais informações e detalhes das reclassificações e critérios gerenciais, favor acessar o relatório de Análise Gerencial dos Resultados do 4T23 disponível no site de Relações com Investidores (ri.pine.com).**

RESULTADOS (R\$ milhões)	2022	2023	Varição
Margem financeira Líquida	243,8	499,5	104,9%
Receita de prestação de serviços e tarifas	51,2	53,1	3,6%
Despesas administrativas e de pessoal	(184,8)	(213,2)	15,4%
Resultado operacional	93,7	302,1	222,4%
Lucro líquido	40,9	180,9	342,2%

O ano de 2023 foi marcado pela contínua expansão e diversificação dos nossos negócios e por uma melhora substancial em nossa rentabilidade. Com crescimento de carteiras e receitas, melhoramos a qualidade do crédito e nossa eficiência, diversificamos a nossa estrutura de *funding* e fortalecemos o nosso capital para suportar a nossa tese de crescimento.

- A Margem Financeira Líquida somou R\$ 500 milhões no 2023, aumento de 104,9% em relação ao ano de 2022. Esse aumento reflete: (i) o aumento do saldo médio das carteiras de crédito; (ii) a introdução de vendas usuais da carteira de Varejo Colateralizado, como ferramenta de gestão de capital e otimização de portfólio; (iii) o resultado consistente da mesa de clientes e; (iv) a maior eficiência na gestão de ALM.
- Receitas de serviços e tarifas totalizaram R\$ 53,1 em 2023, apresentando um aumento de 3,6% no ano, devido, principalmente, à maior receita de comissão de intermediação.
- As despesas administrativas e de pessoal totalizaram R\$ 213,2 milhões em 2023, um crescimento de 15,4% em relação ao ano anterior, devido, principalmente, ao aumento das despesas administrativas, reflexo do maior volume de operações de varejo colateralizado e operações estruturadas.
- **O lucro líquido totalizou R\$ 180,9 milhões em 2023, um crescimento de 342% quando comparado aos R\$ 40,9 milhões de 2022.**
- › A carteira de crédito expandida totalizou R\$ 9,6 bilhões no período, um crescimento de 48% em relação a dezembro de 2022, devido, principalmente à consolidação de nossa atuação em portfólios de Crédito de Varejo Colateralizado.
- › O crescimento da carteira foi realizado de maneira a manter a qualidade dos créditos, ao final de dezembro de 2023 96,2% da carteira de crédito estava classificada entre os *ratings* AA-C.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



- Destaque para a maior diversificação através do ingresso em operações públicas de letras financeiras subordinadas e do maior volume de debêntures financeiras vinculadas a cessões e de instrumentos incentivados. Esta melhora no mix de captações em 2023 contribuiu para a redução do custo de *funding*. O portfólio permaneceu diversificado e segue alocado em prazos mais longos e sem concentração de vencimentos, corroborando com o perfil dos ativos.

3. RATINGS

O Banco é classificado por agência de *rating* e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional, a solidez financeira e a qualidade da sua administração, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida.

Em novembro/23, a agência S&P iniciou a cobertura do Banco e atribuiu o *rating* 'brA- ', com perspectiva estável. A agência destaca que: "O Banco Pine se diferencia de seus pares por conseguir expandir seus negócios continuamente em conjunto com seus lucros, sem apresentar deterioração significativa da qualidade de crédito da carteira ou das métricas de capital regulatórias."

Em dezembro/23, a agência Moody's atribuiu um duplo upgrade para o *rating* do Banco, elevando sua nota para 'BBB+' com perspectiva estável. A agência destaca que "A elevação dos ratings do Pine incorpora a melhora dos níveis de rentabilidade do banco acompanhada de uma melhora na qualidade da carteira de crédito, e redução das concentrações da carteira de crédito nos últimos períodos."

4. RECURSOS HUMANOS

O Banco Pine é uma instituição financeira que atua no mercado há mais de 25 anos, destacando-se por financiar e assessorar médias e grandes empresas. Somos focados na eficiência das operações, na agilidade dos negócios e na antecipação de soluções aos nossos clientes.

Para nós, estabelecer relações com vínculo de longo prazo são primordiais e, o pilar da confiança é fundamental. Somos assertivos e alinhados aos objetivos do banco, identificamos e avaliamos os eventuais riscos envolvidos no dia a dia. Estimulamos a liderança e empreendedorismo, explorando a inspiração, persistência e aprendizado contínuo. Cada item destacado permeia nossa cultura que, com solidez, vem acompanhando os passos, conquistas e resultados sustentáveis do Banco Pine ao longo de cada trimestre.

Diante deste contexto, a área de Recursos Humanos é fundamental para apoiar a execução da estratégia do negócio por meio da instrumentalização da Gestão de Pessoas. Para isso, fomentamos diversas ações atreladas aos pilares de Atração de Talentos, Treinamento & Desenvolvimento, Cultura, Performance, Remuneração, Benefícios e Reconhecimento.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Possuímos uma governança robusta, com políticas atualizadas, voltada para trazer mais segurança e transparência para nossos clientes, acionistas e demais partes relacionadas. Entre os diferenciais de governança praticados, estão:

- › Listado no Nível 2 de Governança Corporativa da B3;
- › Dois membros independentes no Conselho de Administração;
- › *Tag along* de 100% para todas as ações, inclusive as preferenciais;
- › Procedimentos de arbitragem para rápida solução em caso de disputas;
- › Presença de Comitês de Auditoria (100% independente) e Comitê de Remuneração (com membros da Companhia e independentes) que respondem diretamente ao Conselho de Administração.

ESG

Reconhecemos nosso papel como instituição financeira no fomento de negócios sustentáveis, contribuindo para que a sociedade prospere.

Entendemos que a gestão de aspectos AMBIENTAL, SOCIAL e de GOVERNANÇA (ESG, na sigla em inglês) é essencial para nosso crescimento e perenidade. Iniciamos estudos e pesquisas, com o apoio de uma das maiores especializadas no assunto do Brasil, para desenvolvermos as melhores estratégias e avaliarmos todas as oportunidades e melhorias que podem ser implementadas acerca do tema, aprofundando a compreensão dos impactos e relevância e visando sempre a perenidade dos negócios.

Adicionalmente, a agenda ambiental, social e de governança está em evolução nos organismos regulatórios nacionais. Dessa forma, o Banco atualizou sua Política de Responsabilidade de Socioambiental e Climática (PRSAC) com base nessas novas orientações, com o objetivo da formalização da estrutura de gestão e governança dos aspectos socioambientais. A PRSAC do Banco tem como principais norteadores estratégicos a responsabilidade na condução dos

Notas Explicativas**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

seus negócios através do gerenciamento do risco socioambiental, estabelecendo critérios de avaliação sociais, ambientais e de governança na concessão de crédito.

Em atendimento à agenda Bacen no que tange os riscos socioambiental e climático, o Banco está revisando seus processos e políticas internas para medir, controlar e, quando aplicável, reduzir os riscos associados a cada cliente do seu portfólio.

Além disso, nossa sede está localizada na cidade de São Paulo em um edifício com certificação Leadership in Energy and Environmental Design - LEED Gold, a qual atesta a adoção de práticas de construção sustentável. O selo é concedido pela Green Building Council, e para receber a classificação, o edifício é avaliado levando em consideração questões como o uso racional de água, eficiência energética, seleção dos materiais da construção e qualidade ambiental interna.

Distribuição de Proventos

No dia 20 de janeiro de 2023 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2022 no valor bruto total de R\$11.475.392,83, que representa um valor bruto de R\$ 0,0615496596 por cada ação ordinária e cada ação preferencial, observadas, para fins de apuração do valor líquido, as disposições legais atinentes à retenção de imposto de renda. O crédito dos juros sobre o capital próprio ocorreu em 08 de fevereiro de 2023 e considerou a posição acionária do dia 30 de janeiro de 2023.

No dia 17 de julho de 2023 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio referente ao primeiro semestre de 2023 no valor bruto total de R\$18.448.422,55, que representa um valor bruto de R\$ 0,10063392712521 por cada ação ordinária e cada ação preferencial, observadas, para fins de apuração do valor líquido, as disposições legais atinentes à retenção de imposto de renda. O crédito dos juros sobre o capital próprio ocorreu em 10 de agosto de 2023 e considerou a posição acionária do dia 31 de julho de 2023.

No dia 21 de dezembro de 2023, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor bruto total de R\$ 42.751.633,94 (quarenta e dois milhões e setecentos e cinquenta e um mil e seiscentos e trinta e três reais e noventa e quatro centavos), que representa um valor bruto de R\$ 0,2080922546 por cada ação ordinária e cada ação preferencial, observadas, para fins de apuração do valor líquido, as disposições legais atinentes à retenção de imposto de renda. O crédito dos juros sobre o capital próprio ocorreu em 15 de janeiro de 2024 e considerou a posição acionária do dia 08 de janeiro de 2024.

Alterações de Capital em 2023

No dia 6 de abril de 2023, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital em decorrência do exercício de parte dos bônus de subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de março de 2023 a 31 de março de 2023. O aumento de capital foi de R\$2.652,00, mediante a emissão de 442 novas ações ordinárias e 884 novas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, tendo em vista o registro do exercício de 442 Bônus de Subscrição, pelo preço de exercício individual de R\$6,00. Ao final do aumento o capital era de R\$851.667.740,25, dividido em 186.442.533 ações nominativas, sendo 97.895.917 ordinárias e 88.546.616 preferenciais.

No dia 7 de junho de 2023, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital em decorrência do segundo período de exercício do bônus de subscrição, ocorrido entre 01 de junho de 2023 a 30 de junho de 2023. O aumento de capital foi de R\$101.688,00, mediante a emissão de 16.948 novas ações ordinárias e 33.896 novas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, tendo em vista o registro do exercício de 16.948 Bônus de Subscrição, pelo preço de exercício individual de R\$6,00. Ao final do aumento o capital era de R\$851.769.428,25, dividido em 186.493.377 ações nominativas, sendo 97.912.865 ordinárias e 88.580.512 preferenciais.

No dia 5 de outubro de 2023, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital em decorrência do terceiro período de exercício do bônus de subscrição, ocorrido entre 01 de setembro de 2023 a 30 de setembro de 2023. O aumento de capital foi de R\$565.548,00, mediante a emissão de 94.258 novas ações ordinárias e 188.516 novas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, tendo em vista o registro do exercício de 47.129 Bônus de Subscrição, pelo preço de exercício individual de R\$6,00. Ao final do aumento o capital era de R\$852.334.976,25, dividido em 186.776.151 ações nominativas, sendo 98.007.123 ordinárias e 88.769.028 preferenciais.

No dia 4 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital em decorrência do quarto período de exercício do bônus de subscrição, ocorrido entre 01 de dezembro de 2023 a 28 de dezembro de 2023. O aumento de capital foi de R\$44.403.786,00, mediante a emissão de 22.201.893 (vinte e dois milhões e duzentas e uma mil e oitocentas e noventa e três) novas ações nominativas, sendo 7.400.631 (sete milhões e quatrocentas mil e seiscentas e trinta e uma) ordinárias e 14.801.262 (quatorze milhões e oitocentas e uma mil e duzentas e sessenta e duas) preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, tendo em vista o registro do exercício de 7.400.631 (sete milhões e quatrocentos mil e seiscentos e trinta e um) Bônus de Subscrição, pelo preço de exercício individual de R\$6,00, dividido em 208.978.044 (duzentos e oito milhões e novecentas e setenta e oito mil e quarenta e quatro) ações nominativas, sendo

Notas Explicativas**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

105.407.754 (cento e cinco milhões e quatrocentas e sete mil e setecentas e cinquenta e quatro) ordinárias e 103.570.290 (cento e três milhões e quinhentas e setenta mil e duzentas e noventa) preferenciais, sem valor nominal.

Com o Quarto período de exercício do bônus de subscrição, consideramos como evento subsequente a adição do valor de R\$44.403.786,00 no nosso Patrimônio Líquido.

Circular BACEN nº 3.068/01

Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, declaramos ter capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$ 4.801,7 milhões, representando 57,8% do total de títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2023.

6. AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, no período de janeiro a dezembro de 2023, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Banco Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

7. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A atuação da equipe de Relações com Investidores é pautada pelo compromisso com a transparência, equidade da informação e busca constante por melhores práticas, transmitindo as informações, perspectivas e estratégias do Banco Pine de forma qualificada. Por meio do site de RI (ri.pine.com), o Banco mantém os acionistas sempre atualizados, e no caso de dúvidas, é disponibilizado um canal de comunicação direto via e-mail (ri@pine.com).

8. AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos acionistas e clientes pela confiança depositada, e aos colaboradores por toda dedicação e excelente trabalho na construção de um mercado financeiro cada vez mais competitivo e ético. Ciosos da responsabilidade de financiar rápido e servir bem nossos clientes, buscamos constantemente novas formas de melhorar nossos produtos e serviços, em benefício das pessoas e empresas.

A Administração

Notas Explicativas**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS****BALANÇO PATRIMONIAL**

(Em milhares de Reais - R\$)



ATIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	4	39.894	105.739	63.290	105.740
Ativos financeiros		19.900.038	14.383.304	19.325.873	14.543.174
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	580.232	382.891	580.232	382.891
Títulos e valores mobiliários	6.a	9.074.424	6.820.577	8.302.607	6.820.577
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	1.877.228	1.396.887	1.877.228	1.396.887
Operações de crédito	7	6.775.590	4.691.644	6.775.590	4.691.644
Outros ativos financeiros	8	1.592.564	1.091.305	1.790.216	1.251.175
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	(184.350)	(250.460)	(191.880)	(253.826)
Ativos fiscais	9.a	842.086	968.209	842.086	969.757
Investimento em participações em coligadas e controladas	10	720.676	693.073	23.008	3.778
Outros ativos	11	351.343	441.436	803.414	935.882
Imobilizado de uso	12	30.160	28.152	30.160	28.152
Intangível		21.601	3.862	21.601	3.862
(-) Depreciação e amortização		(24.845)	(22.725)	(24.845)	(22.725)
(-) Imobilizado de uso	12	(21.449)	(20.154)	(21.449)	(20.154)
(-) Intangível		(3.396)	(2.571)	(3.396)	(2.571)
Total do ativo		21.696.603	16.350.590	20.892.707	16.313.794
PASSIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivos financeiros		19.330.750	15.106.496	19.260.024	15.048.677
Depósitos	13.a	9.622.091	8.113.759	9.551.365	8.055.940
Captações no mercado aberto	13.b	4.046.998	3.943.494	4.046.998	3.943.494
Recursos de aceites e emissão de títulos	13.c	3.096.406	1.116.932	3.096.406	1.116.932
Obrigações por empréstimos e repasses	13.d	-	14.872	-	14.872
Dívida subordinada	14	348.173	204.419	348.173	204.419
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	2.199.505	1.709.632	2.199.505	1.709.632
Outros passivos financeiros		17.577	3.388	17.577	3.388
Provisões	15	22.398	22.275	23.107	22.275
Outros passivos	16	1.358.976	352.840	625.097	373.863
Total do passivo		20.712.124	15.481.611	19.908.228	15.444.815
Patrimônio líquido	17	984.479	868.979	984.479	868.979
Capital social		852.335	851.665	852.335	851.665
De domiciliados no país		723.468	722.798	723.468	722.798
De domiciliados no exterior		128.867	128.867	128.867	128.867
Outros resultados abrangentes		(7.050)	(5.819)	(7.050)	(5.819)
Reservas de capital		4.127	-	4.127	-
Reservas de Lucros		141.911	23.133	141.911	23.133
(-) Ações em tesouraria		(6.844)	-	(6.844)	-
Total do patrimônio líquido	17	984.479	868.979	984.479	868.979
Total do passivo e patrimônio líquido		21.696.603	16.350.590	20.892.707	16.313.794

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)



	Nota	Individual				Consolidado			
		01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022
Receitas da intermediação financeira		1.203.072	2.288.991	725.208	1.440.567	1.203.073	2.289.174	725.074	1.440.339
Operações de crédito	18.a	605.662	1.144.897	372.306	737.629	605.662	1.144.897	372.306	737.629
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.b	465.511	831.959	256.775	570.754	465.512	832.142	256.641	570.526
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	82.665	266.984	67.007	119.355	82.665	266.984	67.007	119.355
Resultado de operações de câmbio		49.234	45.151	29.120	12.829	49.234	45.151	29.120	12.829
Despesas da intermediação financeira		(884.321)	(1.781.750)	(639.825)	(1.267.589)	(886.084)	(1.783.099)	(637.902)	(1.263.265)
Operações de captação no mercado	18.b	(908.296)	(1.790.872)	(621.232)	(1.226.140)	(906.825)	(1.788.055)	(619.309)	(1.221.816)
Operações de empréstimos e repasses	18.c	(3.845)	(3.923)	(5.745)	(7.124)	(3.845)	(3.923)	(5.745)	(7.124)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	27.820	13.045	(12.848)	(34.325)	24.586	8.879	(12.848)	(34.325)
Resultado bruto da intermediação financeira		318.751	507.241	85.383	172.978	316.989	506.075	87.172	177.074
Receitas (despesas) operacionais		(151.787)	(228.814)	(65.599)	(148.586)	(154.493)	(238.013)	(70.556)	(151.406)
Receitas de prestação de serviços	18.d	14.930	26.825	10.325	18.792	22.064	39.554	20.360	29.925
Rendas de tarifas bancárias		6.648	13.536	15.137	21.308	6.648	13.536	15.137	21.308
Despesas de pessoal	18.e	(55.987)	(109.269)	(48.828)	(99.985)	(57.185)	(111.874)	(49.361)	(100.824)
Outras despesas administrativas	18.f	(78.470)	(155.622)	(48.088)	(83.530)	(79.417)	(156.960)	(48.388)	(83.933)
Despesas tributárias	18.g	(30.699)	(44.663)	(7.032)	(12.317)	(34.307)	(49.935)	(11.459)	(17.384)
Resultado de participação em controladas	10.a	5.093	13.915	8.113	4.342	2.619	4.644	-	-
Outras receitas operacionais	18.h	12.719	55.457	11.461	16.168	12.791	55.526	11.539	16.326
Outras despesas operacionais	18.i	(26.021)	(28.993)	(6.687)	(13.364)	(27.706)	(32.504)	(8.384)	(16.824)
Resultado operacional		166.964	278.427	19.784	24.392	162.496	268.062	16.616	25.668
Resultado não operacional	18.j	1.592	17.637	48.912	63.687	8.891	34.067	57.003	68.055
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		168.556	296.064	68.696	88.079	171.387	302.129	73.619	93.723
Imposto de renda e contribuição social	19	(30.459)	(69.054)	(13.552)	(22.534)	(33.290)	(75.119)	(18.475)	(28.178)
Participações no resultado	22	(30.656)	(46.132)	(20.536)	(24.645)	(30.656)	(46.132)	(20.536)	(24.645)
Lucro líquido do semestre/exercício		107.441	180.878	34.608	40.900	107.441	180.878	34.608	40.900
Lucro líquido básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações									
Lucro líquido por ação ordinária		1,0954	1,8456	0,3974	0,4210	-	-	-	-
Lucro líquido por ação preferencial		1,2083	2,0376	0,4400	0,4645	-	-	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 (Em milhares de Reais - R\$)



	Nota	Individual				Consolidado			
		01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022
Lucro líquido do semestre/exercício		107.441	180.878	34.608	40.900	107.441	180.878	34.608	40.900
Outros ajustes abrangentes	17.f	(1.037)	(1.231)	1.578	(833)	(1.037)	(1.231)	1.578	(833)
Ativos financeiros disponíveis para venda		(4.802)	(2.114)	3.022	(1.504)	(4.802)	(2.114)	3.116	(1.410)
Hedges de fluxo de caixa		-	1	-	1	-	1	-	1
Imposto de renda e contribuição social		3.734	804	(1.566)	453	3.734	804	(1.604)	415
Outros ⁽¹⁾		31	78	122	217	31	78	66	161
Resultado abrangente do semestre/exercício		106.404	179.647	36.186	40.067	106.404	179.647	36.186	40.067

(1) Refere-se ao diferimento de ações, conforme Resolução CMN nº 3.921 de 25/11/2010.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais - R\$)



		Individual e Consolidado							
		Reservas de Lucros							Total
		Capital Social Realizado	Reservas de Capital	Legal	Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Lucros (Prejuízos) Acumulados	
	Nota								
Saldos em 31 de dezembro de 2021									
Aumento de Capital	17.a	1.202.393	-	-	-	(4.986)	-	(418.274)	779.133
Redução de Capital	17.a	61.254	-	-	-	-	-	-	61.254
		(411.982)	-	-	-	-	-	411.982	-
MTM de títulos disponíveis para venda	17.f	-	-	-	-	(922)	-	-	(922)
MTM <i>Hedge</i> de fluxo de caixa	17.f	-	-	-	-	1	-	-	1
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.f	-	-	-	-	88	-	-	88
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	40.900	40.900
Destinações do lucro:									
Reserva legal	17.c	-	-	1.730	-	-	-	(1.730)	-
Juros sobre o capital próprio	17.d	-	-	-	-	-	-	(11.475)	(11.475)
Reserva estatutária	17.c	-	-	-	21.403	-	-	(21.403)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022									
		851.665	-	1.730	21.403	(5.819)	-	-	868.979
Saldos em 31 de dezembro de 2022									
		851.665	-	1.730	21.403	(5.819)	-	-	868.979
Aumento de capital	17.a	670	-	-	-	-	-	-	670
Venda/Aquisição de ações em tesouraria	17.e	-	-	-	-	-	(6.844)	-	(6.844)
MTM de títulos disponíveis para venda	17.f	-	-	-	-	(2.087)	-	-	(2.087)
MTM <i>Hedge</i> de fluxo de caixa	17.f	-	-	-	-	1	-	-	1
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.f	-	-	-	-	855	-	-	855
Transações com pagamentos baseados em ações	17.b	-	4.127	-	-	-	-	-	4.127
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	180.878	180.878
Destinações do lucro:									
Reserva legal	17.c	-	-	9.044	-	-	-	(9.044)	-
Juros sobre o capital próprio	17.d	-	-	-	-	-	-	(61.200)	(61.200)
Reserva estatutária	17.c	-	-	-	110.634	-	-	(110.634)	-
Outros ajustes		-	-	-	(900)	-	-	-	(900)
Saldos em 31 de dezembro de 2023									
		852.335	4.127	10.774	131.137	(7.050)	(6.844)	-	984.479
Saldos em 30 de junho de 2023									
		851.667	436	5.402	91.168	(6.013)	(4.303)	-	938.357
Aumento de capital	17.a	668	-	-	-	-	-	-	668
Venda/Aquisição de ações em tesouraria	17.e	-	-	-	-	-	(2.541)	-	(2.541)
MTM de títulos disponíveis para venda	17.f	-	-	-	-	(1.867)	-	-	(1.867)
MTM <i>Hedge</i> de fluxo de caixa	17.f	-	-	-	-	(25)	-	-	(25)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.f	-	-	-	-	855	-	-	855
Transações com pagamentos baseados em ações	17.b	-	3.691	-	-	-	-	-	3.691
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	107.441	107.441
Destinações do lucro:									
Reserva legal	17.c	-	-	5.372	-	-	-	(5.372)	-
Juros sobre o capital próprio	17.d	-	-	-	-	-	-	(61.200)	(61.200)
Reserva estatutária	17.c	-	-	-	40.869	-	-	(40.869)	-
Outros ajustes		-	-	-	(900)	-	-	-	(900)
Saldos em 31 de dezembro de 2023									
		852.335	4.127	10.774	131.137	(7.050)	(6.844)	-	984.479

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
(Em milhares de Reais - R\$)



	Nota	Individual				Consolidado			
		01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
		31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Atividades operacionais									
Lucro líquido ajustado		108.721	213.235	37.843	102.737	114.452	228.305	45.850	106.491
Lucro líquido do semestre/exercício		107.441	180.878	34.608	40.900	107.441	180.878	34.608	40.900
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(13.728)	(16.625)	(12.041)	9.926	(13.728)	(16.625)	(12.041)	9.926
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	(27.820)	(13.045)	12.848	34.325	(24.586)	(8.879)	12.848	34.325
Imposto de renda e contribuição social diferidos		39.741	69.000	11.254	20.236	39.838	70.633	11.215	19.648
Depreciação e amortização	18.f	1.058	2.120	1.051	2.130	1.058	2.120	1.051	2.130
Provisão para contingências	15.c	2.152	(1.742)	(2.317)	(1.016)	2.078	(1.742)	(2.384)	(1.016)
Provisão para garantias financeiras prestadas		1.279	1.502	553	578	1.279	1.502	553	578
Resultado de participação em controladas	10.a	(5.093)	(13.915)	(8.113)	(4.342)	(2.619)	(4.644)	-	-
Pagamento baseado em ações		3.691	5.062	-	-	3.691	5.062	-	-
Variação de ativos e passivos		(512.090)	(459.175)	(100.544)	(252.622)	(494.426)	(450.850)	(85.393)	(234.218)
(Aumento) Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez		(343.583)	(250.608)	(187.072)	(183.952)	(343.583)	(250.608)	(187.072)	(183.952)
(Aumento) Redução de títulos e valores mobiliários		(2.537.550)	(2.270.008)	21.459	156.020	(1.763.691)	(1.499.089)	21.459	158.399
(Aumento) Redução de operações de crédito		(838.311)	(2.137.012)	(1.346.567)	(1.029.796)	(838.312)	(2.137.013)	(1.345.723)	(1.026.430)
(Aumento) Redução de outros ativos financeiros		(207.139)	(447.685)	(84.330)	(171.202)	(245.526)	(485.553)	(160.059)	183.678
(Aumento) Redução de outros ativos		(13.323)	90.093	(39.712)	(99.595)	26.184	132.468	38.389	(508.461)
(Aumento) Redução de instrumentos financeiros derivativos		65.366	9.532	1.795	180.093	65.366	9.532	1.795	180.093
Aumento (Redução) de depósitos		882.931	1.508.332	(147.323)	902.673	872.450	1.495.425	(147.323)	954.011
Aumento (Redução) de operações compromissadas		1.380.073	103.504	838.763	(541.521)	1.380.073	103.504	845.184	(541.521)
Aumento (Redução) de recursos de aceites e emissões de títulos		196.642	1.979.474	277.363	527.782	196.642	1.979.474	277.363	527.782
Aumento (Redução) de obrigações por empréstimos e repasses		(5.591)	(14.872)	530.923	(26.730)	(5.591)	(14.872)	530.923	(26.730)
Aumento (Redução) de outros passivos		908.395	970.075	(8.782)	33.606	161.562	215.882	(8.782)	48.913
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades operacionais		(403.369)	(245.940)	42.938	(149.885)	(379.974)	(222.545)	48.453	(127.727)
Atividades de investimento									
Alienação (Aquisição) de imobilizado de uso	12	(16)	(2.008)	(407)	(1.532)	(16)	(2.008)	(407)	(1.532)
(Aumento) Redução de capital em controladas	10	-	-	23.158	22.158	-	-	-	-
Alienação (Aquisição) de outros investimentos		455	341	(3.304)	(3.304)	455	341	(3.304)	(3.304)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de investimento		439	(1.667)	19.447	17.322	439	(1.667)	(3.711)	(4.836)
Atividades de financiamento									
Aumento de capital	17.a	668	670	-	61.254	668	670	-	61.254
Aquisição de ações em tesouraria	17.e	(1.606)	(6.844)	-	-	(1.606)	(6.844)	-	-
Juros sobre o capital próprio pagos	17.d	(15.956)	(25.710)	(11.475)	(11.475)	(15.956)	(25.710)	(11.475)	(11.475)
Aumento (Redução) em obrigações por dívida subordinada	14	137.530	143.754	81.839	81.667	137.530	143.754	81.839	81.667
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de financiamento		120.636	111.870	70.364	131.446	120.636	111.870	70.364	131.446
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(282.294)	(135.737)	27.110	(1.117)	(258.899)	(112.342)	27.110	(1.117)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	4	451.012	301.558	262.407	312.601	451.013	301.559	262.408	312.602
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		13.728	16.625	12.041	(9.926)	13.728	16.625	12.041	(9.926)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	4	182.446	182.446	301.558	301.558	205.842	205.842	301.559	301.559

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
 (Em milhares de Reais - R\$)



	Nota	Individual				Consolidado			
		01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022
Receitas		1.240.760	2.386.498	791.508	1.512.833	1.250.347	2.408.232	807.881	1.524.804
Receitas da intermediação financeira		1.203.072	2.288.991	725.208	1.440.567	1.203.073	2.289.174	725.074	1.440.339
Receitas de prestação de serviços	18.d	14.930	26.825	10.325	18.792	22.064	39.554	20.360	29.925
Rendas de tarifas bancárias		6.648	13.536	15.137	21.308	6.648	13.536	15.137	21.308
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	27.820	13.045	(12.848)	(34.325)	24.586	8.879	(12.848)	(34.325)
Outras		(11.710)	44.101	53.686	66.491	(6.024)	57.089	60.158	67.557
Despesas de intermediação financeira		(912.141)	(1.794.795)	(626.977)	(1.233.264)	(910.670)	(1.791.978)	(625.054)	(1.228.940)
Insumos adquiridos de terceiros	18.f	(72.885)	(145.070)	(43.183)	(75.265)	(73.775)	(146.408)	(43.483)	(75.668)
Materiais, energias e outros		(292)	(484)	(208)	(396)	(319)	(523)	(218)	(406)
Serviços de terceiros		(57.053)	(110.808)	(34.496)	(58.609)	(57.695)	(111.814)	(34.753)	(58.929)
Outros		(15.540)	(33.778)	(8.479)	(16.260)	(15.761)	(34.071)	(8.512)	(16.333)
Valor adicionado (consumido) bruto		255.734	446.633	121.348	204.304	265.902	469.846	139.344	220.196
Depreciação e amortização	18.f	(1.058)	(2.120)	(1.051)	(2.130)	(1.058)	(2.120)	(1.051)	(2.130)
Valor adicionado (consumido) líquido produzido pela entidade		254.676	444.513	120.297	202.174	264.844	467.726	138.293	218.066
Valor adicionado recebido em transferência		5.093	13.915	8.113	4.342	2.619	4.644	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	10.a	5.093	13.915	8.113	4.342	2.619	4.644	-	-
Valor adicionado (consumido) total a distribuir		259.769	458.428	128.410	206.516	267.463	472.370	138.293	218.066
Distribuição do valor adicionado (consumido)		259.769	458.428	128.410	206.516	267.463	472.370	138.293	218.066
Remuneração do trabalho		86.643	155.401	69.364	124.630	87.841	158.006	69.897	125.469
Proventos	18.e	34.404	67.226	29.113	59.705	35.394	69.314	29.540	60.384
Benefícios e treinamento	18.e	8.437	16.575	8.217	15.356	8.440	16.604	8.227	15.370
Encargos sociais	18.e	13.146	25.468	11.498	24.924	13.351	25.956	11.594	25.070
Participação nos lucros		30.656	46.132	20.536	24.645	30.656	46.132	20.536	24.645
Remuneração de governos		61.158	113.717	20.584	34.851	67.597	125.054	29.934	45.562
Federais	18.g	14.921	27.899	5.798	10.361	17.789	32.178	9.782	14.901
Municipais	18.g	15.778	16.764	1.234	1.956	16.518	17.757	1.677	2.483
Imposto de renda e contribuição social	19	30.459	69.054	13.552	22.534	33.290	75.119	18.475	28.178
Remuneração de capitais de terceiros		4.527	8.432	3.854	6.135	4.584	8.432	3.854	6.135
Aluguéis e arrendamento de bens	18.f	4.527	8.432	3.854	6.135	4.584	8.432	3.854	6.135
Remuneração de capitais próprios		107.441	180.878	34.608	40.900	107.441	180.878	34.608	40.900
Juros sobre o capital próprio		61.200	61.200	11.475	11.475	61.200	61.200	11.475	11.475
Lucro Líquido retido		46.241	119.678	23.133	29.425	46.241	119.678	23.133	29.425

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pine S.A. ("Pine") é uma companhia aberta, com matriz localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP e está autorizado a operar as carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento e de câmbio.

As operações do Pine são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As Demonstrações Financeiras Individuais do Pine, que incluem sua Agência de Grand Cayman e as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Pine e Controladas, são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional do Pine, incluindo sua dependência no Exterior e, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de 31 de dezembro de 2023, na reunião realizada em 7 de fevereiro de 2024.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas contemplam as operações do Pine, sua dependência no exterior, suas controladas diretas e indiretas e entidades de propósito específico apresentadas conforme abaixo:

	Atividade	Participação % no capital total em	
		31/12/2023	31/12/2022
Dependências no exterior			
Agência Grand Cayman	Dependência no exterior	100,0000	100,0000
Subsidiárias			
Pine Planejamento e Serviços Ltda	Consultoria	100,0000	99,9900
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	DTVM	100,0000	99,9998
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	Consultoria	100,0000	99,9998
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.	SPE	100,0000	99,9999
Pine Corretora de Seguros Ltda.	Corretora	100,0000	99,9990
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	SPE	100,0000	99,9999
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	SPE	100,0000	99,9999
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda.	Comercialização de ativos ambientais	100,0000	-
Coligadas - Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial			
BYX Produtos S.A. (Anteriormente denominada GPTECH Participações S.A.)	Holding de instituições não-financeiras	40,0000	-
BYX Capital S.A.	Consultoria	30,0000	-

	31/12/2023						
	Pine Investimentos	Pine Planejamento	P3 Desenvolvimento Imobiliário (1)(2)(3)	Pine Campo Grande	Pine Assessoria	Pine Corretora	Pine Ativos Imobiliários
ATIVO							
Disponibilidades	-	203	421	-	10	81	-
Outros ativos financeiros	4.265	-	17.600	10.325	8.911	5.234	21.151
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	-	(7.531)	-	-	-	-
Investimento em participações em coligadas e controladas	-	-	-	-	-	-	14.305
Outros ativos	3.517	224	565.688	50.990	642	15.324	1.437
Total do ativo	7.782	427	576.178	61.315	9.563	20.639	36.893
PASSIVO							
Outros passivos	1.086	1	13.149	50	318	182	344
Total do passivo	1.086	1	13.149	50	318	182	344
Patrimônio líquido	6.696	426	563.029	61.265	9.245	20.457	36.549
Capital social	4.765	10	565.797	53.200	500	18.102	36.993
Reservas de Lucros	1.693	601	-	-	3.026	4.420	1.447
Lucro líquido (Prejuízos) acumulados	238	(185)	(2.768)	8.065	5.719	(2.065)	(1.891)
Total do patrimônio líquido	6.696	426	563.029	61.265	9.245	20.457	36.549
Total do passivo e patrimônio líquido	7.782	427	576.178	61.315	9.563	20.639	36.893

(1) A Administração da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.) aprovou em reunião de sócios realizada em 03 de outubro de 2022, a redução de capital social no montante de R\$175.397, mediante diminuição proporcional do valor nominal das quotas e com restituição de tal valor reduzido aos sócios. Dessa forma, a contagem do prazo para efetiva redução de capital, de que trata o §1º do Artigo 1.084 do Código Civil, se iniciou nesta data, com encerramento em 09 de janeiro de 2023. Após a redução, o capital social passou a ser R\$390.400.

(2) Em reunião de sócios realizada em 09 de janeiro de 2023, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$29.891, mediante emissão de 43.319.875 novas quotas. Referidas novas quotas são subscritas exclusivamente pelo sócio Banco Pine S.A., estando dispensada a integralização de tal parcela devida decorrente deste aumento de capital, considerando que: (i) em razão da redução de capital deliberada em 03 de outubro de 2022, a Sociedade deve restituir parte do valor das quotas aos sócios ou dispensar as prestações ainda devidas; (ii) houve a restituição de parte do valor das quotas ao sócio Banco Pine S.A. Dessa forma, o valor remanescente a ser reembolsado ao sócio Banco Pine S.A., será realizado através de dispensa da parcela de integralização devida, em razão deste aumento de capital.

(3) Em reunião de sócios realizada em 01 de fevereiro de 2023, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$145.506, mediante emissão de 210.878.619 novas quotas. Referidas novas quotas, são subscritas e integralizadas exclusivamente pelo sócio Banco Pine S.A..

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Pine foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

- Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 00 (R2) - Pronunciamento conceitual básico
- Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos
- Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis
- Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa
- Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) - Ativo intangível
- Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas
- Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações
- Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
- Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 24 - Eventos subsequentes
- Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
- Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 - Ativo imobilizado
- Resolução CMN nº 4.747/19 – CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda
- Resolução CMN nº 4.877/20 – CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados
- Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 41 - Resultado por ação
- Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 46 - Mensuração do valor justo
- Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

Em 31 de dezembro de 2023, não foram identificadas novas Resoluções, com impactos relevantes.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros:

Instrumentos Financeiros

Instruções Normativas nº 426/23 e 433/23 – Com início de vigência em 01 de janeiro de 2025, definem as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. O Banco Pine já iniciou as avaliações sobre os impactos e alterações necessárias.

Resolução BCB nº 352/23 - revoga a Resolução BCB nº 309/23 e tem início de vigência principal em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre procedimentos contábeis sobre a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidência de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. O Banco Pine já iniciou as avaliações sobre os impactos e alterações necessárias.

Lei nº 14.467/22 - com início de vigência principal em 01 de janeiro de 2025, alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Resolução CMN nº 4.966/21 - com início de vigência principal em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção contábil de hedge, incorporando conceitos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito. A Resolução estabelece a obrigação de remessa ao Bacen de um plano para a implementação da regulamentação prevista na norma. O Banco Pine já iniciou as avaliações sobre os impactos e alterações necessárias.

Em atendimento ao art. 76, parágrafo único, inciso II, o Banco Pine, de forma resumida, destaca no plano de implementação da referida resolução:

Conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, estabelecendo novas diretrizes para classificação, mensuração e contabilização de ativos e passivos financeiros, impairment e hedge sendo:

- Classificação e Mensuração;
- Impairment, Cura e Taxa Efetiva; e
- Classificação do Hedge.

O Banco Pine entende que o Plano de Implementação tem como objetivo dar diretrizes para conversão das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen para as Normas Internacionais de Relatório Financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), até janeiro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966/21 Art. 81º e inciso II. O Plano foi revisado e readequado, inclusive atendendo à requisitos da Resolução nº 5.100/23, norma complementar à Resolução 4.966/21.

O Plano de Implementação, não se trata de um plano definitivo e será atualizado conforme evolução do projeto de implementação e/ou normativos que serão emitidos pelo Bacen, de acordo com as etapas abaixo:

- Apresentação para principais áreas impactadas;
- Criação de grupo de trabalho com pelo menos 1 colaborador por área;
- Reuniões com o grupo de trabalho para início das atividades;
- Criação, definições e aprovações das políticas e memorandos técnicos;
- Reuniões com os fornecedores sobre impactos da norma;
- Atualizar os scripts ou parâmetros sistêmicos e testes (homologação);
- Mensurar os impactos conforme o avanço dos trabalhos; e
- Aplicação completa da Resolução CMN nº 4.966/21.

Arrendamento mercantil

Resolução CMN nº 4.975/21 – Com início de vigência em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devendo essas instituições observarem o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC 06 – R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulação específica. O Banco Pine já iniciou as avaliações sobre os impactos e alterações necessárias.

a) Consolidação

Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, os saldos e os resultados das transações entre o Banco Pine e suas subsidiárias, cessão e securitização com lastro em operações de crédito do varejo e entidades de propósito específico foram eliminados.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério pro rata temporis, substancialmente com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Pine para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários do Pine são classificados nas categorias "títulos para negociação", "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento".

Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os títulos classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" são aqueles para os quais o Pine não tem intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e são ajustados pelo valor de mercado, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", deduzidos dos efeitos tributários.

Os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são aqueles para os quais o Pine tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos. O ágio e deságio, quando aplicável, são apropriados ao resultado em função dos prazos de vigência dos títulos.

Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento.

O valor justo dos títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado, que não são negociados em mercados ativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Pine usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço e nas condições de crédito dos emissores. O Pine utiliza a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo do valor justo desses ativos financeiros disponíveis para venda.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular Bacen nº 3.082/02, e a Carta-Circular Bacen nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações com opções, a termo, futuros e swaps são contabilizados obedecendo aos seguintes critérios:

- Operações com opções: Os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não-exercício;

- Operações de futuro: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta do ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;

- Operações de swap: os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados como receita ou despesa pro rata dia até a data do balanço;

- Operações a termo: pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção do Pine, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como hedge de acordo com sua natureza:

- Hedge de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período;

- Hedge de fluxo de caixa - os ativos e passivos financeiros objeto de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidas em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial". A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge contábil estabelecidos pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução do CMN nº 4.277/13 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015), dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais pelas instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que tratam a Resolução incluem:

- Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen nº 3.068/01;

- Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen nº 3.082/02; e

- Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464/07.

De acordo com esta Resolução, o Pine passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

h) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

O Pine classifica sua carteira de crédito por rating que varia de AA à H, considerando premissas internas alinhadas com a Resolução CMN nº 2.682/99. Essas premissas representam julgamentos e levam em consideração, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores e os níveis de inadimplência. Baseado nesses critérios a provisão para perda esperada é considerada suficiente pelo Pine. Entretanto, por se tratar de julgamentos aplicados, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito demonstrada na nota explicativa 7.d poderá divergir da perda futura a ser incorrida.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas no momento da renegociação.

As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra prejuízo e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, sendo que os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na nota explicativa 7.

i) Baixa de ativos financeiros

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, a baixa de um ativo financeiro se dá quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer;

- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC); e

- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito segue os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 do Bacen.

j) Ativos não financeiros mantidos para venda

Outros valores e bens referem-se, principalmente, ativos não financeiros mantidos para venda, compostos basicamente por imóveis recebidos em dação de pagamento. Os ativos não financeiros mantidos para venda são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados, avaliando eventual redução de seu valor recuperável periodicamente (nota 3.n)

k) Despesas antecipadas

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de "Despesas antecipadas". A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos e registrada na rubrica "Outras despesas administrativas".

l) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

m) Investimento em participações em coligadas e controladas, imobilizado de uso e intangível

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- A participação em controladas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial;

- A participação em não controladas é avaliada pelo método de custo;

- Os bens do ativo imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens; e

- O ativo intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

n) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por impairment se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revisitos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

o) Operações compromissadas

Compra (venda) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) a preço fixo são reconhecidas no Balanço Patrimonial como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob as rubricas "Aplicações interfinanceiras de liquidez" e "Captações no mercado aberto".

p) Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



q) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, e Carta-Circular Bacen nº 3.429/10, revogada pela Instrução Normativa nº 319/22 a partir de 1º de janeiro de 2023, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

- Contingências passivas: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a probabilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação. As ações que julgamos como possíveis a probabilidade de perda não são provisionadas, havendo apenas a divulgação das ações relevantes e, para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação. Os processos são avaliados de forma recorrente e a probabilidade de perda envolve elevado nível de julgamento, entre eles a perda histórica, incluindo quando necessário, o apoio de assessores jurídicos; e

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Pine, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

r) Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$240 (no exercício), e contribuição social 20%.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre o prejuízo fiscal, base negativa e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota explicativa 9.d, está baseada em projeções de resultados para os próximos 10 anos e fundamentada em estudo técnico que inclui julgamentos e premissas.

s) Participações no resultado

O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados atrelado e homologado pelo PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Formação de fundo para distribuição em todos os níveis da organização; e (c) Avaliação de competências e cumprimento de metas nas áreas de apoio. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado" pelo período de competência.

t) Lucro líquido por ação

Resultado básico por ação

O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro líquido (prejuízo) atribuível aos titulares de ações ordinárias da companhia, o numerador, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria, o denominador, durante o período.

Resultado diluído por ação

Para a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a companhia deve ajustar o lucro ou o prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias, o capital próprio ordinário, da companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas, em circulação, para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

Os resultados básico e diluído por ação são iguais e são apresentados de maneira unificada, com a segregação entre ações ordinárias e preferenciais, na Demonstração do Resultado e está indicado como "Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação em Número Médio Ponderado de Ações".

u) Garantias financeiras prestadas

A Resolução CMN nº 4.512 de 28 de julho de 2016 e a Carta-Circular Bacen nº 3.782 de 19 de setembro de 2016 estabeleceram procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, na adequada conta do passivo, tendo como contrapartida o resultado do período. As perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão é suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente.

O Pine adota premissas internas para o cálculo de provisão de fiança e garantias prestadas. Essas premissas representam julgamentos e levam em consideração, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação ao cliente e tipos de fiança. Baseado nesses critérios, a provisão é considerada suficiente pelo Pine.

v) Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas requer que o Pine efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações, tais como valor de mercado de ativos financeiros e derivativos e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; determinação de prazo para realização dos créditos tributários; constituição e reversão de provisões para passivos contingentes; valor de mercado de ativos não financeiros mantidos para a venda; e classificação de ativos financeiros mantidos até o vencimento. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

x) Resultado não recorrente

A Resolução BCB nº 2/20 estabeleceu que considera-se resultado não recorrente, o resultado que:

- I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O resultado não recorrente do Pine, está evidenciado na Nota 25.g, de forma segregada.

y) Hierarquia de valor justo

O cálculo do valor justo é executado pela área de riscos, que desta forma, está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por uma área independente do tomador de risco.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

Nível 1: Instrumentos financeiros com referência de preços em mercados organizados e com elevada liquidez. A carteira contida neste nível é composta de títulos públicos, derivativos listados e outros títulos negociados do mercado ativo.

Nível 2: A apuração do valor justo dos produtos com nível reduzido de liquidez é feita através dos terminais de precificação de dados públicos e em plataformas de precificação de mercado. Os títulos privados são calculados com base no valor presente dos fluxos de pagamento futuros, descontados por taxas de juros livre de risco mais o spread de crédito, utilizamos também o rating da contraparte que reflita a qualidade creditícia do emissor, os derivativos de balcão são calculados com as curvas e preços disponibilizados pela B3.

Nível 3: O valor justo dos produtos com baixíssima liquidez de mercado é calculado com base em modelos desenvolvidos internamente, pautados pela confiabilidade da informação e pelo conservadorismo, no nível 3 são classificados como ativos de baixíssima liquidez os títulos privados com mudança substancial de risco.

Os instrumentos financeiros classificados pelo valor justo no Nível 1 são precificados com base na coleta de preços divulgados pelos mercados organizados, no Nível 2 são utilizados os preços cotados e derivados de cotações públicas em mercados ativos e no Nível 3 são mensurados mediante modelos internos de cálculo. O volume de operações precificadas pelo seu valor justo na sua quase totalidade estão distribuídos no Nível 1, com exceção: (i) aos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos privados, que estão em Nível 2, no montante de R\$2.862.414 (31 de dezembro de 2022 - R\$129.157); e (ii) aos determinados títulos privados em situação de discussão judicial no montante de R\$90.385 (31 de dezembro de 2022 - R\$107.916) que são classificados em Nível 3.

z) Eventos subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Individual		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades ⁽¹⁾	39.894	105.739	63.290	105.740
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5) ⁽²⁾	142.552	195.819	142.552	195.819
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	182.446	301.558	205.842	301.559

(1) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, referem-se, substancialmente, a depósitos no exterior em moedas estrangeiras.
(2) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, referem-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas conforme abaixo:

Papel/Vencimento	Individual e Consolidado				
	31/12/2023			31/12/2022	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Aplicações em operações compromissadas					
LTN - Letras do Tesouro Nacional	128.026	-	-	128.026	15.002
Total de aplicações em operações compromissadas	128.026	-	-	128.026	15.002
Aplicações em depósitos interfinanceiros					
Certificados de depósitos interfinanceiros - CDI Pós	-	56.370	42.119	98.489	134.638
Certificados de depósitos interfinanceiros - CDI Pré	-	-	-	-	180.817
Depósitos vinculados ao Crédito Rural	-	337.882	-	337.882	52.434
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	-	394.252	42.119	436.371	367.889
Aplicações em moedas estrangeiras					
Aplicações em moedas estrangeiras	14.526	-	-	14.526	-
Total de aplicações em moedas estrangeiras	14.526	-	-	14.526	-
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾	-	1.309	-	1.309	-
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	142.552	395.561	42.119	580.232	382.891

(1) Refere-se ao ajuste ao valor justo das aplicações em Depósitos Vinculados ao Crédito Rural, que são objeto de hedge de risco de mercado. (Nota 6.c.xb)

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a carteira de títulos e valores mobiliários são compostas conforme abaixo:

	31/12/2023										Individual			
	Valor de Mercado/Contábil										Total		Total	31/12/2022
											Total			
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de Curva	Marcação a Mercado	Valor de Mercado/Contábil	Valor de Curva	Marcação a Mercado		
Títulos disponíveis para venda														
Títulos públicos	-	49.978	22.994	186.808	11.015	-	270.795	271.629	(834)	780.378	791.539	(11.161)		
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	99.881	-	-	99.881	99.882	(1)	214.254	214.484	(230)		
LTN - Letras do tesouro nacional	-	49.978	-	-	-	-	49.978	49.992	(14)	58.153	61.319	(3.166)		
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	22.994	86.927	11.015	-	120.936	121.755	(819)	507.971	515.736	(7.765)		
Títulos privados	-	1.358	33.820	79.977	1.033.315	342.835	1.491.305	1.500.408	(9.103)	222.478	221.527	951		
Eurobonds	-	-	-	180	-	-	180	8.269	(8.089)	4.048	4.037	11		
Debêntures ⁽¹⁾	-	-	-	67.616	1.001.708	56.658	1.125.982	1.126.053	(71)	160.882	160.861	21		
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	-	-	16.256	-	16.256	16.144	112	36.869	36.008	861		
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	-	49.609	49.609	49.713	(104)	20.679	20.621	58		
Cotas de fundo de investimentos	-	-	-	-	15.351	236.568	251.919	251.919	-	-	-	-		
Nota comercial	-	1.358	-	-	-	-	1.358	1.400	(42)	-	-	-		
Cédula do Produto Rural	-	-	33.820	12.181	-	-	46.001	46.910	(909)	-	-	-		
Total de títulos disponíveis para venda	-	51.336	56.814	266.785	1.044.330	342.835	1.762.100	1.772.037	(9.937)	1.002.856	1.013.066	(10.210)		
Títulos para negociação ⁽²⁾														
Títulos públicos	-	-	9.049	-	-	1.048.748	1.057.797	1.018.810	38.987	91.527	92.272	(745)		
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	62.330	62.376	(46)		
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	9.049	-	-	1.048.748	1.057.797	1.018.810	38.987	29.197	29.896	(699)		
Títulos privados	218	227.134	-	-	4.982	1.220.450	1.452.784	1.453.318	(534)	661	661	-		
Ações de companhias abertas	218	-	-	-	-	-	218	218	-	661	661	-		
Nota comercial	-	227.134	-	-	-	441.060	668.194	672.451	(4.257)	-	-	-		
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	-	-	4.982	-	4.982	5.019	(37)	-	-	-		
Debêntures	-	-	-	-	-	779.390	779.390	775.630	3.760	-	-	-		
Total de títulos para negociação	218	227.134	9.049	-	4.982	2.269.198	2.510.581	2.472.128	38.453	92.188	92.933	(745)		
Títulos mantidos até o vencimento														
Títulos públicos	-	329.953	462.496	1.053.118	2.387.972	559.494	4.793.033	4.793.033	-	5.711.599	5.711.599	-		
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	630.921	630.921	-		
LTN - Letras do tesouro nacional	-	329.953	-	-	-	-	329.953	329.953	-	443.404	443.404	-		
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	462.496	1.053.118	2.387.972	559.494	4.463.080	4.463.080	-	4.637.274	4.637.274	-		
Títulos privados	-	-	-	-	-	8.710	8.710	8.710	-	13.934	13.934	-		
Eurobonds	-	-	-	-	-	8.710	8.710	8.710	-	13.934	13.934	-		
Total de tít. mantidos até o vencimento	-	329.953	462.496	1.053.118	2.387.972	568.204	4.801.743	4.801.743	-	5.725.533	5.725.533	-		
Total de títulos	218	608.423	528.359	1.319.903	3.437.284	3.180.237	9.074.424	9.045.908	28.516	6.820.577	6.831.532	(10.955)		

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



	Consolidado											
									31/12/2023		31/12/2022	
	Valor de Mercado/Contábil							Total		Total		
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de Curva	Marcação a Mercado	Valor de Mercado/Contábil	Valor de Curva	Marcação a Mercado
Títulos disponíveis para venda												
Títulos públicos	-	49.978	22.994	186.808	11.015	-	270.795	271.629	(834)	780.378	791.539	(11.161)
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	99.881	-	-	99.881	99.882	(1)	214.254	214.484	(230)
LTN - Letras do tesouro nacional	-	49.978	-	-	-	-	49.978	49.992	(14)	58.153	61.319	(3.166)
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	22.994	86.927	11.015	-	120.936	121.755	(819)	507.971	515.736	(7.765)
Títulos privados	-	1.358	33.820	79.977	261.498	342.835	719.488	728.591	(9.103)	222.478	221.527	951
Eurobonds ⁽¹⁾	-	-	-	180	-	-	180	8.269	(8.089)	4.048	4.037	11
Debêntures ^{(1) (3)}	-	-	-	67.616	229.891	56.658	354.165	354.236	(71)	160.882	160.861	21
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	-	-	16.256	-	16.256	16.144	112	36.869	36.008	861
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	-	49.609	49.609	49.713	(104)	20.679	20.621	58
Cotas de fundo de investimentos	-	-	-	-	15.351	236.568	251.919	251.919	-	-	-	-
Nota comercial	-	1.358	-	-	-	-	1.358	1.400	(42)	-	-	-
Cédula do Produto Rural	-	-	33.820	12.181	-	-	46.001	46.910	(909)	-	-	-
Total de títulos disponíveis para venda	-	51.336	56.814	266.785	272.513	342.835	990.283	1.000.220	(9.937)	1.002.856	1.013.066	(10.210)
Títulos para negociação ⁽²⁾												
Títulos públicos	-	-	9.049	-	-	1.048.748	1.057.797	1.018.810	38.987	91.527	92.272	(745)
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	62.330	62.376	(46)
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	9.049	-	-	1.048.748	1.057.797	1.018.810	38.987	29.197	29.896	(699)
Títulos privados	218	227.134	-	-	4.982	1.220.450	1.452.784	1.453.318	(534)	661	661	-
Ações de companhias abertas	218	-	-	-	-	-	218	218	-	661	661	-
Nota comercial	-	227.134	-	-	-	441.060	668.194	672.451	(4.257)	-	-	-
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	-	-	4.982	-	4.982	5.019	(37)	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	-	779.390	779.390	775.630	3.760	-	-	-
Total de títulos para negociação	218	227.134	9.049	-	4.982	2.269.198	2.510.581	2.472.128	38.453	92.188	92.933	(745)
Títulos mantidos até o vencimento												
Títulos públicos	-	329.953	462.496	1.053.118	2.387.972	559.494	4.793.033	4.793.033	-	5.711.599	5.711.599	-
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	630.921	630.921	-
LTN - Letras do tesouro nacional	-	329.953	-	-	-	-	329.953	329.953	-	443.404	443.404	-
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	462.496	1.053.118	2.387.972	559.494	4.463.080	4.463.080	-	4.637.274	4.637.274	-
Títulos privados	-	-	-	-	-	8.710	8.710	8.710	-	13.934	13.934	-
Eurobonds	-	-	-	-	-	8.710	8.710	8.710	-	13.934	13.934	-
Total de tit. mantidos até o vencimento	-	329.953	462.496	1.053.118	2.387.972	568.204	4.801.743	4.801.743	-	5.725.533	5.725.533	-
Total de títulos	218	608.423	528.359	1.319.903	2.665.467	3.180.237	8.302.607	8.274.091	28.516	6.820.577	6.831.532	(10.955)

(1) Em 31 de dezembro de 2023, as condições e expectativas consideradas na avaliação de certos títulos disponíveis para venda não se concretizaram, em consequência, foi reconhecido no resultado, o montante de R\$15.727, sendo R\$7.002 referentes à Debêntures e R\$8.725 referentes à Eurobonds (31 de dezembro de 2022 - R\$7.235 referentes à Debêntures) de perdas permanentes, na conta de Resultado de Operações com Títulos de Valores Mobiliários.

(2) Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão demonstrados pelo prazo do título, porém possui característica de curto prazo.

(3) A Resolução CMN nº 3.533/08, estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. Em 31 de dezembro de 2023, o Banco Pine estruturou cessão e securitização com o mercado, cujo montante foi eliminado para fins de consolidação da Demonstração Financeira.

Atendendo ao disposto da Circular Bacen nº 3.068/01, o Banco Pine possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Conforme estabelecido no Art. 5º da Circular Bacen nº 3.068/01, a reavaliação quanto à classificação de títulos e valores mobiliários só pode ser efetuada por ocasião dos balançetes semestrais. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve reclassificação de categoria.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários registrados na categoria 'disponíveis para venda' e 'para negociação' foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão e pelas Agências Internacionais de Informações, quando disponíveis ou por metodologia própria que considera a utilização mais ampla possível de dados observáveis. Em 31 de dezembro de 2023, a marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "disponíveis para venda" possui um ajuste negativo acumulado no montante de R\$5.465 no Individual e no Consolidado, registrados no patrimônio líquido do Pine, líquidos dos efeitos tributários (ajuste negativo acumulado de R\$5.766 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2022). A marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "para negociação" resultou em um ajuste positivo no montante de R\$38.452 no Individual e no Consolidado (ajuste negativo no montante de R\$745 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro 2022) no resultado.

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Individual				Consolidado			
	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022
Rendas de operações com títulos de renda fixa	430.888	787.005	262.373	590.036	430.889	787.188	262.373	590.038
Despesas de operações com títulos de renda fixa	(25.324)	(34.399)	(6.745)	(14.919)	(25.324)	(34.399)	(6.879)	(15.149)
Rendas de operações com títulos de renda variável	60.043	81.616	1.507	3.878	60.043	81.616	1.507	3.878
Despesas de operações com títulos de renda variável	(96)	(2.263)	(360)	(8.241)	(96)	(2.263)	(360)	(8.241)
Total	465.511	831.959	256.775	570.754	465.512	832.142	256.641	570.526

c) Instrumentos financeiros derivativos

i) Política de utilização

O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para gerenciamento dos riscos de mercado dos seus balanços, resultantes de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Para atender esta demanda o Pine oferece alternativas de mitigação de riscos de mercado aos seus clientes, através de instrumentos adequados.

ii) Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Crédito e Cenários de stress. Com base nessas informações, as Mesas de Tesouraria providenciam os instrumentos financeiros derivativos necessários, em conformidade com a política de riscos de mercado e de crédito, previamente definidas pelo Pine. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites considera, dentre outras variáveis, os potenciais cenários de stress dos ativos objetos.

O conhecimento do cliente, a avaliação do setor em que atua, seu perfil de apetite a riscos, acompanhada da prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela Instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, registradas na B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, swap com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres, incluindo operações de balcão, de menor relevância, em relação ao total das exposições do Pine.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Pine, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TJLP, IPCA), cupom cambial e commodities. O Pine vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descasamentos de prazo da carteira.

iii) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Pine utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, *Intercontinental Exchange - ICE* e *Bloomberg*. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e títulos pouco líquidos.

iv) Valores registrados em contas patrimoniais e de compensação, segregados nas categorias indexador, contraparte, local de negociação, valores de referência, faixas de vencimento, valores de custo e de mercado

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Instrumentos financeiros derivativos						
ATIVO						
Swap - diferencial a receber		11.817	1.676.903	1.688.720	19.292	1.307.649
Contratos a termo - a receber		106.772	44.185	150.957	41.848	22.343
Prêmios de opções a exercer		22.740	14.811	37.551	4.681	1.074
Total a receber		141.329	1.735.899	1.877.228	65.821	1.331.066
PASSIVO						
Swap - diferencial a pagar		(3.820)	(2.050.040)	(2.053.860)	(7.102)	(1.620.911)
Contratos a termo - a pagar		(75.906)	(42.047)	(117.953)	(65.076)	(3.072)
Prêmios de opções lançadas		(20.430)	(7.262)	(27.692)	(12.406)	(1.065)
Total a pagar		(100.156)	(2.099.349)	(2.199.505)	(84.584)	(1.625.048)
Valor líquido		41.173	(363.450)	(322.277)	(18.763)	(293.982)

v) Instrumentos financeiros derivativos por indexador

	31/12/2023				31/12/2022			
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado
Swap								
Risco de mercado								
Posição ativa:	6.221.890	1.688.087	-	5.083.801	1.320.511	-	-	-
Juros	6.120.800	1.672.191	-	4.836.332	1.281.171	-	-	-
Moeda	101.090	15.896	-	247.469	39.340	-	-	-
Posição passiva:	6.221.890	-	(2.049.488)	5.083.801	-	(1.614.337)	-	-
Juros	6.019.501	-	(2.045.206)	4.824.607	-	(1.609.923)	-	-
Moeda	202.389	-	(4.282)	259.194	-	(4.414)	-	-
Valor líquido		1.688.087	(2.049.488)	68.372		1.320.511	(1.614.337)	1.548
Hedge Accounting								
Fluxo de Caixa								
Posição ativa:	-	-	-	5.889	6.430	-	-	-
Moeda	-	-	-	5.889	6.430	-	-	-
Valor líquido		-	-	(1.004)	6.430	-	-	(2.043)
Risco de mercado								
Posição ativa:	186.471	633	(4.372)	317.285	-	(13.676)	-	-
Juros	186.471	633	-	317.285	-	-	-	-
Moeda	-	-	(4.372)	-	-	(13.676)	-	-
Valor líquido		633	(4.372)	(8.404)		(13.676)	-	(12.043)
Valor líquido de Swap		1.688.720	(2.053.860)	58.964		1.326.941	(1.628.013)	(12.538)

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Contratos a termo								
Posição ativa:	8.156.479	150.957	-		6.344.982	64.191	-	
Juros	4.243.815	115.962	-		4.201.766	42.242	-	
Moeda	3.792.947	7.237	-		1.981.317	16.999	-	
Commodities	119.717	27.758	-		161.899	4.950	-	
Posição passiva:	8.156.479	-	(117.953)		6.344.982	-	(68.148)	
Juros	3.762.891	-	(6.925)		2.143.216	-	(23.864)	
Moeda	480.924	-	(3.650)		3.508.768	-	(40.807)	
Commodities	3.912.664	-	(107.378)		692.998	-	(3.477)	
Valor líquido		150.957	(117.953)	(23.202)		64.191	(68.148)	(389.856)
Opções								
Prêmios de opções a exercer	4.362.169	37.551	-		145.795	5.755	-	
Juros	4.004.000	263	-		-	-	-	
Moeda	301.812	17.726	-		5.655	5.067	-	
Commodities	56.357	19.562	-		140.140	688	-	
Prêmios de opções lançadas	4.903.440	-	(27.692)		360.555	-	(13.471)	
Juros	4.004.000	-	(210)		-	-	-	
Moeda	869.041	-	(22.098)		5.655	-	(13.442)	
Commodities	30.399	-	(5.384)		354.900	-	(29)	
Valor líquido		37.551	(27.692)	38.264		5.755	(13.471)	22.169
Total a receber (pagar) e ganho (perda)		1.877.228	(2.199.505)	74.026		1.396.887	(1.709.632)	(380.225)

vi) Instrumentos financeiros derivativos - contratos de futuros

	31/12/2023				31/12/2022			
	Valor de Referência		Ajuste diário a Receber (pagar)	Resultado	Valor de Referência		Ajuste diário a Receber (pagar)	Resultado
	Compra	Venda			Compra	Venda		
Mercado interfinanceiro ⁽¹⁾	4.479.269	4.852.648	1.278		131.730	2.942.498	1.109	
Moeda	2.097.581	575.171	2.645		1.810.512	-	12.691	
Cupom cambial futuro	6.485	1.473.791	(6.815)		104.600	553.783	(3.692)	
Commodities	1.100.268	-	1.080		686.448	168.727	-	
Total	7.683.603	6.901.610	(1.812)	192.958	2.733.290	3.665.008	10.108	499.580

(1) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, contém Instrumento de Hedge com Futuros - DI (Nota 6.c.xb).

vii) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

Valor de referência - Compensação	31/12/2023						31/12/2022	
	De 3 a 12 meses		De 1 a 3 anos		De 3 a 5 anos		De 5 a 15 anos	
	Até 3 meses	12 meses	3 anos	5 anos	15 anos	Total	Total	Total
Swap	458.925	72.932	4.824.273	691.723	360.508	6.408.361	5.406.975	5.406.975
Contratos a termo	6.227.667	868.828	1.059.984	-	-	8.156.479	6.344.982	6.344.982
Opções	878.927	243.055	8.143.627	-	-	9.265.609	506.350	506.350
Futuros	2.901.995	816.178	1.653.933	195.769	9.017.338	14.585.213	6.398.298	6.398.298
Total	10.467.514	2.000.993	15.681.817	887.492	9.377.846	38.415.662	18.656.605	18.656.605

viii) Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as operações de swap, contratos a termo e opções, cujos valores de referência encontram-se registrados em conta de compensação, estão compostas conforme abaixo:

Custodiante	31/12/2023				31/12/2022			
	Contratos a termo		Opções	Futuros	Contratos a termo		Opções	Futuros
	Swaps	Swaps			Swaps	Swaps		
Bolsa	-	-	-	14.585.213	-	-	-	6.398.298
B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão	-	-	-	13.891.710	-	-	-	5.453.356
Bolsas no exterior	-	-	-	693.503	-	-	-	944.942
Balcão	6.408.361	8.156.479	9.265.609	-	5.406.975	6.344.982	506.350	-
Instituições Financeiras	990.953	890.487	229.009	-	1.730.789	-	-	-
Empresas	5.417.408	7.265.992	9.036.600	-	3.676.186	6.344.982	506.350	-
Total	6.408.361	8.156.479	9.265.609	14.585.213	5.406.975	6.344.982	506.350	6.398.298

ix) Valor e tipo de margem dados em garantia

O montante de margem depositado em garantia para operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 tem a seguinte composição:

Título	Individual e Consolidado	
	Valor de Mercado	
	31/12/2023	31/12/2022
LFT - Letra financeira do tesouro	-	18.546
NTN - Nota do tesouro nacional	859.468	735.018
Total	859.468	753.564

x) Hedge Accounting

x.a) Hedge de Fluxo de Caixa

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082, de 30/01/2002.

O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições da captação em moeda estrangeira e em taxas de juros (Libor, Cupom de UF e UF) e transformá-la em moeda nacional com taxa de juros pré-fixada, protegendo os fluxos de caixa de pagamento de juros da dívida (USD e CLP) e tomando o fluxo de caixa constante.

Em 31 de dezembro de 2023, os repasses no exterior, que eram objeto de Hedge foram liquidados (Nota 25.e). Em 31 de dezembro de 2022, foi lançado ao patrimônio líquido no valor positivo de R\$50, decorrentes de marcação a mercado de instrumentos de hedge (swaps) em operações de hedge accounting de fluxo de caixa e no valor de R\$51, decorrentes de marcação a mercado do objeto do hedge. Não houve parcela inefetiva em 31 de dezembro de 2022.

Instrumento de Hedge	31/12/2023				31/12/2022			
	Valor de Referência		Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor de Referência		Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
	Valor de Referência	Valor de Curva			Valor de Referência	Valor de Curva		
Contratos de swap (ponta ativa)	-	-	-	-	8.833	12.309	12.359	50
Total	-	-	-	-	8.833	12.309	12.359	50
Objeto de Hedge	-	-	-	-	-	-	-	-
Repasses do exterior	-	-	-	-	8.833	12.313	12.364	(51)
Total	-	-	-	-	8.833	12.313	12.364	(51)

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



x.b) Hedge de Risco de Mercado

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/02.

Hedge da carteira de captação - CDB, LCA e LF: O objetivo do relacionamento deste *hedge* é reduzir as exposições das captações (i) CDBs e LCAs: pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pré-pós fixados ao CDI; (ii) CDBs: pré-pós fixados ao IPCA e (iii) LFs: pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pré-pós fixadas ao CDI, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros e inflação.

Hedge da carteira de operação de crédito – empréstimos (varejo): O objetivo do relacionamento deste *hedge* é reduzir as exposições das da carteira de empréstimos FGTS pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pós-fixada, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros.

Hedge da carteira de Aplicação - DIR: O objetivo do relacionamento deste *hedge* é reduzir as exposições das aplicações: (i) DIRs: pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pré-pós fixadas ao CDI, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros.

	31/12/2023				Individual e Consolidado 31/12/2022			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumento de Hedge								
Contratos de swap (ponta ativa)	297.682	340.029	344.224	4.195	227.285	299.376	257.380	(41.996)
Total	297.682	340.029	344.224	4.195	227.285	299.376	257.380	(41.996)
Objeto de Hedge								
Captações	275.144	340.029	337.152	(2.877)	227.285	299.376	279.969	(19.407)
Total	275.144	340.029	337.152	(2.877)	227.285	299.376	279.969	(19.407)
Instrumento de Hedge								
Futuros (DI)	1.864.576	1.722.148	1.726.303	4.155	1.006.948	1.131.944	1.049.936	(82.008)
Futuros (DAP)	1.071.813	849.480	1.074.819	225.339	-	-	-	-
Total	2.936.389	2.571.628	2.801.122	229.494	1.006.948	1.131.944	1.049.936	(82.008)
Objeto de Hedge								
Captações CDB	1.919.508	2.550.628	2.421.694	(128.934)	976.948	1.101.565	962.852	(138.713)
Captações LCA	135	138	132	(6)	30.000	30.379	30.353	(26)
Captações LF	20.000	21.000	23.879	2.879	-	-	-	-
Total	1.939.643	2.571.766	2.445.705	(126.061)	1.006.948	1.131.944	993.205	(138.739)
Instrumento de Hedge								
Futuros (DI)	348.004	348.144	347.913	(231)	-	-	-	-
Total	348.004	348.144	347.913	(231)	-	-	-	-
Objeto de Hedge								
Aplicações DIR	320.000	337.679	338.988	1.309	-	-	-	-
Total	320.000	337.679	338.988	1.309	-	-	-	-
Instrumento de Hedge								
Futuros (DI)	3.787.792	3.789.215	3.782.932	(6.283)	302.414	322.349	309.897	(12.452)
Total	3.787.792	3.789.215	3.782.932	(6.283)	302.414	322.349	309.897	(12.452)
Objeto de Hedge								
Consignado INSS	2.388.344	2.677.583	2.752.891	75.308	94.473	99.223	97.126	(2.097)
Consignado INSS GDF	299.940	322.075	326.346	4.271	-	-	-	-
Consignado FGTS	590.644	667.052	694.992	27.940	207.941	223.126	218.665	(4.461)
Total	3.278.928	3.666.710	3.774.229	107.519	302.414	322.349	315.791	(6.558)

7. CARTEIRA DE CRÉDITO, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as informações da carteira de operações de crédito expandida, estão sumarizadas conforme abaixo:

a) Por tipo de operação

Descrição	Individual		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Capital de giro	1.500.443	2.169.136	1.500.443	2.169.136
Conta corrente garantida	35.071	161.853	35.071	161.853
Repasses de instituições oficiais do Brasil	-	2.503	-	2.503
Financiamento em moeda estrangeira	6.950	5.815	6.950	5.815
Financiamentos a exportação	566.450	644.294	566.450	644.294
Títulos descontados	151.753	482.906	151.753	482.906
FGI PEAC ⁽¹⁾	334.552	370.417	334.552	370.417
Empréstimo FGTS ^{(2) (3)}	624.353	208.438	624.353	208.438
Consignado	3.448.499	652.840	3.448.499	652.840
Subtotal de operações de crédito	6.668.071	4.698.202	6.668.071	4.698.202
Devedores por compra de valores e bens ⁽⁴⁾	227.272	166.873	419.225	317.189
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber ⁽⁵⁾	525.597	432.370	525.597	432.370
Avais e fianças honradas	3.463	76.743	3.463	76.743
Carteira de crédito	7.424.403	5.374.188	7.616.356	5.524.504
Créditos abertos para importação	91.868	12.218	91.868	12.218
Garantias prestadas	380.526	355.004	380.526	355.004
Garantias prestadas e responsabilidades	472.394	367.222	472.394	367.222
Títulos privados ⁽⁶⁾	2.074.377	236.412	2.074.377	236.412
Títulos com risco de crédito	2.074.377	236.412	2.074.377	236.412
Total carteira expandida	9.971.174	5.977.822	10.163.127	6.128.138
Prêmio pago na aquisição de operações de crédito (Nota 8.b)	341.007	59.946	341.007	59.946
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽⁷⁾	107.519	(6.558)	107.519	(6.558)
Total carteira expandida ajustada ao valor justo	10.419.700	6.031.210	10.611.653	6.181.526

(1) Empréstimos realizados, no âmbito do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC), instituído por meio da Lei nº 12.042/20 e Resolução CMN nº 4.971/21, garantidos pelo Fundo Garantidor para Investimentos (FGI).

(2) A partir do terceiro trimestre de 2022, o Banco Pine passou a adquirir carteira de empréstimo do segmento varejo com Instituições Financeiras.

(3) Contemplam contratos que são objeto de hedge de risco de mercado.

(4) Registrados em "Outros créditos - Diversos" (Nota 8.b).

(5) Registrados em "Carteira de câmbio" (Nota 8.a).

(6) Composto por debêntures, cotas de fundo de investimento, ações de companhias abertas, nota comercial, cédula de produto rural, certificado de recebíveis agronegócio, certificado de recebíveis imobiliários e eurobonds, exceto cotas de fundo de investimento não creditório e debêntures com retenção substancial de riscos e benefícios. (Nota 6.a)

(7) Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de hedge de risco de mercado. (Nota 6.c.xb)

b) Por vencimento

Prazo	Individual				Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022	
	A Vencer	Vencidos	Total	Total	A Vencer	Vencidos	Total	Total
Até 3 meses	511.795	98.378	610.173	862.133	511.795	98.378	610.173	862.133
De 3 a 12 meses	871.947	60.913	932.860	1.233.149	871.947	60.913	932.860	1.233.149
De 1 a 3 anos	1.035.011	89	1.035.100	1.326.962	1.226.964	89	1.227.053	1.477.278
De 3 a 5 anos	867.309	-	867.309	863.368	867.309	-	867.309	863.368
De 5 a 15 anos	3.652.519	-	3.652.519	996.880	3.652.519	-	3.652.519	996.880
Acima de 15 anos	326.442	-	326.442	91.696	326.442	-	326.442	91.696
Total carteira de crédito ⁽¹⁾	7.265.023	159.380	7.424.403	5.374.188	7.456.976	159.380	7.616.356	5.524.504

(1) A partir do primeiro trimestre de 2023, a informação da tabela acima passou a ser demonstrada pelo o total da Carteira de Crédito (não expandida). Foram adotados os mesmos critérios para os saldos comparativos, para melhor comparabilidade.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



c) Por ramo de atividade

	Individual		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Agronegócio	829.126	905.157	829.126	905.157
Imobiliário	476.189	480.902	668.142	631.218
Infraestrutura	81.178	323.972	81.178	323.972
Logística e Transporte	124.723	311.244	124.723	311.244
Mineração	151.523	151.605	151.523	151.605
Telecom e TI	27.498	30.617	27.498	30.617
Indústria	304.648	699.429	304.648	699.429
Serviços	318.853	423.832	318.853	423.832
Químico e Petroquímico	242.418	175.431	242.418	175.431
Energia	23.477	109.966	23.477	109.966
Comércio	158.392	267.191	158.392	267.191
Instituição Financeira	134.759	25.136	134.759	25.136
Saúde e Educação	36.833	56.164	36.833	56.164
Papel e Celulose	123.399	35.150	123.399	35.150
Pessoa física	4.112.858	905.274	4.112.858	905.274
Outros	278.529	473.118	278.529	473.118
Total carteira de crédito ⁽¹⁾	7.424.403	5.374.188	7.616.356	5.524.504

(1) A partir do primeiro trimestre de 2023, a informação da tabela acima passou a ser demonstrada pelo o total da Carteira de Crédito (não expandida). Foram adotados os mesmos critérios para os saldos comparativos, para melhor comparabilidade.

d) Carteira de crédito por nível de risco e provisionamento

Nível	31/12/2023			Individual		
	A Vencer	Vencidos	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	1.424.238	-	1.424.238	-	700.435	-
A	4.512.617	12.114	4.524.731	22.622	2.089.759	10.448
B	573.028	17.299	590.327	5.903	1.309.130	13.091
C	565.389	40.652	606.041	18.181	870.966	26.129
D	36.861	31.750	68.611	6.860	41.404	4.140
E	115.035	24.286	139.321	68.893	150.103	45.031
F	29.637	4.297	33.934	23.750	106.725	53.362
G	3.911	1.510	5.421	5.125	94.843	87.436
H	13.164	27.382	40.546	40.546	13.390	13.390
Total carteira de crédito	7.265.113	159.290	7.424.403	184.350	5.374.188	250.460

Nível	31/12/2023			Consolidado		
	A Vencer	Vencidos	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	1.607.424	-	1.607.424	-	839.992	-
A	4.512.617	12.114	4.524.731	22.622	2.095.538	10.477
B	573.028	17.299	590.327	5.903	1.309.130	13.091
C	565.389	40.652	606.041	18.181	871.895	26.157
D	36.861	31.750	68.611	6.860	41.404	4.140
E	115.035	24.286	139.321	68.893	150.103	45.031
F	29.637	4.297	33.934	23.750	108.209	54.104
G	3.911	1.510	5.421	5.125	94.843	87.436
H	13.164	27.382	40.546	40.546	13.390	13.390
Total carteira de crédito	7.457.066	159.290	7.616.356	191.880	5.524.504	253.826

Em 31 de dezembro de 2023, considerando o cenário econômico, as dificuldades na negociação de créditos e as incertezas indicadas na possível recuperação econômica, foi estabelecido o valor de R\$35.236 (R\$21.045 em 31 de dezembro de 2022) de provisão, considerado satisfatório pela Administração e superior aos mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

e) Por nível de concentração do total da carteira de crédito

Maiores devedores	31/12/2023		Individual		31/12/2023		Consolidado	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Maior devedor	151.523	2,04	151.605	2,82	151.523	1,99	151.605	2,74
2º ao 10º	617.957	8,32	688.381	12,81	731.774	9,61	730.648	13,23
11º ao 20º	392.593	5,29	467.944	8,71	405.963	5,33	491.826	8,90
21º ao 50º	712.272	9,59	812.758	15,12	728.645	9,57	834.127	15,10
51º ao 100º	516.052	6,95	690.541	12,85	524.573	6,89	699.133	12,66
Demais devedores	5.034.006	67,81	2.562.959	47,69	5.073.878	66,61	2.617.165	47,37
Total carteira de crédito ⁽¹⁾	7.424.403	100,00	5.374.188	100,00	7.616.356	100,00	5.524.504	100,00

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, refere-se, principalmente, a ativação do saldo, anteriormente baixado contra prejuízo, pela cessão de crédito sem coobrigação, resultando na reversão de provisão (receita) e prejuízo na cessão (despesa).

f) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme Resolução CMN nº 2.682/99

	Individual		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	250.460	229.833	253.826	229.833
Constituição/(Reversão)	(13.045)	34.325	(8.879)	34.325
Saldos anteriormente baixados contra prejuízo ⁽¹⁾	52.157	-	52.157	-
Baixas para prejuízo	(105.222)	(13.698)	(105.224)	(10.332)
Saldo final	184.350	250.460	191.880	253.826

(1) A partir do primeiro trimestre de 2023, refere-se, principalmente, a ativação do saldo, anteriormente baixado contra prejuízo, pela cessão de crédito sem coobrigação, resultando na reversão de provisão (receita) e prejuízo na cessão (despesa).

g) Recuperação de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo, no montante de R\$28.361 (R\$50.601 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

h) Renegociação de contratos

Em 31 de dezembro de 2023, existiam contratos renegociados no valor de R\$265.193 (R\$513.114 em 31 de dezembro de 2022). Para estes contratos foram atribuídos os mesmos ratings das operações anteriormente às renegociações.

i) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

Operações com transferência e sem retenção substancial dos riscos e benefícios

Segmento atacado: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine no valor de R\$111.127 (R\$6.000 em 31 de dezembro de 2022). Essas cessões resultaram em resultado líquido no valor de R\$9.614 (R\$2.533 em 31 de dezembro de 2022). Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica "Receitas de intermediação financeira – operações de crédito".

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Operações com transferência e sem retenção substancial dos riscos e benefícios

Segmento varejo: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R\$1.783.551, sendo R\$1.763.793 referentes a Entes Federais e R\$19.758 referentes a Entes Estaduais. Essas cessões resultaram em resultado, líquido de prêmio, em relação ao valor de face, no valor de R\$198.859, sendo R\$198.756 referentes a Entes Federais e R\$103 referentes a Entes Estaduais. Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica 'Receitas de intermediação financeira – operações de crédito'.

Operações sem transferência e com retenção substancial dos riscos e benefícios

Segmento varejo: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, com coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R\$741.517.

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	Individual		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Avais e fianças honradas	3.463	76.743	3.463	76.743
Carteira de câmbio (Nota 8.a)	628.447	549.387	628.447	549.387
Devedores por depósito em garantia (Nota 15.b)	96.457	58.687	99.615	61.296
Diversos (Nota 8.b)	768.147	305.246	962.639	460.221
Negociação e Intermediação de Valores	77.703	80.610	77.703	80.610
Rendas a receber	13.636	13.890	13.638	16.176
Relações interfinanceiras	4.711	6.742	4.711	6.742
Total	1.592.564	1.091.305	1.790.216	1.251.175
Circulante	779.409	780.221	783.991	785.585
Não Circulante	813.155	311.084	1.006.225	465.590

a) Carteira de Câmbio

Ativo	Individual e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Câmbio comprado a liquidar	555.079	459.184
Direitos sobre venda de câmbio	58.268	79.676
Rendas a receber	17.286	10.527
Adiantamento em moeda nacional recebidos	(2.186)	-
Total	628.447	549.387
Circulante	623.596	549.387
Não Circulante	4.851	-
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	57.354	78.326
Obrigações por compra de câmbio	569.324	451.843
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(508.311)	(421.843)
Total	118.367	108.326
Circulante	109.058	108.326
Não Circulante	9.309	-

b) Diversos

	Individual		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos e antecipações salariais	9.115	1.050	8.982	1.050
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	600	179	565	183
Devedores por compra de valores e bens ^{(1) (2) (3)}	227.272	166.873	419.225	317.189
Imposto de renda a compensar	176.424	53.558	178.015	55.141
Valores a receber de sociedades ligadas	30	31	-	-
Prêmio pago na aquisição de operações de crédito ⁽⁴⁾	341.007	59.946	341.007	59.946
Adiantamentos por conta de imobilizações ⁽⁵⁾	-	13.957	-	13.957
Devedores diversos - País e exterior	13.699	9.652	14.845	12.755
Total	768.147	305.246	962.639	460.221
Circulante	66.856	60.697	71.436	63.775
Não Circulante	701.291	244.549	891.203	396.446

(1) Refere-se aos recebíveis pela venda a prazo de Ativos não financeiros mantidos para venda.
(2) A partir de janeiro de 2022, o direitos sobre o Valor Geral de Vendas (VGV) do Loteamento Entre Verdes, anteriormente classificado na rubrica "Outros créditos – Diversos – Títulos e créditos a receber" foi reclassificado para "Outros valores e bens - Ativos não financeiros mantidos para venda" e a carteira de recebíveis foi reclassificada para "Outros créditos – Diversos - Devedores por compra de valores e bens".
(3) No primeiro trimestre de 2023, o Banco Pine adquiriu carteira de recebíveis pela venda a prazo de ativos não financeiros mantidos para venda. Em 31 de dezembro de 2023, o montante da carteira de recebíveis é R\$75.183 e o ágio é de R\$2.087. O ágio é apropriado contra o resultado, pelo prazo de vencimento dos contratos.
(4) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, refere-se ao prêmio pago na aquisição de operações de crédito de outras instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, a ser reconhecido na rubrica de 'operações de crédito' da Demonstração do Resultado, em razão da fluência do prazo das operações.
(5) Em 31 de dezembro de 2023, os projetos em desenvolvimento foram concluídos e os montantes foram reclassificados para rubrica do "Intangível".

9. ATIVOS FISCAIS

a) Créditos Tributários

Com base na Resolução BCB nº 2/20, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social, estão compostos conforme abaixo:

	Individual			Individual		
	31/12/2023			31/12/2022		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	71.869	57.495	129.364	91.276	73.020	164.296
Créditos baixados para prejuízo	50.215	47.048	97.263	103.565	82.852	186.417
Prejuízo fiscal/base negativa	205.373	164.183	369.556	204.841	163.757	368.598
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20	237.509	-	237.509	133.925	107.257	241.182
Outras provisões	4.664	3.730	8.394	4.287	3.429	7.716
Total	569.630	272.456	842.086	537.894	430.315	968.209

	Consolidado			Consolidado		
	31/12/2023			31/12/2022		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	71.869	57.495	129.364	92.413	73.431	165.844
Créditos baixados para prejuízo	50.215	47.048	97.263	103.565	82.852	186.417
Prejuízo fiscal/base negativa	205.373	164.183	369.556	204.841	163.757	368.598
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20	237.509	-	237.509	133.925	107.257	241.182
Outras provisões	4.664	3.730	8.394	4.287	3.429	7.716
Total	569.630	272.456	842.086	539.031	430.726	969.757

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



b) Obrigações Fiscais Diferidas

	31/12/2023			Individual		
				31/12/2022		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Atualização monetária de depósitos judiciais	4.422	3.538	7.960	3.076	2.460	5.536
Ajuste de títulos para negociação	8.300	6.640	14.940	614	491	1.105
Ajuste de títulos disponíveis para venda	1.010	808	1.818	235	188	423
Mercado futuro - Lei nº 11.196	9.760	7.808	17.568	2.269	1.815	4.084
MTM Derivativos	20.139	16.111	36.250	65.041	52.033	117.074
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20	127.434	-	127.434	64.871	-	64.871
MTM hedge de risco de mercado	28.519	22.816	51.335	-	-	-
MTM hedge de fluxo de caixa	-	-	-	12	10	22
Total (Nota 16.a)	199.584	57.721	257.305	136.118	56.997	193.115

	31/12/2023			Consolidado		
				31/12/2022		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Atualização monetária de depósitos judiciais	4.636	3.668	8.304	3.236	2.557	5.793
Ajuste de títulos para negociação	8.300	6.640	14.940	614	491	1.105
Ajuste de títulos disponíveis para venda	1.010	808	1.818	235	188	423
Mercado futuro - Lei nº 11.196	9.760	7.808	17.568	2.269	1.815	4.084
MTM Derivativos	20.139	16.111	36.250	65.041	52.033	117.074
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20	127.434	-	127.434	64.871	-	64.871
MTM hedge de risco de mercado	28.519	22.816	51.335	-	-	-
MTM hedge de fluxo de caixa	-	-	-	12	10	22
Total (Nota 16.a)	199.798	57.851	257.649	136.278	57.094	193.372

c) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	31/12/2023	Individual	31/12/2023	Consolidado
		31/12/2022		31/12/2022
Saldo inicial	968.209	1.011.667	969.757	1.012.586
Constituição	29.632	31.804	32.766	42.000
Reversão	(155.755)	(75.262)	(160.437)	(84.829)
Saldo final	842.086	968.209	842.086	969.757

Obrigações fiscais diferidas	31/12/2023	Individual	31/12/2023	Consolidado
		31/12/2022		31/12/2022
Saldo inicial	193.115	216.790	193.372	216.968
Constituição	109.855	23.305	113.503	25.919
Reversão	(45.665)	(46.980)	(49.226)	(49.515)
Saldo final	257.305	193.115	257.649	193.372

d) Expectativa de realização dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários					31/12/2023			
					Consolidado			
	IRPJ	CSLL	Total	Individual Valor Presente	IRPJ	CSLL	Total	Valor Presente
Até 1 ano	164.517	25.415	189.932	168.238	164.517	25.415	189.932	168.238
De 1 a 2 anos	30.479	11.287	41.766	32.176	30.479	11.287	41.766	32.176
De 2 a 3 anos	62.932	3.769	66.701	45.060	62.932	3.769	66.701	45.060
De 3 a 4 anos	26.038	13.523	39.561	22.355	26.038	13.523	39.561	22.355
De 4 a 5 anos	28.083	13.010	41.093	20.907	28.083	13.010	41.093	20.907
De 5 a 8 anos	121.193	72.222	193.415	70.591	121.193	72.222	193.415	70.591
De 8 a 10 anos	136.388	133.230	269.618	56.666	136.388	133.230	269.618	56.666
Total	569.630	272.456	842.086	415.993	569.630	272.456	842.086	415.993

Obrigações fiscais diferidas	Individual			31/12/2023		
				Consolidado		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Até 1 ano	80.126	15.256	95.382	80.126	15.256	95.382
De 1 a 2 anos	8.469	-	8.469	8.469	-	8.469
De 2 a 3 anos	15.794	-	15.794	15.794	-	15.794
De 3 a 4 anos	7.152	-	7.152	7.152	-	7.152
De 4 a 5 anos	8.592	-	8.592	8.592	-	8.592
De 5 a 8 anos	7.940	-	7.940	7.940	-	7.940
De 8 a 10 anos	71.511	42.465	113.976	71.511	42.465	113.976
Total	199.584	57.721	257.305	199.584	57.721	257.305

10. INVESTIMENTOS

a) Participações em controladas e coligadas avaliadas ao Método de equivalência patrimonial

	31/12/2023						
	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do exercício	Valor do investimento	Resultado de participação em controladas
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	100,0000	10.000	10	426	(185)	426	(185)
Pine Investimentos DTVM Ltda.	100,0000	892.300	4.765	6.696	238	6.696	238
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	100,0000	500.000	500	9.245	5.719	9.245	5.719
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. ^{(4) (5)}	100,0000	819.995.144	565.797	563.029	(2.052)	563.029	(2.052)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	100,0000	492.157	18.102	20.457	(2.064)	20.457	(2.064)
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	100,0000	53.200.000	53.200	61.265	9.505	61.265	9.505
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	100,0000	86.030.600	36.993	36.549	(1.890)	36.549	(1.890)
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais LTDA. ⁽⁶⁾	100,0000	10.000	10	10	-	10	-
BYX Produtos S.A. (Anteriormente denominada GPTECH Participações S.A.) ^{(3) (7)}	40,0000	6.668	17	(3.087)	(4.622)	1.494	(614)
BYX Capital S.A. ⁽⁶⁾	30,0000	1.285.715	4.286	41.724	26.977	20.255	5.258
Total					31.626	719.426	13.915

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



	31/12/2022					
	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do exercício	Valor do investimento
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	99,9900	9.999	10	611	(52)	611
Pine Investimentos DTVM Ltda.	99,9998	892.299	4.765	6.457	1.577	6.457
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99,9998	499.999	500	3.527	1.400	3.527
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.	99,9999	565.796.649	565.797	565.081	(886)	565.081
Pine Corretora de Seguros Ltda. ⁽¹⁾	99,9990	492.156	18.102	23.420	1.318	23.420
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	99,9999	53.199.999	53.200	51.759	(462)	51.759
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda. ⁽²⁾	99,9999	86.030.599	36.993	38.440	1.447	38.440
BYX Produtos S.A. (Anteriormente denominada GPTECH Participações S.A.) ⁽³⁾	40,0000	6.668	16.668	2.187	-	2.187
Total					4.342	691.482

(1) Em 26 de outubro de 2022, houve redução de capital no montante de R\$6.998, mediante diminuição proporcional do valor nominal das quotas.
(2) Em 26 de outubro de 2022, houve redução de capital no montante de R\$16.160, mediante diminuição proporcional do valor nominal das quotas.
(3) Em 14 de novembro de 2022, o Banco Pine adquiriu 6.668 ações da empresa GPTECH, com ágio no montante de R\$2.180, representando 40% do capital social da Companhia, avaliado pelo método de equivalência patrimonial. A empresa tem como principais atividades: correspondentes de instituições financeiras, consultoria em gestão empresarial e intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral.
(4) Em reunião de sócios realizada em 09 de janeiro de 2023, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$29.891, mediante emissão de 43.319.875 novas quotas. Referidas novas quotas são subscritas exclusivamente pelo sócio Banco Pine S.A., estando dispensada a integralização de tal parcela devida decorrente deste aumento de capital, considerando que: (i) em razão da redução de capital deliberada em 03 de outubro de 2022, a Sociedade deve restituir parte do valor das quotas aos sócios ou dispensar as prestações ainda devidas; (ii) houve a restituição de parte do valor das quotas ao sócio Banco Pine S.A.. Dessa forma, o valor remanescente a ser reembolsado ao sócio Banco Pine S.A., será realizado através de dispensa da parcela de integralização devida, em razão deste aumento de capital.
(5) Em reunião de sócios realizada em 01 de fevereiro de 2023, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$145.506, mediante emissão de 210.878.619 novas quotas. Referidas novas quotas, são subscritas e integralizadas exclusivamente pelo sócio Banco Pine S.A..
(6) Em 29 de junho de 2023, o Banco Pine adquiriu 1.285.715 ações ordinárias da empresa Byx Capital S.A. ("Byx"), com ágio no montante de R\$15.759, representando 30% do capital social da Companhia, avaliado pelo método de equivalência patrimonial.
(7) Em 01 de junho de 2023, a GPTECH Participações S.A. teve sua razão social alterada para BYX Produtos S.A..
(8) Em 26 de dezembro de 2023, O Bacen aprovou a participação do Banco Pine em uma sociedade do Conglomerado, constituída sob a denominação Eco Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda, cujo objeto social é (i) a comercialização de ativos ambientais de qualquer natureza e origem; (ii) assessoria e consultoria na comercialização de ativos ambientais de qualquer natureza e origem; (iii) a intermediação de negócios na comercialização de ativos ambientais de qualquer natureza e origem; e (iv) a participação em outras sociedades como acionista ou quotista que possuam como objeto social atividades complementares e/ou sinérgicas ao objeto social da Sociedade; os ativos ambientais aqui mencionados compreendem, mas não se limitam a, Créditos de Carbono, Créditos de Descarbonização ("CBIOS"). O tempo de duração da Sociedade é indeterminado. O Banco Pine será sócio único, com 100% das quotas sociais.

b) Outros Investimentos

	Individual e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
CIP S.A. ^{(1) (2) (3) (4) (5)}	250	591
Fundo Garantidor para Investimentos (BNDES FGI) ⁽⁶⁾	1.000	1.000
Total	1.250	1.591

(1) O Pine é um dos acionistas Fundadores da Central de Registro de Títulos e Ativos S.A. (CERTA), sociedade por ações de capital fechado, em conjunto com outros bancos participantes, cujo aporte foi no montante de R\$591, avaliado pelo método de custo.
(2) Em 23 de junho de 2022, foi aprovado aumento de capital social da CERTA, dentro do limite de capital autorizado nos termos de seu Estatuto Social, no montante de R\$117.
(3) Em 28 de fevereiro de 2023, foi aprovado aumento de capital social da CERTA, dentro do limite de capital autorizado nos termos de seu Estatuto Social, no montante de R\$114. O aumento de capital ocorreu no segundo trimestre de 2023.
(4) Em 6 de julho de 2023, foi aprovado aumento de capital social da CERTA, dentro do limite de capital autorizado nos termos de seu Estatuto Social, no montante de R\$14.
(5) Em 3 de agosto de 2023, a CIP S.A. incorporou a totalidade de ações de emissão da CERTA, tornando-a sua subsidiária integral. Em 10 de agosto de 2023, o Banco Pine recebeu o montante de R\$190, referentes às ações preferenciais resgatadas, com prejuízo de R\$157 na incorporação e passou a possuir 7.392 ações da CIP S.A. Em 18 de dezembro de 2023, houve pagamento de dividendos da CIP S.A. no montante de R\$140. Em 31 de dezembro de 2023, houve desvalorização das ações da CIP S.A., no montante de R\$121.
(6) Em 5 de agosto de 2022, o Banco Pine subscreveu cotas de emissão do FGI, no montante de R\$1.000 no Fundo Garantidor para Investimentos (BNDES FGI), mensurado pelo custo de aquisição.

11. OUTROS ATIVOS

a) Ativos não financeiros mantidos para venda

	Individual		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imóveis	298.494	396.299	735.551	871.861
Provisão para perdas	(6.355)	(6.355)	(6.740)	(7.540)
Total	292.139	389.944	728.811	864.321
Não Circulante	292.139	389.944	728.811	864.321

b) Despesas antecipadas

	Individual		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios de seguros	40.152	36.301	55.543	55.017
Aluguéis ⁽¹⁾	9.296	10.310	9.296	10.310
Gastos na emissão de títulos no Exterior	-	40	-	40
Outras	9.756	4.841	9.764	6.194
Total	59.204	51.492	74.603	71.561
Circulante	15.373	11.114	16.227	14.794
Não Circulante	43.831	40.378	58.376	56.767

(1) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, refere-se, principalmente, a aquisição de direito de uso de camarotes e espaço do Allianz Parque.

12. IMOBILIZADO DE USO

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, sistema de processamento de dados, e sistema de transporte, 20%, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e sistema de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

	Individual e Consolidado					
	31/12/2022		01/01 a 31/12/2023		31/12/2023	
	Saldo contábil	Aquisições	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Imobilizados de Uso	6.007	2.009	(1.048)	24.021	(17.053)	6.968
Instalações, Moveis e Equipamentos de Uso	6.007	2.009	(1.048)	24.021	(17.053)	6.968
Outros Imobilizados de Uso	1.991	-	(248)	6.139	(4.396)	1.743
Sistema de Segurança e Comunicação	1.991	-	(248)	3.861	(2.118)	1.743
Sistema de Processamento de Dados	-	-	-	2.278	(2.278)	-
Total	7.998	2.009	(1.296)	30.160	(21.449)	8.711

13. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os recursos de instituições financeiras são compostos pelos depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses.

	Individual		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos (Nota 13.a)	9.751.028	8.271.222	9.680.302	8.213.403
Captações no mercado aberto (Nota 13.b)	4.046.998	3.943.494	4.046.998	3.943.494
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 13.c)	3.096.406	1.116.932	3.096.406	1.116.932
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13.d)	-	14.872	-	14.872
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾	(128.937)	(157.463)	(128.937)	(157.463)
Total ajustado ao valor justo	16.765.495	13.189.057	16.694.769	13.131.238
Circulante	8.181.631	6.790.481	8.173.880	6.740.380
Não Circulante	8.583.864	6.398.576	8.520.889	6.390.858

(1) Refere-se ao valor justo de depósitos que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 6.c.xb).

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



a) Depósitos

Composição por Vencimento	Individual					31/12/2023
	Consolidado					
	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Depósitos Interfinanceiros	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Depósitos Interfinanceiros
Sem vencimento	90.883	-	-	90.167	-	-
Até 30 dias	-	212.052	341	-	212.052	341
De 31 a 60 dias	-	103.347	-	-	103.347	-
De 61 a 90 dias	-	198.140	-	-	198.140	-
De 91 a 180 dias	-	514.296	339.579	-	509.737	339.579
De 181 a 360 dias	-	1.030.484	-	-	1.028.006	-
Acima de 360 dias	-	6.943.034	318.872	-	6.880.061	318.872
Total	90.883	9.001.353	658.792	90.167	8.931.343	658.792

Composição por Vencimento	Individual					31/12/2022
	Consolidado					
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros
Sem vencimento	155.980	-	-	108.083	-	-
Até 30 dias	-	112.100	-	-	112.100	-
De 31 a 60 dias	-	154.251	-	-	154.251	-
De 61 a 90 dias	-	125.296	-	-	125.296	-
De 91 a 180 dias	-	258.672	52.507	-	258.486	52.507
De 181 a 360 dias	-	1.286.252	-	-	1.284.743	-
Acima de 360 dias	-	6.126.164	-	-	6.117.937	-
Total	155.980	8.062.735	52.507	108.083	8.052.813	52.507

b) Captações no Mercado Aberto

	Individual e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Carteira Própria		
LTN - letra do tesouro nacional	-	289.681
LFT - letra financeira do tesouro	-	213.828
NTN - notas do tesouro nacional	3.320.813	3.337.505
Debêntures	726.185	102.480
Total	4.046.998	3.943.494
Circulante	4.046.998	3.943.494

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Individual e Consolidado				
	31/12/2023				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
Letras de crédito imobiliário	390.691	524.340	544.123	-	1.459.154
Letras de crédito do agronegócio	361.059	372.887	176.412	-	910.358
Letras financeiras	-	-	479.301	247.593	726.894
Total	751.750	897.227	1.199.836	247.593	3.096.406

d) Obrigação por Empréstimos e Repasses

Em 31 de dezembro de 2023, os empréstimos de longo prazo, classificados na rubrica 'Obrigações por empréstimos e repasses' foram liquidados (Nota 25.e)

	Individual e Consolidado				
	31/12/2023				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Repasses do país - instituições oficiais	-	-	-	-	2.501
Operações de repasses do exterior	-	-	-	-	12.366
Operações de empréstimos no exterior	-	-	-	-	5
Total	-	-	-	-	14.872

14. DÍVIDA SUBORDINADA

Por prazo	Individual e Consolidado				
	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	31/12/2023	31/12/2022
Letras Financeiras Subordinadas	29.599	65.299	223.576	348.173	204.419
Total	29.599	65.299	223.576	348.173	204.419

Papel	Individual e Consolidado				
	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)
Letras Financeiras	26.515	2018	2024	CDI	150% a 152%
	2.000	2019	2024	CDI	140%
	13.776	2019	2025	CDI	140% a 150%
	1.500	2019	2025	IPCA+	10%
	5.300	2019	2026	CDI	149% a 150%
	1.000	2020	2026	CDI	140%
	17.092	2021	2027	IPCA+	10%
	300	2021	2027	CDI	164%
	9.496	2021	2028	IPCA+	10%
	30.000	2021	2028	CDI	162% a 187%
	65.317	2022	2029	CDI	132% a 150%
	20.100	2023	2030	CDI	103% a 140%
	300	2023	2031	CDI	162%
	78.600	2023	2033	CDI	100%
	350	2023	2034	CDI	154%
	20.000	2023	2037	CDI	154%
	20.000	2023	2038	CDI	159%
Total	311.646				348.173

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Papel	Individual e Consolidado					
	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	31/12/2022
Letras Financeiras						
	26.515	2018	2024	CDI	150% a 155%	27.610
	2.000	2019	2024	CDI	140%	2.003
	13.776	2019	2025	CDI	140% a 150%	18.166
	1.500	2019	2025	IPCA+	10%	1.937
	5.300	2019	2026	CDI	149% a 150%	5.609
	1.000	2020	2026	CDI	140%	1.023
	17.092	2021	2027	IPCA+	10%	19.335
	300	2021	2027	CDI	166%	305
	9.496	2021	2028	IPCA+	10%	10.755
	45.000	2021	2028	CDI	100% a 189%	49.005
	65.317	2022	2029	CDI	132% a 150%	68.671
Total	187.296					204.419

15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Individual		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para passivos contingentes - fiscais (Nota 15.b)	-	-	709	-
Provisão para passivos contingentes - trabalhistas (Nota 15.b)	8.593	8.206	8.593	8.206
Provisão para passivos contingentes - cíveis (Nota 15.b)	4.026	5.792	4.026	5.792
Fianças Prestadas (Nota 21)	9.779	8.277	9.779	8.277
Total	22.398	22.275	23.107	22.275
Não Circulante	22.398	22.275	23.107	22.275

a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existiam ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Depósitos Judiciais		Individual		Depósitos Judiciais		Consolidado	
			Provisão				Provisão	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contingências Fiscais e Obrigações Legais	55.585	52.589	-	-	58.743	55.123	709	-
Contingências Trabalhistas	5.448	5.346	8.593	8.206	5.448	5.346	8.593	8.206
Contingências Cíveis ⁽¹⁾	35.424	752	4.026	5.792	35.424	827	4.026	5.792
Fianças Prestadas (Nota 21)	-	-	9.779	8.277	-	-	9.779	8.277
Total	96.457	58.687	22.398	22.275	99.615	61.296	23.107	22.275

(1) Em 31 de dezembro de 2023, refere-se à depósito judicial para a garantia de ação de execução, movida para a cobrança de dívida. Atualmente, há ordem proveniente do Superior Tribunal de Justiça impedindo o levantamento do valor depositado na execução, até o julgamento definitivo da defesa apresentada no processo.

O Pine e a Pine Investimentos obtiveram decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas ao PIS e COFINS nos termos do disposto no Art. 3º, §1º, da Lei nº 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação à essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores.

Em relação ao COFINS, a referida decisão resultou no levantamento de valores não convertidos em renda em favor da União, pelo Banco Pine e Pine Investimentos. Não obstante, a PGFN ingressou com medidas executivas, em relação às quais o Pine e a Pine Investimentos apresentaram defesas e aguardam decisões definitivas. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não havia depósitos judiciais referentes à COFINS.

Em relação ao PIS, o processo encontra-se sobrestado pelo fato de estar afetado pela repercussão geral reconhecida pela STF (Tema 372). Em 31 de dezembro de 2023, os depósitos relativos ao PIS, representavam R\$53.600 no Individual e R\$53.951 no Consolidado (R\$50.689 no Individual e R\$51.020 no Consolidado em 31 de dezembro de 2022).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023, os créditos fiscais a compensar, decorrentes de pagamentos efetuados a maior no curso dessas ações, representavam os montantes de COFINS de R\$3.604 no Individual e no Consolidado (R\$3.604 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2022).

c) Movimentação das provisões passivas

	31/12/2023				Individual			
					31/12/2022			
	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	-	8.206	5.792	13.998	369	6.987	6.724	14.080
Constituição (reversão)	-	(576)	(1.166)	(1.742)	(369)	339	(986)	(1.016)
Atualização	-	963	(600)	363	-	880	54	934
Saldo final	-	8.593	4.026	12.619	-	8.206	5.792	13.998

	31/12/2023				Consolidado			
					31/12/2022			
	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	-	8.206	5.792	13.998	369	6.987	6.724	14.080
Constituição (reversão)	709	(576)	(1.166)	(1.033)	(369)	339	(986)	(1.016)
Atualização	-	963	(600)	363	-	880	54	934
Saldo final	709	8.593	4.026	13.328	-	8.206	5.792	13.998

d) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis

Trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Pine não possuía processos trabalhistas classificados como possíveis.

Cíveis: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Pine não possuía processos cíveis classificados como possíveis.

Fiscais: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Pine não possuía processos fiscais classificados como possíveis.

16. OUTROS PASSIVOS

	Individual		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	389	137	389	137
Carteira de câmbio (Nota 8.a)	118.367	108.326	118.367	108.326
Credores diversos - país e exterior	117.922	13.368	118.268	22.649
Fiscais e previdenciárias (Nota 16.a)	269.910	202.671	284.132	214.365
Negociação e intermediação de valores	16.895	7.009	16.895	7.009
Sociais e estatutárias	36.348	9.754	36.348	9.754
Outros	50.765	11.575	50.698	11.623
Obrigações por operações vinculadas a cessão - Operações de crédito ⁽¹⁾	748.380	-	-	-
Total	1.358.976	352.840	625.097	373.863
Circulante	1.084.608	151.707	343.837	166.848
Não Circulante	274.368	201.133	281.260	207.015

(1) A Resolução CMN nº 3.533/08, estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. Em 31 de dezembro de 2023, o Banco Pine estruturou cessão e securitização com o mercado, cujo montante foi eliminado para fins de consolidação da Demonstração Financeira.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



a) Fiscais e previdenciárias

	Individual		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	492	310	508	356
Impostos e contribuições sobre salários	3.590	3.236	3.663	3.315
Impostos e contribuições sobre o lucro	54	110	6.684	5.783
ISS	6.510	2.051	6.585	2.097
IRRF	783	290	783	290
PIS e Cofins a recolher	1.166	3.559	1.259	3.641
Provisão para PIS e Cofins	-	-	6.991	5.511
Provisão para IR e CS diferidos (Nota 9.b)	257.305	193.115	257.649	193.372
Outros	10	-	10	-
Total	269.910	202.671	284.132	214.365
Circulante	12.552	9.446	19.917	15.258
Não Circulante	257.358	193.225	264.215	199.107

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Conforme Estatuto Social, em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado totaliza R\$852.335 (R\$851.665 em 31 de dezembro de 2022) e está dividido em 186.776.151 ações nominativas, sendo 98.007.123 ordinárias e 88.769.028 preferenciais (186.441.207 em 31 de dezembro de 2022) sem valor nominal. O Pine fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de outubro de 2023, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$566, mediante emissão de 262.774 novas ações nominativas, sendo 94.258 ordinárias e 168.516 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de setembro de 2023 a 30 de setembro de 2023 ("Terceiro período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 13 de novembro de 2023.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de julho de 2023, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$102, mediante emissão de 50.844 novas ações nominativas, sendo 16.948 ordinárias e 33.896 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de junho de 2023 a 30 de junho de 2023 ("Segundo período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 24 de julho de 2023.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de abril de 2023, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$2, mediante emissão de 1.326 novas ações nominativas, sendo 442 ordinárias e 884 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de março de 2023 a 31 de março de 2023 ("Primeiro período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 9 de maio de 2023.

Em 28 de setembro de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a redução do capital social, no montante de R\$411.982, mediante a absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, verificados nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do 1º semestre de 2022, sem cancelamento de ações, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos acionistas no Capital Social da Companhia.

O lucro líquido apurado no 1º semestre de 2022 foi absorvido pelo saldo de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, de modo que o saldo desta rubrica passasse de R\$418.274 para R\$411.982.

O aumento de capital, homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 27 de abril de 2022, foi aprovado junto ao Bacen por meio de ofício datado em 23 de maio de 2022. No âmbito deste aumento de capital, foi atribuído, como vantagem adicional aos subscritores de cada nova ação de emissão da Companhia, um bônus de subscrição. Cada bônus de subscrição confere ao seu titular o direito de subscrever uma ação ordinária e duas ações preferenciais de emissão da Companhia durante um dos períodos de exercício a seguir: (i) 01 de março de 2023 a 31 de março de 2023; (ii) 01 de junho de 2023 a 30 de junho de 2023; (iii) 01 de setembro de 2023 a 30 de setembro de 2023; (iv) 01 de dezembro de 2023 a 31 de dezembro de 2023; (v) 01 de março de 2024 a 31 de março de 2024; (vi) 01 de junho de 2024 a 30 de junho de 2024; (vii) 01 de setembro de 2024 a 30 de setembro de 2024; (viii) 01 de dezembro de 2024 a 31 de dezembro de 2024; (ix) 01 de março de 2025 a 31 de março de 2025; (x) 01 de junho de 2025 a 30 de junho de 2025; (xi) 01 de setembro de 2025 a 30 de setembro de 2025; (xii) 01 de dezembro de 2025 a 31 de dezembro de 2025; ou (xiii) 01 de março de 2026 a 31 de março de 2026. Os Bônus de Subscrição somente poderão ser exercidos durante os períodos mencionados anteriormente de modo que não será admitido o exercício do Bônus de Subscrição em data anterior ou posterior aos períodos de exercício.

Durante o Período de Direito de Preferência, encerrado dia 23 de março de 2022, foi subscrito um montante de R\$49.638, contabilizados em março de 2022 como "Aumento de Capital". Durante o Período de Subscrição de Sobras, encerrado dia 18 de abril de 2022, foram subscritas 7.259.751 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,60 por ação, totalizando um valor de R\$11.616. Após o encerramento do período de subscrição foram emitidas 38.283.443 novas ações, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando R\$61.254.

b) Reservas de capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

c) Reserva de lucros

A conta de reserva de lucros do Pine é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Pine, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Pine não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Pine deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Pine. Ademais, o Pine poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

d) Juros sobre o capital próprio

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de dezembro de 2023, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$42.752, à base de R\$0,2080922546, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo 2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 15 de janeiro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de julho de 2023, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$18.448, com base em Reservas Estatutárias, à base de R\$0,1006339271, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo 2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 10 de agosto de 2023.

De acordo com o previsto na Lei nº 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TJLP vigente no período. Esses juros sobre o capital próprio reduziram o encargo de imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 em R\$27.540 (R\$5.279 em 31 de dezembro de 2022).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, houve deliberação de juros sobre o capital próprio, conforme quadro a seguir:

Descrição	Individual e Consolidado					
					31/12/2023	
	Data de deliberação	Data do pagamento	Valor por ação bruto	Valor total bruto	Valor por ação líquido de IR	Valor total líquido
Juros sobre o Capital Próprio	21/12/2023	15/01/2024	0,208092	42.752	0,176878	36.339
Juros sobre o Capital Próprio	17/07/2023	10/08/2023	0,100634	18.448	0,085610	15.966
Total				61.200		52.305

Descrição	Individual e Consolidado					
					31/12/2022	
	Data de deliberação	Data do pagamento	Valor por ação bruto	Valor total bruto	Valor por ação líquido de IR	Valor total líquido
Juros sobre o Capital Próprio	20/01/2023	08/02/2023	0,061550	11.475	0,052317	9.754
Total			0,061550	11.475	0,052317	9.754

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS		
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS		
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)		

A seguir apresentamos a conciliação dos juros sobre o capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	180.878	40.900
Reserva legal	(9.044)	(1.730)
Base de cálculo	171.834	39.170
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	61.200	11.475

(1) O valor de juros sobre o capital próprio a ser distribuído, atinge os 25% de mínimos obrigatórios e foram pagos em 08 de fevereiro de 2023. O valor está sujeito à retenção de IRRF de 15% sobre o valor apresentado na Nota Explicativa, conforme descrito no Aviso aos Acionistas de 20 de janeiro de 2023.

e) Ações em tesouraria

No primeiro trimestre de 2023, o Conselho de Administração autorizou a aquisição de até 4.000.000 de ações preferenciais de própria emissão, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social, em conformidade com o parágrafo 5º do artigo 7º do Estatuto Social, bem como com a Resolução CVM nº 77/22. A referida aquisição objetiva viabilizar o pagamento de remuneração variável aos Administradores do Banco Pine, em linha com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Em maio de 2023, houve a liberação de ações da diretoria estatutária, no montante de R\$935, referente ao plano de remuneração baseada em ações, concedido em 28 de fevereiro de 2023, de acordo com a Resolução CMN nº 3.921.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Banco pine recomprou 3.911.584 ações, no montante de R\$6.844, a um custo médio de R\$1,99.

Descrição	Individual e Consolidado		
	31/12/2023		
	Valor	Quantidade	Custo médio
Ações em tesouraria no início do exercício	-	-	-
Aquisições de ações	7.779	3.912	1,99
Liberações - Remuneração baseada em ações	(935)	(532)	1,76
Ações em tesouraria no final do exercício	6.844		

f) Ajustes de avaliação patrimonial

Descrição	Individual e Consolidado		
	31/12/2023		
	Valor	Quantidade	Custo médio
Ativos Financeiros Disponíveis para venda	(9.937)		(10.210)
Títulos e valores mobiliários	(9.937)		(10.210)
Hedge fluxo de caixa	-		(1)
Objeto do Hedge	-		(51)
Instrumento do Hedge	-		50
Outros	(17)		(94)
Efeito Tributário	4.478		4.486
Empresas coligadas			
Ativos Financeiros Disponíveis para venda	(2.386)		-
Títulos e valores mobiliários	(2.386)		-
Efeito Tributário	812		-
Total	(7.050)		(5.819)

18. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

a) Operações de crédito

Descrição	Individual e Consolidado			
	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022
Adiantamentos a depositantes	4.854	16.320	16.107	32.917
Rendas de empréstimos	553.246	1.024.193	298.976	596.787
Rendas de financiamentos	47.562	104.384	57.223	107.925
Total	605.662	1.144.897	372.306	737.629

b) Operações de captação no mercado

Descrição	Individual				Consolidado			
	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022
Despesas de depósitos interfinanceiros	43.939	61.569	2.517	3.499	43.939	61.569	2.517	3.499
Despesas de depósitos a prazo	452.080	941.141	319.908	669.179	450.608	938.323	317.984	664.854
Despesas de operações compromissadas	198.740	417.244	240.254	447.752	198.740	417.244	240.254	447.752
Despesas de operações com TVM no exterior	19	40	21	56	19	40	21	56
Despesas de contribuição ao FGC	6.477	12.323	5.305	13.622	6.477	12.323	5.305	13.622
Despesas com LCA	49.387	100.437	23.209	34.733	49.387	100.437	23.209	34.733
Despesas com LF	75.499	126.725	13.333	24.019	75.499	126.725	13.333	24.019
Despesas com LCI	82.155	131.393	16.685	33.280	82.156	131.394	16.686	33.281
Total	908.296	1.790.872	621.232	1.226.140	906.825	1.788.055	619.309	1.221.816

c) Operações de empréstimos e repasses

Descrição	Individual e Consolidado			
	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022
Despesas de repasses do País - instituições oficiais	-	9	27	258
Despesas de repasses do exterior - Resolução CMN nº 3.844	248	497	249	491
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior ⁽¹⁾	3.597	3.417	5.469	6.375
Total	3.845	3.923	5.745	7.124

(1) Contempla variação cambial.

d) Receitas de prestação de serviços

Descrição	Individual				Consolidado			
	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022
Comissão de fiança	3.765	7.296	3.597	7.189	3.765	7.296	3.597	7.189
Comissão de intermediação	3.933	7.716	758	811	10.854	17.178	6.335	6.388
Rendas de cobrança	3.508	5.770	2.792	5.576	3.508	5.770	2.792	5.576
Rendas com tarifas	2.204	4.059	1.626	2.951	2.204	4.059	1.626	2.951
Outras ⁽¹⁾	1.520	1.984	1.552	2.265	1.733	5.251	6.010	7.821
Total	14.930	26.825	10.325	18.792	22.064	39.554	20.360	29.925

(1) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, no consolidado, refere-se, principalmente, à receitas de prestação de serviços de corretagem de seguros da Pine Corretora.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

**e) Despesas de pessoal**

	Individual				Consolidado			
	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Proventos	28.977	56.681	23.298	48.409	29.576	58.126	23.580	48.691
Benefícios	8.437	16.575	8.161	15.278	8.440	16.604	8.171	15.292
Encargos sociais	13.146	25.468	11.498	24.924	13.351	25.956	11.594	25.070
Honorários da diretoria	5.132	9.896	5.291	10.241	5.522	10.538	5.436	10.638
Treinamento	-	-	56	78	-	-	56	78
Estagiários	295	649	524	1.055	296	650	524	1.055
Total	55.987	109.269	48.828	99.985	57.185	111.874	49.361	100.824

f) Outras despesas administrativas

	Individual				Consolidado			
	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Despesas de água, energia e gás	133	263	126	248	134	264	136	258
Despesas com aluguéis	4.019	7.622	3.552	5.426	4.076	7.622	3.552	5.426
Despesas de arrendamento de bens	508	810	302	709	508	810	302	709
Despesas com contribuições filantrópicas	10	10	10	10	10	10	10	10
Despesas de comunicações	3.139	6.476	4.025	6.569	3.139	6.476	4.025	6.569
Despesas de manutenção e conservação de bens	452	839	508	1.065	437	839	508	1.065
Despesas de material	159	221	82	148	185	259	82	148
Despesas de processamento de dados	11.777	21.929	9.591	18.778	11.776	21.929	9.594	18.781
Despesas de relações públicas	1.713	2.200	1.132	1.553	1.744	2.248	1.135	1.571
Despesas de seguros	4.987	9.073	3.412	6.162	5.007	9.114	3.434	6.204
Despesas com serviços do sistema financeiro ⁽¹⁾	28.166	53.138	9.859	15.249	28.171	53.145	9.859	15.251
Despesas com serviços de terceiros	1.620	2.898	963	1.617	1.933	3.432	1.096	1.750
Despesas com serviços de vigilância e segurança	1.270	2.602	1.258	2.519	1.270	2.602	1.258	2.519
Despesas com serviços técnicos especializados	8.917	20.726	7.161	11.261	9.225	21.142	7.277	11.424
Despesas de transporte	270	566	301	578	270	566	302	579
Despesas de viagens	455	920	305	526	455	920	305	526
Sentenças judiciais, cíveis e trabalhistas	3.523	12.327	1.280	3.549	3.740	12.544	1.280	3.549
Despesas de amortização e depreciação	1.058	2.120	1.051	2.130	1.058	2.120	1.051	2.130
Emolumentos judiciais e cartorários	569	711	377	475	565	711	378	476
Outras despesas administrativas	5.725	10.171	2.793	4.958	5.714	10.207	2.804	4.988
Total	78.470	155.622	48.088	83.530	79.417	156.960	48.388	83.933

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, refere-se, principalmente, a despesas com comissões com parceiros de operações de varejo.

g) Despesas tributárias

	Individual				Consolidado			
	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
ISS	1.065	2.020	1.230	1.950	1.414	2.551	1.598	2.340
Cofins	12.769	22.707	4.543	8.355	14.621	25.378	7.597	11.863
PIS	2.075	3.690	739	1.358	2.475	4.267	1.393	2.111
Outros ⁽¹⁾	14.790	16.246	520	654	15.797	17.739	871	1.070
Total	30.699	44.663	7.032	12.317	34.307	49.935	11.459	17.384

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, refere-se, substancialmente, a Despacho Decisório Indeferido.

h) Outras receitas operacionais

	Individual				Consolidado			
	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Recuperação de encargos e despesas	7.245	9.396	1.002	1.055	7.245	9.396	1.002	1.055
Atualização monetária ativa ⁽¹⁾	4.660	21.214	4.919	6.420	4.781	21.445	5.028	6.617
Atualização de créditos judiciais	63	767	169	374	63	767	169	374
Reversão provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	598	6.169	5.228	8.114	673	6.303	5.295	8.202
Outras rendas operacionais ⁽²⁾	153	17.911	143	205	29	17.615	45	78
Total	12.719	55.457	11.461	16.168	12.791	55.526	11.539	16.326

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, refere-se principalmente, à atualização monetária sobre o estoque dos impostos a compensar.

(2) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, refere-se principalmente, à reversão de impairment de títulos e valores mobiliários.

i) Outras despesas operacionais

	Individual				Consolidado			
	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Provisão de processos trabalhistas e cíveis	2.750	4.427	2.911	7.098	2.751	4.561	2.911	7.186
Provisão de fiança	1.279	1.502	553	578	1.279	1.502	553	578
Outras despesas operacionais	21.992	23.064	3.222	5.688	23.676	26.441	4.920	9.060
Total	26.021	28.993	6.687	13.364	27.706	32.504	8.384	16.824

j) Resultado não operacional

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o resultado não operacional corresponde, principalmente, ao resultado na venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito e imobilizados de uso.

	Individual				Consolidado			
	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Receitas não operacionais	13.534	31.679	53.021	69.392	74.943	113.997	178.418	212.562
Despesas não operacionais	(11.942)	(14.042)	(4.109)	(5.705)	(66.052)	(79.930)	(121.415)	(144.507)
Total	1.592	17.637	48.912	63.687	8.891	34.067	57.003	68.055

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	Individual				Consolidado			
	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022
Resultado antes do IRPJ, da CSLL e deduzidos as participações no resultado	137.900	249.932	48.160	63.434	140.731	255.997	53.083	69.078
Lucro líquido antes da tributação	137.900	249.932	48.160	63.434	140.731	255.997	53.083	69.078
Alíquota vigente (Nota 3.s)	45%	45%	46%	46%	45%	45%	46%	46%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(62.055)	(112.469)	(21.988)	(28.862)	(63.329)	(115.199)	(24.578)	(31.776)
Diferenças permanentes	31.596	43.415	8.436	6.328	30.039	40.080	6.103	3.598
Alteração da alíquota da CSLL	-	-	445	445	-	-	445	445
Juros sobre o capital próprio	27.540	27.540	5.279	5.279	27.540	27.540	5.279	5.279
Outros ajustes ⁽¹⁾	4.056	15.875	2.712	604	2.499	12.540	379	(2.126)
Imposto de renda e contribuição social	(30.459)	(69.054)	(13.552)	(22.534)	(33.290)	(75.119)	(18.475)	(28.178)

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, refere-se, principalmente, à equivalência das empresas controladas e exclusão da receita de atualização de impostos a compensar.

20. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Desde o exercício de 2012, o Pine aprovou novo Plano de Remuneração para tratamento das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução CMN nº 3.921/10.

O Plano de Remuneração tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Pine à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotada pela instituição; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Pine; e (iv) Adaptar a política de remuneração à norma da Resolução CMN nº 3.921/10.

A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Pine; (ii) o resultado geral do Pine, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Pine está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no conjunto de indicadores institucionais e de sua unidade de negócio (vii) a performance qualitativa e quantitativa dos Administradores, baseada nos valores do Banco.

A Remuneração Variável será calculada:

- a) até 50% do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie; e
b) o correspondente aos 50% restantes da remuneração variável será pago em instrumentos baseados em ações, que são diferidos em 3 anos.

A entrega dos instrumentos baseados em ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da Instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

O Pine conta, ainda, com um Comitê de Remuneração, que é responsável por (i) propor ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da Instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução CMN nº 3.921/10.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, referente a remuneração variável, foi apurado o montante de R\$4.109 (R\$5.243 em 31 de dezembro de 2022) e a despesa no montante de R\$7.501 (R\$2.688 em 31 de dezembro de 2022) de acordo com os critérios definidos no plano.

	Individual e Consolidado			
	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022
Remuneração fixa	5.147	9.972	5.358	10.310
Remuneração variável	-	4.109	3.702	5.243
Benefícios de curto prazo	1.653	4.306	2.814	7.583
Total	6.800	18.387	11.874	23.136

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados, principalmente, por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos, se condicionados, poderão ser descontinuados.

b) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, principalmente com as empresas discriminadas na Nota 2, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de mercado e estão representadas por:

	Taxa de juros % CDI	Prazos até	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Administradores ⁽¹⁾			20.007	2.017	(138)	(123)
Depósitos à vista	-	Sem vencimento	67	45	-	-
Depósitos a prazo	100% a 127% CDI e 100% IPCA	29/06/2028	17.826	152	(34)	(4)
Recursos de letras de crédito do agronegócio	97% a 116% CDI	08/07/2024	58	35	(7)	(1)
Recursos de letras de crédito imobiliário	95% a 102% CDI	17/12/2026	463	263	(26)	(30)
Recursos de letras financeiras	100% a 150% CDI e 100% IPCA	13/04/2029	1.593	1.522	(71)	(88)
Familiares imediatos ⁽¹⁾			16.009	41.999	(496)	(836)
Operações de crédito	CDI + 7,00% a.a	09/07/2024	-	20.804	-	(265)
Depósitos à vista	-	Sem vencimento	5.026	203	-	-
Depósitos a prazo	99% a 127% CDI e 100% IPCA	04/09/2028	1.778	11.748	(93)	(1)
Recursos de letras de crédito do agronegócio	95% a 116% CDI	08/07/2024	32	201	(4)	1
Recursos de letras de crédito imobiliário	95% a 118% CDI	17/09/2026	471	128	(25)	(14)
Recursos de letras financeiras	100% a 150% CDI e 100% IPCA	14/06/2028	8.702	8.915	(374)	(557)

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



	Taxa de juros % CDI	Prazos até	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empresas ligadas			68.232	57.854	2.375	(4.185)
Valores a receber						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.			3	10	24	(24)
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.			25	8	138	(25)
Pine Planejamento e Serviços Ltda.			-	-	1	-
Pine Corretora de Seguros Ltda.			-	12	111	(59)
Pine Ativos Imobiliários Ltda.			2	2	21	(20)
Depósitos à vista						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.		Sem vencimento	-	3.063	-	-
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.		Sem vencimento	10	2.464	-	-
Pine Planejamento e Serviços Ltda.		Sem vencimento	203	-	-	-
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.		Sem vencimento	421	24.679	-	-
Pine Corretora de Seguros Ltda.		Sem vencimento	81	59	-	-
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.		Sem vencimento	-	3	-	-
Pine Ativos Imobiliários Ltda.		Sem vencimento	-	17.632	-	-
Depósitos a prazo						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	99% CDI	20/10/2028	4.265	1.740	257	(253)
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99% CDI	24/11/2028	8.912	-	108	(78)
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	99% CDI	-	-	195	23	(22)
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.	99% CDI	06/11/2028	17.600	-	242	-
Pine Corretora de Seguros Ltda.	99% CDI	03/11/2028	5.234	2.966	492	(661)
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	99% CDI	20/10/2028	10.325	784	190	(71)
Pine Ativos Imobiliários Ltda.	99% CDI	20/10/2028	21.151	4.237	768	(2.972)
Empresas coligadas			13.493	-	4.693	-
Valores a Receber						
BYX Produtos S.A.	-	-	534	-	-	-
Depósitos à vista						
BYX Produtos S.A.	-	Sem vencimento	2	-	-	-
Depósitos a prazo						
BYX Capital S.A.	99% a 102% CDI	20/11/2028	6.139	-	100	-
Instrumentos Financeiros Derivativos						
BYX Capital S.A.			6.818	-	4.593	-

(T1) Os valores referente aos administradores e familiares imediatos não são consolidados.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, dos acionistas com mais de 5% do total de ações, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Acionistas	31/12/2023		31/12/2022		Total	
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações	Total de Ações (%)
Pessoa Física	97.895.475	100,00	20.662.132	23,28	118.557.607	63,48
Pessoa Jurídica	-	-	13.215.548	14,89	13.215.548	7,08
Conselho de Administração	-	-	201.405	0,23	201.405	0,11
Administradores	-	-	3.285.245	3,70	3.285.245	1,76
Total	97.895.475	100,00	37.364.330	42,10	135.259.805	72,43

Acionistas	31/12/2022		31/12/2022		Total	
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações	Total de Ações (%)
Pessoa Física	97.895.475	100,00	20.465.946	23,11	118.361.421	63,48
Pessoa Jurídica	-	-	16.287.867	18,39	16.287.867	8,74
Conselho de Administração	-	-	171.604	0,19	171.604	0,09
Conselho Fiscal	-	-	2.025.976	2,29	2.025.976	1,09
Administradores	-	-	3.262.356	3,68	3.262.356	1,75
Total	97.895.475	100,00	42.213.749	47,66	140.109.224	75,15

21. COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTRAS INFORMAÇÕES

A provisão para perdas prováveis associadas a garantias financeiras prestadas, operações que requerem que o prestador da garantia efetue pagamentos definidos contratualmente a fim de reembolsar o detentor de um instrumento de dívida ou outro instrumento de natureza semelhante por perda decorrente do não pagamento da obrigação pelo devedor na data prevista, é constituída por modelo estatístico interno cuja metodologia se baseia em práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, no risco da contraparte, no comportamento histórico da carteira, na modalidade ou produto da garantia financeira prestada e nas expectativas futuras de perdas. O modelo é revisado periodicamente conforme estabelecido pela Resolução do CMN nº 4.512/16.

Tipo de Garantia Financeira	Individual e Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	-	-	3.410	2
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	317.256	1.101	304.179	840
Outras Fianças Bancárias	63.270	8.678	47.415	7.435
Total	380.526	9.779	355.004	8.277

22. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados homologado pelo Programa de Participação nos Lucros e Resultados - PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em distribuir lucros e resultados aos colaboradores, levando em consideração: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Desempenho individual acompanhado através de metas; e (c) Avaliação de competências baseadas nos valores do Banco. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado".

23. GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Introdução

O Pine apresenta como diferencial a postura conservadora na gestão dos riscos inerentes às suas atividades, através da abordagem de gerenciamento integrado de riscos e capital, sendo sua supervisão realizada por comitês colegiados que apoiam as decisões da Administração.

As práticas de gerenciamento integrado e controle de risco, refletindo as melhores práticas de mercado, buscam identificar e definir limites de monitoramento das perdas financeiras de forma a assegurar que os objetivos do conglomerado sejam cumpridos, que as metas de lucratividade sejam alcançadas, de forma sustentável e em observância ao apetite de riscos definido, sempre mantendo transparência na governança corporativa.

A estrutura de gerenciamento integrado de riscos é definida pelo Conselho de Administração, que estabelece as funções subsidiárias ao Comitê de Gestão de Riscos e Capital, ao CRO e à Diretoria, no que tange as atribuições de aprovação de modelos de cálculo, dos fatores de risco, das métricas e indicadores para controle e monitoramento de limites e alertas.

O gerenciamento integrado de Riscos do Pine abrange os grupos de riscos tratados no contexto de riscos financeiros, riscos operacionais e riscos estratégicos, isolados e/ou conjuntamente.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



b) Gerenciamento Integrado de Riscos

O processo de gerenciamento integrado de riscos no Pine compreende o conjunto de atividades integradas de gestão e no controle, desde a definição de estratégias, diretrizes, cálculo, divulgação periódica de informações de gestão, controle e monitoramento (Teste de Uso).

A estrutura de governança do gerenciamento integrado de riscos, compreende:

- Conselho de Administração, para definição do apetite de risco e aprovação das políticas de risco;
- Comitê de Gestão de Riscos e Capital, para supervisão e coordenação gerais;
- Comitê de Portfolio, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (crédito e sócio ambiental);
- Comitê ALCO (Asset and Liability Committee) e Comitê de Riscos e Tesouraria, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (liquidez);
- Comitê de Risco Operacional, Controles Internos, GCN e SI, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (operacional, continuidade de negócio, segurança cibernética);
- CRO (Chief Risk Officer), para acompanhamento e implementação das definições e diretrizes estabelecidas;
- Área Tesouraria, para acompanhamento do mercado e negociação de operações de zeragem no mercado;
- Demais Áreas de Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, para negociação de operações com clientes e para registro, processamento e contabilização;
- Área de Controladoria, para acompanhamento gerencial de operações e programação orçamentária; e
- Área de Controle de Riscos, para cálculo de riscos e controle de limites.

Os processos e as políticas de gerenciamento e controle de riscos são submetidos a revisões periódicas, com objetivo de garantir alinhamento às melhores práticas de mercado, bem como o atendimento à regulamentação em vigor.

As atividades de controle de riscos são realizadas de forma centralizada por área independente em relação às áreas de Tesouraria, Controladoria, Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, garantindo isenção no reporte e implementação das ações corretivas identificadas.

RAS

A avaliação e definição do apetite de riscos são realizadas de forma estruturada e coordenada através da Declaração de Apetite a Riscos (RAS, Risk Appetite Statement), instrumento de gestão que integra os diversos tipos de risco e implementa seu monitoramento periódico, frente aos níveis estabelecidos, em atendimento aos objetivos da Administração e em conformidade com a programação orçamentária de negócio e aos requerimentos regulatórios. A RAS estabelece os indicadores através de limites e alertas, com acompanhamento periódico, sejam estratégicos ou superiores, sejam láticos ou operacionais.

c) Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O Pine possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Pine.

d) Categorias de Riscos

Risco de Crédito

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, incluindo variação das taxas de juros, de câmbio, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Risco Socioambiental

O Risco Socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais, próprios ou de clientes e parceiros, pela Instituição.

Risco de Conformidade

O Risco de Conformidade (ou regulatório) é definido como a possibilidade da instituição sofrer sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de Leis, Regulamentações, Recomendações dos órgãos de supervisão e Códigos de auto regulação aplicáveis.

Risco Reputacional (ou imagem)

O Risco Reputacional é definido pela possibilidade de perdas financeiras decorrentes da impossibilidade da instituição em manter e ou estabelecer novas relações no mercado e em sua base de clientes.

e) Gerenciamento de Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição, concentração, suficiência de garantias e adimplência de valores a receber de clientes e contrapartes;
- Avaliação e monitoramento da necessidade de provisionamento para perdas, alocação adicional de garantias, e/ou reestruturação de crédito, considerando os indicadores de inadimplência, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de controle de limites de risco de crédito, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métrica de Controle e Gestão

As análises do risco de crédito são realizadas com base nas seguintes métricas:

Rating e Limite de Crédito

A classificação de risco de inadimplência (rating) e a concessão de limite de crédito, realizados de forma estruturada e coordenada e formalizado através da PLC (Proposta de Limite de Crédito), têm por objetivo avaliar e atribuir a exposição máxima esperada com clientes e contrapartes, produtos, volumes, prazos e de garantia exigidas.

Monitoramento de Concentração

O monitoramento de concentração tem por objetivo definir e monitorar a exposição máxima esperada por rating, classificação de risco, cliente, contraparte, segmento econômico, região geográfica e prazo.

Monitoramento de Indicadores de Inadimplência

O monitoramento de inadimplência tem por objetivo acompanhar e definir os níveis aceitáveis de provisionamento de perda frente aos prazos de atraso no recebimento de valores a receber de clientes e contrapartes. Destes indicadores destaca-se o índice 'Over 90', que demonstra, ao longo do tempo o comportamento da carteira, permitindo a identificação e implementações de ações corretivas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



f) Gerenciamento de Risco de Liquidez

O gerenciamento de risco de liquidez compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis adequados de liquidez;
- Avaliação da necessidade de manutenção de liquidez mínima para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de necessidade de liquidez, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métricas de Controle e Gestão

As análises do risco de liquidez são realizadas com base nas seguintes métricas:

Liquidez Efetiva na Data

A liquidez efetiva na data tem por objetivo apurar o saldo realizado e a projeção para D+1 e as movimentações já contratadas nos saldos dos ativos que compõem a liquidez efetiva, títulos públicos livres, compromissada Selic e disponível em ME.

Liquidez Target

A liquidez target tem por objetivo demonstrar o valor esperado a manutenção da continuidade dos negócios correntes, calculado em função do objetivo estratégico e do valor considerando margem de segurança em excesso à 'Liquidez Mínima'.

Liquidez Cenário Projetado e Cenário Estresse

A liquidez cenários projetado e estresse têm por objetivo demonstrar cenários prospectivos de liquidez, construídos a partir da 'Liquidez na Data', em consonância com a programação orçamentária e de negócio, considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Liquidez Mínima (Cenário Projetado e Cenário Estresse)

A liquidez mínima, nos cenários projetado e estresse, tem por objetivo demonstrar os montantes mínimos representativos de 'colchão' a ser mantido, calculado de forma prospectiva, em consonância com a programação orçamentária e de negócio considerando, em+A121 visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Plano de Contingência de Liquidez

O plano de contingência de liquidez tem por objetivo estabelecer um conjunto de medidas, procedimentos e responsabilidades a serem adotados em situações de necessidade de liquidez, que alterem o perfil de prazo e volume de recebimentos de ativos e passivos.

g) Gerenciamento de Risco de Mercado

O gerenciamento de risco de mercado compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição às variações de mercado;
- Avaliação da necessidade de adequação das exposições, através de hedge, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Intenção de Negociação

O risco de mercado é apurado em conformidade com a estratégia de negócio e a intenção de negociação das operações, podendo ser:

A 'Carteira de Negociação' (trading) é composta por operações negociadas com a intenção de giro, revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços ou arbitragem de assimetrias de mercado. O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão DDR (Demonstrativo Diário de Acompanhamento das Parcelas de Requerimento de Capital e Limites Operacionais) BACEN, compatível com a abordagem VaR.

A 'Carteira Bancária' (banking) é composta pelas demais operações não classificadas na 'Carteira de Negociação' (trading). O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão IRRBB (Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária) Bacen, compatível com a abordagem movimentos adversos no resultado e no capital em decorrência de choque nas curvas de juros.

Métricas de Controle e Análises

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

Análise de Valor em Risco (Value at Risk – VaR)

O VaR tem por objetivo apurar a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança. Utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%, com apuração por mercado, vértices de vencimento e por fator de risco.

Análise de Resultado Gerencial à Mercado

A análise de resultado a mercado tem por objetivo apurar o resultado gerencial econômico a mercado (MtM), pelo apreçamento dos ativos e passivos, segregando seu impacto conforme a natureza do resultado, se contábil e/ou gerencial.

Demonstrativo de Análise de Sensibilidade

Conforme Instrução Nº 475 da CVM, de 17 de dezembro de 2008, segue abaixo quadro demonstrativo de análise da sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, que exponham o Banco a riscos oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras fontes de exposição, sendo que para a apuração dos impactos as taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos PV01s apurados em 31 de dezembro de 2023:

		Análise de Sensibilidade		
		31/12/2023		
		Cenários		
Fator de Risco	Exposição	Provável ⁽ⁱ⁾	Possível ⁽ⁱⁱ⁾	Remoto ⁽ⁱⁱⁱ⁾
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	17.910	22.387	33.582
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	8.469	10.587	15.880
Taxa Referencial (TR)	Variações na TR	(1.096)	(1.371)	(2.056)
Taxa de Cupom de Dólar	Variação cupom cambial	5.147	6.434	9.651
Taxas de Cupom de Outras Moedas	Variação cupom cambial	(3.751)	(4.689)	(7.034)
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	Variação nas taxas OffShore	(5.214)	(6.517)	(9.776)
Cesta de Moedas	Variação na cotação da cesta de moedas	1.396	1.745	2.617
Total (soma não correlacionada)*		22.861	28.576	42.864
Total (soma correlacionada)**		21.465	26.832	40.247

*Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.
**Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

Cenários			
Cenário I - Provável			
Cenário composto pela soma dos preços ou taxas de mercado do dia 31 de dezembro de 2023 e suas respectivas volatilidades apuradas através do método de EWMA (λ=94).			
Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	10,03%	0,01%	10,04%
Índice de Preços (IPCA)	3,50%	0,01%	3,51%
Taxa Referencial (TR)	0,64%	0,01%	0,65%
Taxa de Cupom de Dólar	6,22%	0,01%	6,23%
Taxa de Cupom de Outras Moedas	3,91%	0,01%	3,92%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	5,65%	0,01%	5,66%
Cesta de Moedas	5,01	0,01%	5,01

Notas Explicativas

Cenário II - Possível

Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	10,03%	25%	12,54%
Índice de Preços (IPCA)	3,50%	25%	4,37%
Taxa Referencial (TR)	0,64%	25%	0,80%
Taxa de Cupom de Dólar	6,22%	25%	7,78%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	3,91%	25%	4,89%
Taxas <i>OffShore</i> (<i>Libor</i> + outras <i>Offshore</i>)	5,65%	25%	7,07%
Cesta de Moedas	5,01	25%	6,26

Cenário III - Remoto

Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento, (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	10,03%	50%	15,05%
Índice de Preços (IPCA)	3,50%	50%	5,25%
Taxa Referencial (TR)	0,64%	50%	0,97%
Taxa de Cupom de Dólar	6,22%	50%	9,33%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	3,91%	50%	5,87%
Taxas <i>OffShore</i> (<i>Libor</i> + outras <i>Offshore</i>)	5,65%	50%	8,48%
Cesta de Moedas	5,01	50%	7,51

Política de Responsabilidade Sócio Ambiental e Climática (PRSAC)

A PRSAC tem por objetivo estabelecer e apresentar a estrutura de gerenciamento de risco socioambiental e climático por meio de diretrizes que permeiam a estratégia da Instituição em relação a este tema. Tal Política contém princípios que norteiam as ações de natureza socioambiental e climática nos negócios e nas relações do Pine com as partes interessadas, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas de negócio, como também para um desenvolvimento sustentável.

As partes interessadas são os clientes e usuários dos produtos e serviços oferecidos pela Instituição, a comunidade interna à sua organização e as demais pessoas que podem ser impactadas por nossas atividades. Assim sendo, o Pine faz consultas e diálogos estruturados com suas Partes Interessadas, a fim de contribuir para o aprimoramento da gestão dos negócios e promover aprendizados contínuos para ambos os lados. A PRSAC estimula a participação das Partes Interessadas em seu processo de elaboração.

No processo de avaliação e concessão de crédito levamos em consideração a análise de riscos socioambientais do cliente, ou seja, se o Compliance e PLD encontrar alguma inconsistência referente ao tema socioambiental, o cliente poderá ter um impacto negativo no seu rating de crédito que será definido pela área de Análise de Crédito.

Além disso, neste processo considera-se uma lista restritiva que identifica segmentos ou organizações para as quais o Pine tem restrições na concessão de crédito ou financiamento. Essa lista leva em consideração projetos e empresas que estejam envolvidos com práticas trabalhistas ilegais, que firam os Direitos Humanos ou, ainda, que produzam, comercializem ou utilizem produtos, substâncias ou atividades considerados nocivos à sociedade e ao meio ambiente. Para evitar danos à sua reputação e não fomentar negócios que não estão em conformidade com os princípios e as políticas, o Pine realiza uma avaliação contínua dos clientes atuais e potenciais que atuam em setores críticos do ponto de vista socioambiental.

Tecnologia da Informação

O Banco Pine se caracteriza pelo mindset digital e investe estrategicamente em melhoria contínua do ambiente tecnológico, incorporando as tendências de novos produtos e linguagens e adotando melhores práticas de mercado, na automatização contínua dos processos críticos e na formulação de solução sistêmica para integração dos processos internos visando escalabilidade, sinergia e agilidade.

Plano de Continuidade de Negócios

O Pine adota políticas conservadoras de armazenamento e segurança de dados e soluções tecnológicas que permitem a manutenção dos sistemas e informações essenciais com redundância e replicação em tempo real, para mitigar os impactos causados e falhas operacionais de hardware e software, no seu próprio ambiente tecnológico e na infraestrutura e conectividade de mercado.

A estrutura e capacidade de processamento computacional garantem a manutenção dos níveis de performance e segurança para o funcionamento adequado dos aplicativos e soluções sistêmicas para atendimento ao cliente, tratamento de informações cadastrais, negociação de operações, controle financeiro e contabilização, controle de riscos, e processamento de dados.

Segurança de Informação

O Pine adota procedimentos estritos para garantia da segurança de informação. Qualquer violação de segurança causada por acesso não autorizado às informações ou sistemas, que podem ter efeito adverso relevante sobre o negócio, estão cobertas pelo monitoramento contínuo, seja para garantia da integridade física dos dados, seja também para fins de atendimento às exigências da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados de 2018).

h) Índice de Basileia

O índice de Basileia em 31 de dezembro de 2023, foi de 12,41% (11,39% em 31 de dezembro de 2022), calculado a partir do 'Conglomerado Prudencial'. De acordo com a Resolução CMN nº 4.958/21, o requerimento mínimo de capital é de 10,50%, considerando fator F (8%) e 2,5% da parcela ACPConservação.

i) Gerenciamento de Riscos - Pilar 3

O Pine, de acordo com a Resolução BCB nº 54/20, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico ri.pine.com.

24. OPERAÇÕES ATIVAS VINCULADAS

O Pine realiza operações ativas vinculadas nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02. Em 31 de dezembro de 2023, os saldos das operações ativas vinculadas e das correspondentes captações de recursos, bem como respectivos resultados apurados no exercício estão demonstrados abaixo:

	Individual e Consolidado		
	31/12/2023		
	Moeda	Longo Prazo	Resultado
Operações ativas vinculadas			
Operações de crédito	R\$	25.862	3.992
Obrigações por operações ativas vinculadas			
Depósitos a prazo	R\$	26.768	2.595

Em 31 de dezembro de 2023, não existiam operações ativas vinculadas inadimplentes, bem como questionamento judicial sobre as operações ativas ou sobre os recursos captados para a aplicação nessas operações.

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Seguros

O Pine adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes estabelecidos, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros em 31 de dezembro de 2023, é demonstrada conforme abaixo:

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Directors and Officers Liability (D&O)	Responsabilidade Civil para Administradores	73.000
Prédios, maquinismos, móveis e utensílios	Quaisquer danos materiais a instalações, máquinas e equipamentos	18.754
Seguro global de banco	Valores em espécie	150
Seguro de vida	Seguro de vida - funcionários	500

b) Leasing operacional

O Pine possui obrigações decorrentes da contratação de operações de arrendamento sob a modalidade leasing operacional. Os valores correspondentes aos compromissos dos equipamentos arrendados não estão refletidos no balanço patrimonial, em razão de as operações contratadas não preverem a opção de compra dos bens. Em 31 de dezembro de 2023, o custo dos contratos de arrendamento foram reconhecidos na demonstração de resultado, na rubrica 'Despesas administrativas - arrendamento de bens', no montante de R\$810 (31 de dezembro de 2022 - R\$709).

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)	
---	---

c) Valor justo de instrumentos financeiros				
A seguir é apresentada uma comparação entre os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros e seus respectivos valores justos no final do exercício.				
	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos				
Aplicações Interfinanceiras de liquidez ⁽ⁱ⁾	580.232	580.232	382.891	382.891
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱⁱ⁾	10.463.219	10.179.835	8.860.861	8.217.464
Operações de crédito ⁽ⁱⁱⁱ⁾	4.163.889	6.483.721	3.801.706	4.447.742
Outros créditos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	801.445	948.285	665.367	826.302
Total de ativos financeiros	16.008.785	18.192.073	13.710.825	13.874.399
Passivos				
Depósitos à vista ^(iv)	90.167	90.167	108.083	108.083
Depósitos interfinanceiros ^(iv)	658.792	658.792	52.507	52.507
Depósitos a prazo ^(iv)	8.829.619	8.931.343	7.452.911	8.052.813
Captação no mercado aberto ⁽ⁱ⁾	4.046.998	4.046.998	3.943.494	3.943.494
Recursos de aceites e emissão de títulos ^(iv)	3.088.567	3.096.406	1.110.031	1.116.932
Obrigação por empréstimos e repasses ^(v)	-	-	24.035	14.872
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱⁱ⁾	2.199.505	2.199.505	1.709.632	1.709.632
Dívida subordinada ^(v)	340.049	348.173	204.419	204.419
Total de passivos financeiros	19.253.697	19.371.384	14.605.112	15.202.752

- Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:
- i) O valor justo das aplicações interfinanceiras de liquidez se aproxima substancialmente do seu valor contábil.
 - ii) O valor justo dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos e captação no mercado aberto reflete o seu valor contábil.
 - iii) Operações de crédito e outros créditos são mensurados líquidos da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. O valor justo dessas operações representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.
 - iv) O valor justo estimado dos depósitos à vista e interfinanceiros se aproxima substancialmente do seu valor contábil.
 - v) O valor justo estimado dos depósitos a prazo e os outros empréstimos sem cotação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos de vencimento similares.
- d) Acordos para compensação e liquidação de obrigações**
- Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional foram firmados acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/05, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.
- e) Covenants**
- Em 31 de dezembro de 2022, o Banco Pine possuía empréstimos de longo prazo, incluindo organismos multilaterais, classificados na rubrica 'Obrigações por empréstimos e repasses', no montante de R\$12.364, que possuíam cláusulas contratuais de cumprimento de obrigações (covenants) atreladas a condições de performance, tais como índice de rentabilidade e de eficiência. Em 13 de dezembro de 2023, os empréstimos foram liquidados. Em 31 de dezembro de 2023, o Pine não possuía empréstimos com covenants atrelados.
- f) Divulgação de outros serviços prestados pelos auditores independentes**
- Em atendimento à Resolução CVM nº 162/22, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.
- g) Resultado recorrente e não recorrente**
- Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve resultados não recorrentes, de acordo com a política elaborada pelo Pine e conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20.

- 26. EVENTOS SUBSEQUENTES**
- a) Aumento de capital social**
- Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de janeiro de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$44.404, mediante emissão de 22.201.893 novas ações nominativas, sendo 7.400.631 ordinárias e 14.801.262 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de dezembro de 2023 a 28 de dezembro de 2023 ("Quarto período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 26 de janeiro de 2024.
- b) Aumento da participação em coligadas**
- Em reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de janeiro de 2024, foi deliberado sobre o aumento da participação do Banco Pine nas empresas Byx Corretora de Seguros Ltda. ("Byx Corretora"), no percentual de até 40% e Amigoz Corretora de Seguros Ltda. ("Amigoz Corretora"), no percentual de até 65%. A participação é de forma indireta através da participação do Pine na Byx Capital S.A. e na Byx Produtos S.A., as quais se tornaram sócias únicas da Byx Corretora e Amigoz Corretora, respectivamente. Foi deliberado também o aumento da participação da Byx Originação Ltda. para até 40%, de forma indireta através da participação do Banco Pine na Byx Capital S.A., a qual se tornou a única sócia da Byx Originação Ltda. O aumento da participação na Byx Capital S.A. ocorreu através do cancelamento das ações em tesouraria, aumentando a participação dos acionistas e na Byx Produtos S.A. ocorreu de forma gratuita, sem aporte financeiro. O aumento está pendente de aprovação pelo Bacen.
- c) Emissão de Letras Financeiras Subordinadas**
- Em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de dezembro de 2023, foi deliberado sobre a realização da 75ª emissão de letras financeiras com cláusula de subordinação para composição de nível II do patrimônio de referência do Banco Pine, em série única, para distribuição pública, no montante de R\$87.600 e quantidade de 292, com efetivação em 3 de janeiro de 2024.

A DIRETORIA

CONTADOR

Johnata Alex Sandro Troquetti - CRC SP 305295/O-0

Notas Explicativas



CNPJ 62.144.175/0001-20
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830
4º andar | São Paulo – Brasil

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Banco Pine S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Banco Pine S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Pine S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco e do Banco e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Mensuração de títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado classificados em hierarquia nível 3

Conforme divulgado nas Notas 3(e), 3(y) e 6(a), o Banco mantém investimentos em títulos de dívida de companhias de capital fechado, classificados na categoria disponível para venda, mensurados ao valor justo, classificados em hierarquia nível 3.

Esses títulos de dívida não são negociados em mercado ativo. Dessa forma, no processo de mensuração do valor justo, a administração aplicou seu julgamento em relação à definição do modelo aplicado e às premissas adotadas.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, uma vez que o uso de diferentes modelos de mensuração ou de premissas poderiam produzir variações no valor justo significativamente diferentes daquelas estimadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles relevantes identificados nesse processo, tais como os controles de validação das premissas e da aplicação dessas no processo de mensuração do valor justo dos títulos de dívida.

Analisamos a aderência da metodologia de mensuração do valor justo desses títulos de dívida e a razoabilidade das premissas adotadas pela administração, bem como analisamos a consistência dessas premissas com as adotadas em exercícios anteriores.

Efetuamos, também, para amostras selecionadas, testes de recálculo do valor justo dos títulos de dívida, com base nas premissas adotadas pela administração.

Consideramos que os modelos e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Porque é um PAA

Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado nas Notas 3(h) e 7(d), o Banco mensurou a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o estabelecimento de níveis de risco (rating) para cada operação, conforme previsto na Resolução no 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A definição de risco (rating) das operações considera julgamento por parte da administração quanto à definição das premissas e da conjuntura econômica, da experiência passada, dos níveis de inadimplência, de riscos específicos em relação às operações e aos devedores e suas respectivas garantias.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles internos relevantes relacionados ao processo de classificação dos níveis de risco, de monitoramento das garantias recebidas e da integridade da base de dados da carteira de crédito, que serve como base para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Efetuamos, também, em base amostral, testes documentais sobre a existência de garantias apresentadas, bem como sobre a razoabilidade do julgamento e das premissas adotadas pela administração para a determinação dos ratings e a aplicação da metodologia de cálculo da provisão considerando os referidos níveis de riscos atribuídos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Valor recuperável do crédito tributário

Conforme divulgado nas Notas 3(r) e 9, o Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. Esses créditos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração e aprovados pelos órgãos de governança do Banco, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil.

Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos na determinação de premissas pela administração, para projeção de lucros tributários futuros.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de julgamento na determinação de premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributários, e consequentemente, os prazos previstos de realização do crédito tributário, com consequente impacto contábil.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos consideraram o entendimento e a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração.

Comparamos as premissas críticas utilizadas com as projeções orçamentárias elaboradas pela administração e, quando aplicável, com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado.

Como base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela administração são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Ativos não financeiros mantidos para venda

Conforme divulgado nas Notas 3(j) e 11(a), o Banco e suas controladas possuem ativos não financeiros mantidos para venda compostos, principalmente, por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo menos o custo de venda, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

A administração considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, metodologia de cálculo, além de premissas estabelecidas pela administração.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois envolve a utilização de premissas e julgamentos por parte da administração na mensuração do valor recuperável desses imóveis, bem como a sua relevância no contexto das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram, dentre outros, a análise dos laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos ou, quando aplicável, a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizada pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Adicionalmente, efetuamos testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo desenvolvida pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Consideramos que a metodologia e as premissas adotadas pela administração no registro do valor recuperável desses ativos são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Contingências fiscais

Conforme divulgado nas Notas 3(q) e 15(b), o Banco é parte em processos administrativos e judiciais de natureza fiscal, inerentes as suas operações, os quais são avaliados de forma recorrente, com os impactos contábeis reconhecidos de acordo com a probabilidade de perda.

A determinação da probabilidade de perda envolve julgamento por parte da administração, que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos.

As contingências fiscais podem ser encerradas após um longo espaço temporal e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também de aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, devido à complexidade dos aspectos processuais e ao nível de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda atribuída a cada processo.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e no entendimento dos processos administrativos ou judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos no exercício corrente.

Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte e efetuamos procedimentos de confirmação dos dados dos principais processos com os assessores jurídicos, incluindo sua avaliação da probabilidade de perda.

Consideramos que os critérios adotados pela administração para a determinação da provisão para contingências fiscais, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Ambiente de tecnologia da informação

Devido a diversidade e volume de transações, o Banco é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações.

Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles, poderia ocasionar o processamento impreciso de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações, bem como de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria, devido à complexidade do ambiente de tecnologia e a dependência do Banco em sua operação.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram os diferentes níveis de maturidade dos controles e incluíram, entre outros, o apoio de nossos especialistas em sistemas para a atualização do nosso entendimento e testes sobre a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação que consideram também segurança da informação e gerenciamento de mudanças sistêmicas.

Testamos também a efetividade dos principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras, bem como os necessários controles compensatórios, quando aplicável.

Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e controles estabelecidos pela administração apresentaram uma base razoável de eficácia para suportar os principais processos de negócios que geram informações críticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas

demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

BANCO PINE S.A.

Companhia Aberta

CNPJ 62.144.175/0001-20

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Após análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Instituição, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras ('Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas'), Relatório do Comitê de Auditoria e Relatório dos Auditores Independentes, os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Diretores Executivos

Rodrigo Esteves Pinheiro

Noberto Nogueira Pinheiro Junior

Diretores sem Designação Específica

Alcides Roberto Rocha

Guilherme Vieira Neves

Odilardo Guerreiro Rodrigues Filho

Ricardo de Castro Bampa

Ronaldo Silvestre

Tatiana Aparecida Munhoz

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

BANCO PINE S.A.

Companhia Aberta

CNPJ 62.144.175/0001-20

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Após análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Instituição, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras ('Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas'), Relatório do Comitê de Auditoria e Relatório dos Auditores Independentes, os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que discutiram, reviram e concordam com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Diretores Executivos

Rodrigo Esteves Pinheiro

Noberto Nogueira Pinheiro Junior

Diretores sem Designação Específica

Alcides Roberto Rocha

Guilherme Vieira Neves

Odilardo Guerreiro Rodrigues Filho

Ricardo de Castro Bampa

Ronaldo Silvestre

Tatiana Aparecida Munhoz